

Mariana  
do Carmo  
Marola  
Marques

# REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL DE CAMPINAS:

## DESAFIOS À LAICIDADE



**REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
MUNICIPAL DE CAMPINAS:  
DESAFIOS À LAICIDADE**

Este trabalho é fruto da dissertação de mestrado defendida pela autora junto ao Curso de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Campinas em 2020.

Mariana do Carmo Marola Marques  
mariana\_marola@yahoo.com.br



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001 em conformidade com a Portaria CAPES nº 206, de 4 de setembro de 2018

**Mariana do Carmo Marola Marques**

**REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
MUNICIPAL DE CAMPINAS:  
DESAFIOS À LAICIDADE**

**Copyright © Mariana do Carmo Marola Marques**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos da autora.

---

Mariana do Carmo Marola Marques

**Rede da Educação Infantil Municipal de Campinas: desafios à laicidade.**  
São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 163p.

**ISBN 978-65-5869-350-5 [Digital]**

1. Educação Infantil. 2. Projeto Nave-Mãe. 3. Assistência Social. 4. Religião. I. Título.

---

CDD – 370

**Capa:** Felipe Roberto | Colorbrand

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2021

## Sumário

<b>Prefácio</b>	6
<i>Agueda Bittencourt</i>	
<b>Apresentação do problema</b>	19
<b>Objeto de pesquisa</b>	22
<b>Referencial Teórico – Metodologia</b>	27
<b>Série Documental</b>	30
<b>Desenho da rede de Educação Infantil em Campinas</b>	31
A) As primeiras Unidades Educacionais Públicas conveniadas	31
B) Políticas Públicas e as Unidades Educacionais Públicas Municipais	64
C) A nova modalidade: Unidades Educacionais Públicas Privadas	104
<b>Laicidade e Religião na Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas</b>	112
<b>Condições atendimento e de trabalho na Rede Municipal da Educação Infantil de Campinas</b>	137
<b>Considerações finais</b>	154
<b>Referências</b>	156

## Prefácio

*(...) o Estado realmente existente – incluindo, claro, o moderno “Estado democrático” capitalista – é caracterizado não só por lei e direito, mas também pela absolutamente destrutiva ilegalidade e assim pelo diametralmente oposto de lei legítima. (Istvan Meszaros)*

Um texto com o frescor da juventude, com o tom e a alegria da descoberta. Sim, esse é o texto a ser lido neste livro. Ele conta a história de uma menina recém-saída de um curso de Pedagogia, recém-chegada ao mundo do trabalho em uma escola infantil pública. Com muitos discursos professorais na memória, tentava encontrar a escola que a universidade lhe apresentara durante os quatro anos de curso. Ia de olhos abertos para ver aquele espaço que conhecia desde a infância, que agora se apresentava de cabeça para baixo. Sim, de cabeça para baixo – ela agora estava na posição inversa, era a educadora, a professora, a responsável pelo processo educacional.

Seus primeiros passos foram movidos pelo encantamento. Tentava reconhecer as imagens, as cores, os sons, os odores, os ruídos estranhos que vinham de fora. Percorreu os espaços das salas de aula, os espaços de brincar, a sala das professoras, a diretoria, a secretaria, os pátios e parquinhos. Tentava saber o que seria a escola para a professora, lugar onde exerceria a arte de educar e cuidar de crianças pequenas, espaço onde ela mesma seguiria se educando em novas relações a serem ali estabelecidas.

A escola é um lugar de muitos papéis: logo aos primeiros olhares, eles aparecem nos quadros de aviso, nas mesas de trabalho; são entregues pelas secretárias, por coordenadoras, supervisores, diretores e representantes sindicais. Nessa casa as conversas, os sorrisos e as leituras se entrelaçam.

Mariana não deixava passar nada, queria ver e participar de tudo o que ocorria nessa escola de um bairro com nome de vila, lembrando

sua origem popular, e o nome de autoridade remetendo à recente ditadura militar. O encantamento ficava reservado para o espaço bem cuidado que acolhia as crianças barulhentas, suadas, tímidas e ousadas, alegres e emburradas. A curiosidade e a apreensão faziam parte das reuniões semanais com a chamada equipe técnica da escola e da Secretaria de Educação. Desse espaço físico e temporal emanavam as orientações às docentes, às auxiliares e aos pais dos alunos. A jovem professora conferia as orientações com o que havia aprendido na universidade e, claro, muita coisa não batia: o que se dizia lá não se fazia presente aqui, pensava ela, ou mais: o que se via aqui negava o que se acreditava lá.

Nesse pensar, analisar, refletir, ler, nos tempos que lhe sobrava da labuta com as crianças, Mariana passou seu primeiro ano como professora, na chamada rede pública de educação infantil de Campinas. De tudo o que havia vivenciado, um tema não lhe saía da cabeça: era um tal discurso sobre a laicidade, presente em todas as reuniões técnicas e objeto de insistentes seminários e debates pedagógicos. Para ela esse discurso corrente era gratuito na escola. Gratuito porque não havia sinais do pensamento religioso no projeto da escola, no processo de ensino, e nem mesmo traços de qualquer religião marcavam os espaços físicos ou simbólicos aparentes. Era hora de voltar para a universidade. Buscar formas de compreender essa história.

Entrou no curso de mestrado com o propósito de desvendar essa ilha de laicidade numa sociedade povoada de cristianismo por todos os lados. Seu projeto encheu de curiosidade professores e professoras, certos de que os traços da cultura católica que a garota não havia conseguido encontrar estariam dissimulados no universo escolar público. Certos ainda de que tal busca necessitava de método. Teve então início o trabalho de pesquisa: registro em caderno de campo das observações do espaço escolar, dos discursos em reuniões oficiais e no cafezinho na sala de professores; organização e estudo dos documentos de orientação aos pais e professores; exame das atas e pautas de reuniões e seminários de estudos. Olhos e ouvidos abertos para não deixar escapar nada.

Entretanto, as reuniões periódicas de orientação foram marcadas pelo fracasso na busca dos indícios que não apareciam e pelo encorajamento vindo de quem acreditava na sua experiência e em seus métodos e práticas de investigar. Um ano todo, pautado em novas leituras, discussões e anotações, foi lentamente se escoando. A universidade de hoje tem prazos curtos. É preciso sair do labirinto e encontrar o bom caminho, a tempo de produzir um texto inédito e consistente. Mas como? Será que o tema foi mal escolhido? Será que aquilo que era verdade se mostrou falso? Seria possível que a escola que eu vejo negue a sociedade onde vivo, esta que é cercada de cristianismo por todos os lados? – perguntava-se a pesquisadora, descabelada. Depois de muito bater a cabeça e já deixar sua orientadora preocupada, ambas resolveram inverter o tabuleiro: em lugar de procurar o que não se queria mostrar, iriam mostrar o que era evidente e se poderia expressar em uma descrição densa.

A descrição da rede municipal de educação infantil atual logo mostrou a necessidade de que se desenhasse essa história – por onde (no mapa) e quando (na cronologia da cidade) teve início a educação infantil. Com certeza não surgiu com a configuração que temos hoje. Não era pública, dependia de filantropia, era apoiada por grupos, famílias e Igrejas: católica, espírita e protestantes. Fazia parte da Secretaria de Assistência Social, era espaço de cuidar, com forte presença da área de saúde (enfermagem e puericultura), não cabia na Educação. Hoje a rede está configurada por três modalidades de escolas: a modalidade mais antiga, formada por escolas privadas conveniadas com o poder público; os centros de educação infantil, públicos; e as Nave mãe, escolas públicas cuja gestão e trabalho educacional é terceirizado. Mariana foi construindo seus mapas com bandeiras de cores variadas, encontrando distintos projetos e diferentes agentes sociais envolvidos na trama da construção dessa rede.

Aos poucos, aos filantropos e às lideranças religiosas foram se somando movimentos sociais, grupos econômicos, empresas privadas e estatais, e interesses variados foram definindo os rumos

da educação infantil. Em paralelo, as universidades e os partidos políticos recriados depois de duas décadas de silenciamento passaram a olhar para as crianças pequenas e projetar para elas um lugar nas políticas públicas. Os sindicatos de professores e as universidades, especialmente as faculdades de educação, começaram a aparecer como agentes sociais nessa disputa que ia definindo e adensando os mapas construídos para dar sustentação à pesquisa em curso. A década de 1980, com as primeiras eleições livres e diretas, depois de 20 anos de ditadura, com a discussão de uma nova Constituição para o País, trouxe também a necessidade de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A história desse período começou a imprimir novas cores no desenho da Educação Infantil em Campinas. Pode-se dizer que é aí que nasce a Educação Infantil, como uma rede de escolas públicas que, a partir de então, passa a receber os professores formados nas universidades, os especialistas em Educação de criança pequena, e conquista um lugar na Secretaria de Educação como a primeira etapa da educação.

No caminho da pesquisadora aparecem a fundação e o registro das escolas que ela já conhecia – os Centros de Educação Infantil. Aos poucos vão se descortinando os espaços públicos (na cidade e no poder público) que acolhem os agentes e os distintos interesses em jogo na educação e nas políticas públicas. Por duas décadas (1980/1990), sob as administrações do PMDB, do PSDB e do PT, o ensino público abraçou a educação infantil, que floresceu e se expandiu por toda a cidade. Em contrapartida, o declínio, ou pelo menos a desaceleração da educação filantrópica e de tonalidades religiosas, foi sendo demarcado.

É necessário reconhecer um importante agente que entra nesse campo nos anos 1980. É o Curso de Pedagogia da Unicamp, com sua especialidade em Educação Infantil, que ofertou os melhores quadros docentes para esse projeto, além de oferecer formação para os professores que, embora sem o curso superior exigido pelas novas leis nacionais, já se encontravam em exercício. Para Mariana analisar o crescimento da oferta de vagas na Educação Infantil, foi

necessário examinar as lutas envolvendo os movimentos populares, os partidos políticos e a imprensa local. Por décadas a oferta de vagas e as construções de prédios escolares estiveram no centro dos programas de todos os partidos e nas campanhas políticas, além dos debates na imprensa, e nas manifestações pelas ruas da cidade. Tinha melhor reputação o governo que criasse mais vagas públicas e gratuitas para as crianças pequenas. Esse foi o momento, é bom lembrar, de implementação da municipalização da Educação Fundamental.

O período compreendido pela pesquisa que aqui se publica foi, sem dúvida, de muita mobilização no campo escolar. As demandas pela ampliação do atendimento escolar público tornaram-se unanimidade, uma vez que a consciência a respeito dos direitos da criança a uma atenção integrada circulava entre os distintos grupos e classes sociais. Especialmente as populações mais pobres, residentes nas periferias da cidade, deixaram de aceitar soluções temporárias para o atendimento de seus filhos.

Nas décadas de 2000 e 2010 ocorreu uma viragem na política que vinha sendo implantada desde os anos 1980 na rede pública de educação: em lugar dos Centros de Educação Infantil, planejados e implementados pelo poder público municipal, surgiu um novo modelo de escola, chamado de “Nave mãe”. Sob o patrocínio de dois partidos políticos considerados de centro-esquerda, o PDT e o PSB, o novo discurso já velho prometia acabar com o crônico problema da falta de vagas na cidade. Foram construídos prédios modernos, de arquitetura projetada para garantir amplos espaços abertos, arborizados, com parques e brinquedos seguros para acolher em torno de 500 crianças pequenas, desde bebês em período integral até crianças de 4 e 5 anos, nos períodos integral e parcial. Esses grandes equipamentos sociais foram construídos nos bairros mais pobres da cidade, centralizando o atendimento da demanda de vários bairros vizinhos.

Não apenas a monumentalidade dos edifícios que marcam a paisagem chama a atenção de quem se depara com os novos centros infantis, mas também os novos profissionais que se reúnem

e circulam nesse espaço. São poucos professores, aliados a um exército de auxiliares de diferentes matizes. Algo mudou na visão que se acreditava iria nortear a política pública da área por muito tempo, uma vez que a rede de educação pública campineira gozava de alto prestígio na região, graças à qualidade do serviço oferecido. Sim, algo mudou.

As chamadas Naves mãe são escolas públicas privatizadas por dentro. São construídas, equipadas e instaladas pelo poder público e, em seguida, licitadas para o gerenciamento e a oferta da educação. Grupos privados, conhecidos como OS ou ONGs, apresentam-se com seus projetos para gerenciar tais unidades educativas e, após concorrência, serão contratados por tempo determinado (4/5 anos) os que apresentarem menor custo, ou melhor, os que garantirem menor preço. Ora, não é preciso muita imaginação para reconhecer as estratégias usadas pelas OS e ONGs para baixar os custos do trabalho e aumentar a margem de lucro, real ou simbólico, das organizações ditas sem fim lucrativo.

Mas vamos lá seguindo os passos da Mariana pelo labirinto das políticas públicas das últimas duas décadas. Em um passeio pelos quadros traçados pela autora encontramos revelações aterradoras: primeiro é necessário frisar que nas últimas décadas desapareceram as criações de escolas públicas infantis. Senão vejamos a rede infantil possuía, em 2019, um total de 133 escolas infantis públicas, das quais 97 haviam sido inauguradas entre 1970 e 2000, ou seja em três décadas, uma média de 32 escolas por década, enquanto nos últimos 20 anos (duas décadas) ocorreram 21 fundações apenas, das quais apenas 3 na última década. Poderia ser porque a demanda se havia esgotado; mas não, pois, nestas mesmas duas décadas foram criadas 28 Naves mãe e houve expansão de 17 500 matrículas aproximadamente. Com certeza, o que temos é a substituição do modelo de educação infantil. Se, por outro lado, focarmos nossas lentes no quadro de professores, veremos que a mágica produzida pela nova política para educação é ainda mais impressionante. Conforme a tabela 19, elaborada pela Mariana, no momento em que se abrem 12 586 novas vagas, a contratação de professores é igual à década anterior, quando a expansão de vagas foi

de 8 748; ou seja, com o incremento de 1/3 de matrículas, a respectiva contratação de professores permaneceu inalterada.

Um dado construído e analisado neste livro é uma tabela comparativa dos salários, número de aluno por professor e carga horária em atividade com os alunos, em cada uma das três modalidades de escola que compõem a rede municipal. Na tabela 20 a disparidade entre as três modalidades convida o leitor a questionar: quem afinal paga a conta dessa invenção milagrosa? Ou melhor, quais são os efeitos imediatos dessa nova política?

Poderíamos listar três ou quatro efeitos deletérios para a educação das crianças pequenas: o primeiro é o tipo de educação a ser ofertado: com a grande concentração de criança em um prédio do tipo de uma planta industrial, já se pode imaginar onde foi parar o silêncio, a estimulação individual, a privacidade e a socialização progressiva de bebês e crianças pequenas; o segundo pode ser o desmonte da carreira dos professores dessa etapa educacional. Todos os direitos dos profissionais da educação infantil escapam pelo ralo: a carga horária semanal em sala com crianças e a carga horária de preparação de atividades, além das horas de formação continuada; a estabilidade garantida pelo concurso de ingresso; o número de alunos por turma e faixa etária dos alunos por professor; a continuidade das equipes docentes, essencial para a manutenção do projeto pedagógico e para a segurança psicológica das crianças pequenas. Todas estas conquistas, alcançadas ao longo de pelo menos 30 anos de luta, vão sendo desbaratadas pela lógica do mercado, pela ideia de produtividade quantitativa e pela lógica da teologia da prosperidade.

E aqui tocamos uma das questões que nortearam esta pesquisa. Mariana, enfim, encontrou onde estavam as religiões ou as ideologias capazes de pautar o debate da equipe técnica quando propunha o estudo da literatura sobre laicidade. A educação infantil começou a ser instalada em Campinas, como já afirmamos anteriormente, por obras de filantropias, por grupos ligados às Igrejas, a alguns empresários e a organizações não governamentais. Esses grupos seguem responsáveis por 45 escolas, chamadas de escolas conveniadas, e, como se pode observar, representam uma

pluralidade religiosa e de interesses. Entretanto, o fenômeno recente altera a paisagem e, para compreendê-lo, faz-se necessário voltar um pouco na história e ampliar o foco de análise para o âmbito da escolarização básica.

Gostaria de balizar a discussão dentro do espaço histórico da República. Não é desconhecido para ninguém que o modelo republicano brasileiro foi em grande medida gerado no grupo de fazendeiros do café, do Partido Republicano Paulista, da região de Campinas e Itu. Aqui se elaboraram as bases do novo regime, e a paisagem da cidade ainda preserva os monumentos onde se objetivaram as ideias republicanas. Não me refiro às estátuas ou aos nomes de ruas ou outros logradouros públicos que ainda sobrevivem, mas às obras que encarnam o ideário republicano. Destaco o Grupo Escolar Francisco Glicério, fundado em 1898, e a Escola Normal Carlos Gomes, fundada em 1900, o primeiro na rua Moraes Sales e o segundo entre as ruas General Osório e Benjamin Constant. As duas fundações estão cercadas pelo simbolismo republicano, mas, mais do que isso, elas tinham a missão de plantar um dos pilares da República, especialmente da nossa república, baseada nas liberdades individuais. Não existe república sem cidadão e nem cidadania sem educação. Os grupos escolares que acabaram espalhados por todo o País foram inventados em São Paulo e objetivavam reunir escolas isoladas, criadas durante o Império, para formar centros de educação pública primária. Nesses “templos republicanos” as crianças deveriam aprender a ler, escrever e contar, forjar sua identidade brasileira, tomando contato com a nossa história e com os símbolos nacionais (hinos, bandeira, brasão e calendário com suas datas comemorativas).

O projeto de educação republicana não alcançou ir além da formação primária, cujas fotografias de escolares em fila, com seus uniformes em azul e branco, ilustram livros de memória das escolas e de antigas professoras. Isso ocorreu justamente porque o projeto republicano era mais federalista do que propriamente republicano. Desde os primeiros anos, a educação foi delegada aos estados federados, e não à União dos Estados, o que permitiu que apenas os

estados com maior poder econômico implementassem uma rede de grupos escolares. Mesmo esses – São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul – não universalizaram a escola primária. Também, não é demais lembrar que a educação foi partilhada entre o Estado e a Igreja Católica. Esta última, encarregada da formação secundária propedêutica, intermediária entre a educação primária e a superior, reservada aos filhos das elites.

Mas, enfim, o que essa discussão sobre os primórdios da república tem a ver com a educação pública infantil dos anos pós-2000 em Campinas? Com certeza, tem tudo a ver, pois aparentemente, a partir dos anos 1980, vínhamos superando o debate sobre ensino público e ensino privado; escola pública laica e escola privada confessional, porém restava ainda uma luta que segue sendo travada: aquela sobre os recursos públicos destinados exclusivamente para escolas públicas. Ocorre que o novo modelo de escola infantil pública, inventado em Campinas, criou um atalho para burlar o preceito legal da escola pública laica e todos os acordos quanto à carreira docente no município. Não nos esqueçamos de que as OS e as ONGs contratadas gozam de autonomia para definir seus projetos educativos e implementá-los, uma vez contratados, como nos informa a autora. “Com os repasses das verbas públicas, a cada entidade cabe administrar as instituições integralmente, contratar e remunerar todos os profissionais, adquirir materiais de consumo e permanentes, pagar encargos trabalhistas, previdenciários, etc.”. (p.134).

Examinemos, pois, uma das OS com maior porte entre as contratadas pela Secretaria de Educação, a CHANCE Internacional, aquela que, por meio de licitações, alcança hoje a administração de 11 das 28 Naves mãe, em que atende mais de 4 000 crianças e suas famílias, com ao redor de 500 funcionários, conforme *site* da OS.<sup>1</sup> O número de professores é ocultado no *site*, uma vez que, entre os 500 funcionários, contam-se professores, auxiliares, cozinheiros,

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://chance.org.br/site/programa-de-educacao-formal-n/>  
Último acesso em: 30/04/2021.

seguranças, porteiros, profissionais da faxina, entre outros. Vejamos então uma comparação feita pela Mariana na tabela 20: são 3 unidades de educação infantil – a primeira, uma escola pública fundada em 1982, atende a 235 crianças e mantém 12 professores e 56 funcionários; a segunda, uma escola conveniada, atende a 238 crianças e funciona com 8 professores e 31 funcionários; e a terceira, uma Nave mãe, atende a 235 crianças, com 4 professores e 41 funcionários. Ora, observe-se que o número de crianças atendidas é mais ou menos o mesmo nas três unidades, enquanto o número de funcionários varia drasticamente e o de professores revela a diferença nas concepções de educação infantil. Vamos tentar algumas interpretações: Na escola pública temos em média 20 crianças por professor; na escola conveniada temos em torno de 30 crianças por professor; e na escola terceirizada, cerca de 60 crianças por professor. Sem examinar o número de funcionários, mas tomando apenas os profissionais da educação, ou seja, os professores, podemos afirmar, sem medo de errar, que os índices de aluno por professor, tanto na escola conveniada como na escola gerida pela OS “CHANCE Internacional”, são completamente inadequados. Os números da CHANCE são inviáveis para qualquer projeto educacional, uma vez que o número médio ultrapassa os números aceitáveis para classes de jovens, no ensino médio, quando os professores têm intervalos a cada 50 minutos de aula.

A única hipótese aceitável para esse caso é que não exista um projeto pedagógico nessa escola, o que é coerente com os objetivos e os princípios da OS em questão. A explicitação do nome da organização já deixa ver sua identidade: “O nome CHANCE (Oportunidade) foi inspirado em Marcos, 10: 13-16 e expressa toda a sua essência corporativa de Missão e Visão, passaporte para uma vida de esperança, de sonhos e da dignidade de ocupar o lugar de prioridade no coração de Deus”. São, contudo, os princípios, a história organizacional e a trajetória de seu fundador que podem oferecer um quadro mais claro dos compromissos sociais e políticos dessa nova parceira da Prefeitura Municipal.

O projeto de assistência à infância nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, e está ligado ao seu fundador, Derci Gonçalves de Souza – que segue na direção de diferentes organizações evangélicas estrangeiras por mais de três décadas –, um pedagogo cuja carreira se inicia em associação com a ONG americana *Christian Children's Fund*, em cuja parceria foram realizados projetos voltados para crianças pobres, em Fortaleza, por mais de 10 anos. Ali implantou os “Jogos Comunitários”, um Programa de Prevenção da Marginalização Infantojuvenil Através do Esporte. Depois deixou a *Christian Children's Fund* e passou a dirigir a Associação Beneficente Evangélica para Menores - ABEM, com atuação em 10 estados brasileiros. Em seguida assumiu por 18 anos a direção da ONG americana “Compassion Internacional”, desenvolvendo trabalhos em creches, escolas, centros de atividades socioeducativas, abrigos e centros de recuperação de viciados. Não é demais destacar que, nessas três décadas de atuação em parcerias com grupos ligados a igrejas evangélicas, Derci foi preparado em cursos, estágios, seminários internacionais, não apenas nos Estados Unidos, mas na Inglaterra e na Irlanda, entre outros. Fez cursos de medicina popular na comunidade sede do Projeto “*Where There is no Doctor*”, numa comunidade rural do México. Participou também do Curso de Desenvolvimento de Comunidade do *International Institute of Rural Reconstruction* – IIRR, realizado na Guatemala. Desenvolveu projetos midiáticos de impacto, como se pode constatar pelas descrições apresentadas no *site* institucional. São projetos envolvendo milhares de crianças e jovens, com espetáculos em espaços públicos, como a abertura dos jogos comunitários, quando os bonecos Disney, Mickey e Pateta, vindos da Disneylândia sob o patrocínio da companhia aérea VARIG, aparecem descendo de helicóptero entre as crianças. Só então Derci Gonçalves de Souza fundou a “CHANCE Internacional” e passou a atuar em Campinas em parceria com a Prefeitura Municipal.

Ora, depois de seguir a trajetória do fundador e a história pregressa da CHANCE, é possível compreender, a partir dos sete

propósitos básicos<sup>2</sup> publicados no *site* sob o título Identidade corporativa, os pressupostos e as finalidades dessa organização. A primeira constatação é que estamos diante de uma organização religiosa, não educacional. Movida por um leque de preconceitos em relação às populações pobres, ela atua em bairros periféricos e tem como pressuposto que são grupos desprovidos de autoestima e dignidade e, portanto, necessitam de restauração e fortalecimento desses atributos. E ainda necessitam ampliar seu nível de aspiração (nota 2, tópico 2). Pressupõe ainda que a pobreza é caminho para a marginalidade e, portanto, as crianças devem ser capacitadas para livrar-se da pobreza econômica (nota 2, tópicos 3 e 4). Prega a defesa e o socorro da criança – como se em seu meio social ela estivesse em constante situação de risco – para cumprir seu papel no plano divino, uma vez que ela foi criada à semelhança de Deus (nota 2, tópico 7).

Aqui voltamos às questões apontadas anteriormente, quando discutimos a república, e nos ocorre a seguinte pergunta: Por que o Estado, que deveria cuidar de garantir a igualdade entre os cidadãos, propiciar o bem-estar e a educação de qualidade, além de assegurar a laicidade constitucional, entrega parte de suas

---

<sup>2</sup> 1- Oferecer à criança as condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento e bem-estar biopsicossocial.

2- Oferecer à criança as condições necessárias à restauração e ao fortalecimento de sua autoestima e dignidade, bem como à ampliação do seu nível aspiracional.

3- Oferecer à criança as condições necessárias preventivas da marginalização infantojuvenil, favorecendo a sua integração familiar e social, bem como o pleno desenvolvimento de sua cidadania.

4- Oferecer à criança as condições para o seu pleno desenvolvimento e a prática de seus dons e talentos, capacitando-a a livrar-se da pobreza econômica e habilitando-a a uma participação relevante e transformadora da sociedade.

5- Oferecer à criança a oportunidade de conhecimento e posse dos princípios fundamentais para uma vida de plena e eterna felicidade.

6- Despertar e mobilizar a sociedade para tomada de atitudes e iniciativas em favor dos direitos da criança.

7-O propósito final da CHANCE Internacional é defender e socorrer a criança e ajudá-la a desenvolver todo o seu potencial como ser criado à imagem e semelhança de Deus. Disponível em: <https://chance.org.br/site/identidade-corporativa-n/>

obrigações a um grupo que despreza todos esses princípios? Mais perguntas nos vêm à mente: como explicar que um grupo religioso internacional seja contratado para educar crianças sob os auspícios do Estado Nacional, ou de seus entes federativos? De que Estado estamos falando?

Cabe talvez lembrar as reflexões de Istvan Mészáros, em seu livro *A montanha que devemos conquistar*<sup>3</sup>, cuja metáfora expressa as dificuldades de fazer fenecer esse Estado, não qualquer Estado, mas esse criado pelo pensamento burguês e cuja razão de existir é manter o equilíbrio entre as forças em contradição, sem alterar a estrutura social. Ora, só assim se pode entender um projeto de educação ou de assistência à infância em cujos propósitos não se encontram o enfrentamento das desigualdades como produção da organização social, nem o protagonismo da cidadania numa república, mas sim as referências a Deus criador do homem e senhor do seu destino. É, sem dúvida, mais do que hora de lutarmos por um Estado comprometido com a liberdade, igualdade e justiça social.

Agueda Bittencourt  
Faculdade de Educação  
Unicamp

---

<sup>3</sup> MÉSZÁROS, Istvan. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. Trad. Maria Isabel Lagoa, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

## Apresentação do problema

Meu interesse em pesquisar sobre as escolas de educação infantil partiu de minha experiência profissional. Após iniciar a licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2010, comecei a tomar contato com a que viria a ser minha área de atuação no segundo ano de graduação, quando iniciei um estágio na educação infantil em uma escola confessional tradicional de Campinas. No ano seguinte, ingresso por concurso como auxiliar de educação infantil em uma escola municipal na cidade de Paulínia, permanecendo ali por três anos. Em 2015, sou chamada no concurso da prefeitura de Campinas que havia prestado no ano anterior. Assim, migro para este novo espaço profissional, passando a atuar em uma escola de educação infantil no bairro Costa e Silva, nas proximidades da Universidade Estadual de Campinas.

Sou tomada de espanto quando chego à escola campineira e observo uma característica institucional: nos espaços de reuniões de formação em serviço há um projeto contundente sobre laicidade nesta escola pública, sendo posto em prática e defendido nos discursos dos profissionais, tanto professores, quanto gestores e profissionais de apoio. Espanto, pois, em minhas duas experiências profissionais anteriores, estava acostumada com práticas e símbolos religiosos na escola, mais abertamente na escola confessional que trabalhei primeiramente, mas também na prefeitura recém-exonerada. Estas práticas eram naturalizadas e passadas de uns para os outros, ano após ano, e ninguém questionava ou debatia esse assunto. Assim, ao pensar em minha experiência escolar, tanto através de concursos quanto com a realização de estágios, obrigatórios ou não, a realidade que vivenciei nestas escolas de educação infantil, em sua maioria, preservava moldes tradicionais, baseados em discursos higienistas

e assistencialistas, que pautaram o debate sobre educação da primeira infância até meados do século XX.

Ao pesquisar as origens da educação infantil no Brasil, estão as primeiras instituições preocupadas com a infância e a criança. Estas instituições filantrópicas de cunho religioso eram lideradas, em sua grande maioria, pela Igreja Católica, sob os cuidados de freiras e padres. No cerne da doutrina católica está a concepção cristã de caridade, que deve ser praticada baseada na ideia de amor fraterno a todos aqueles que precisam de ajuda, sejam pessoas ou famílias que passam necessidades básicas, mendigos, crianças abandonadas ou deficientes. Com este discurso, a Igreja Católica objetivava o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais. Mesmo que este princípio tenha sido pregado e praticado pelos católicos por muitos anos a fio, é com o início do capitalismo que crescem as preocupações, tornando necessárias mais medidas paliativas para evitar conflitos e revoltas dos desfavorecidos pelo sistema. A Igreja Católica, instituição fundamental no processo de caridade e assistência, é responsável pela criação de Santa Casas, instituições asilares e tutelares, e rodas dos expostos para atendimento de "...crianças órfãs, leprosos, alienados, doentes e inválidos foram os primeiros segmentos que receberam uma forma assistencial institucionalizada." (SPOSATI, 1988, p.78)

Assim, muitas escolas principalmente de educação infantil carregam fortes heranças ligadas a seu passado, heranças estas que podem aparecer nas práticas escolares, com a centralização do calendário e comemoração de datas e de feriados, principalmente de cunho religioso, como festas juninas, páscoa, natal, entre outros. Destas vivências escolares, as que mais me marcaram foram as práticas que pude observar durante os anos em que estive trabalhando nas escolas infantis de Paulínia. Estas práticas ocorriam de forma tão naturalizada entre as professoras que não eram assinaladas, advertidas ou sequer debatidas por professores, pais ou gestores do sistema, que acompanhavam e observavam sem nada a indagar. Por vezes, suas práticas eram reproduzidas pelos demais funcionários. Esta postura também era assumida pela equipe gestora escolar e ignorada diariamente. As práticas mais

corriqueiras eram iniciar o dia com orações, agradecer ao “papai do céu” (SIC) pelo alimento antes das refeições, repreender as crianças com dizeres do tipo “Deus não gosta...” etc.

Portanto, quando chego à escola de educação infantil campineira, no início do ano letivo de 2015, tal é a minha surpresa ao ver o assunto laicidade ser tão avidamente discutido, principalmente nas reuniões semanais, em que por muitas vezes entrava na pauta a discussão da escola laica, do currículo, do calendário escolar e de sua relação com os feriados religiosos. Essas reuniões contavam com a presença de todos os profissionais da escola, coordenação pedagógica, direção escolar e professores, todos em defesa da exclusão de toda e qualquer comemoração de data religiosa, partindo do princípio de laicidade da escola pública.

Eu, maravilhada com as discussões e com a diferença que observei das escolas que conhecia, fiquei intrigada e motivada, a tentar entender o que acontecia nessa rede municipal de Campinas e o porquê dessa diferença. Pensando nisto é que me pus a buscar e analisar se esta situação que encontrei no bairro Costa e Silva, também se repete em outras escolas da rede municipal da educação infantil de Campinas, mas primeiramente para responder a esta pergunta, foi necessário inicialmente realizar uma investigação histórica sobre todas as escolas de educação infantil da rede.

## Objeto de pesquisa

Estas indagações iniciais deram origem a este trabalho que busca compreender como se efetiva a configuração da rede escolar municipal de Campinas e qual a sua ligação com a assistência social e com a religião ao passar dos anos.

Segundo informações disponibilizadas no portal da Prefeitura Municipal de Campinas, atualmente há 252 escolas<sup>4</sup> pertencentes à Rede Municipal de Educação de Campinas. Destas, 206 são escolas de educação infantil. Ao olhar esta listagem, percebo unidades com nomes que me chamam a atenção, tais como “Centro de educação infantil São Francisco de Assis” e “Centro educacional Coração de Maria”.

Tais nomes, claramente ligados a instituições religiosas, fizeram-me pesquisar a história de Campinas, mais especificamente sobre a história da constituição da Rede Escolar Infantil Municipal de Campinas, elementos explicativos. Esta pesquisa documental, portanto, me fez enveredar por um novo caminho, buscando perfazer o percurso histórico de configuração da Rede, motivada por uma suposta estreita relação com a laicidade e a religião. Esta dicotômica relação que se fez e se faz presente, me levou a caminhos diversos e pensar no funcionamento desta Rede articulada e composta por múltiplas modalidades, bem como no exercício profissional docente nestas unidades.

Para compreender a Rede Municipal atual, o primeiro passo foi mapear as escolas: suas datas de fundação, localizações, quantidades de professores e funcionários, volume de crianças atendidas e orientações seguidas nestas instituições.

Em Campinas, as escolas de educação infantil municipais foram criadas a partir dos anos 1940. Nomeados como Parques Infantis, resultam de pressão popular, movimentos sociais, bem

---

<sup>4</sup> Disponível em: [http://integre-master.ima.sp.gov.br/integre/web/cons\\_escola\\_list.php](http://integre-master.ima.sp.gov.br/integre/web/cons_escola_list.php) Acesso em: 18 de janeiro de 2019.

como a forte industrialização ocorrida no município, inserção de mulheres no mercado de trabalho e do grande crescimento populacional da cidade<sup>5</sup>. Estes Parques, marcados pela inauguração do Parque Infantil do Cambuí Violeta Dória Lins<sup>6</sup>, eram vinculados ao Departamento de Assistência Socioeducativa e foram construídos baseados nos projetos de Mario de Andrade. O poeta, artista, jornalista, intelectual, professor e administrador, Diretor do Departamento de Cultura da prefeitura do município de São Paulo, na gestão do prefeito Fábio Prado, estudioso da cultura popular, foi o idealizador dos parques infantis, primeira experiência brasileira pública municipal de educação para crianças de famílias operárias (FARIA, 1999).

Esta instituição pioneira destinava-se a atender a até então considerada criança marginalizada, filhos e filhas da classe operária na faixa de 3 a 12 anos. Segundo o projeto de Mario de Andrade, os Parques deveriam ser locais não escolares, ou seja, as crianças não seriam precocemente transformadas em alunos, mas ao frequentarem estes Parques teriam garantido um espaço não só de educação e de cuidado, mas onde pudessem desfrutar de um projeto que colocaria em exercício todas as dimensões humanas, tendo garantido o tempo lúdico, tempos de brincadeiras, tempos de vivenciar esta etapa da vida, de serem educadas e cuidadas, de conviver com a natureza, movimentarem-se em espaços diversos; portanto, que tivessem garantido o direito à infância, o direito ao “não trabalho” profissional.

Esta proposta foi considerada inovadora para sua década de implantação, mostrando-se até os dias atuais uma proposta educacional válida, principalmente pela harmonia entre os objetivos de cuidar, educar e assistir, englobados pelas áreas da educação-saúde-cultura, todos juntos desenvolvendo-se em

---

<sup>5</sup> Em 1937 a população de Campinas era estimada em 73.890 habitantes, passando para 102.802 em 1946 (ARAÚJO, 2013).

<sup>6</sup> Este parque não consta da lista de tabelas, pois foi fechado. Em seu antigo local, hoje se encontra o Centro de Convivência da cidade.

ambientes privilegiados que possibilitavam a produção das próprias culturas infantis, bem como o intercâmbio entre os adultos e suas culturas, sempre permeado pelo lado lúdico, com jogos tradicionais infantis, assumindo já na década de 1940 a visão da criança como sujeito de direitos, competente e capaz, criadora e consumidora de cultura, e a matrícula como seu direito, não apenas da mãe trabalhadora (FARIA, 1999).

Estes parques, destinados às crianças a partir dos 3 anos de idade, não tinham como objetivo a preparação para a escola ou para uma pré-alfabetização, também não contavam com currículos e com disciplinas. Para os maiores de 6 anos, que já frequentavam a educação básica, a ida aos Parques no contraturno da escola, como forma de complementar a educação escolar, enquanto para as crianças 3 a 6 anos esta educação extraescolar era a oportunidade de brincarem, jogarem e se expressarem, ou seja, continuarem crianças e terem garantido o direito de acesso ao espaço público, como alternativa às pré-escolas e entidades filantrópicas existentes até então destinadas às crianças pobres.

Portanto, estes Parques Infantis pensados e planejados por Mario de Andrade eram espaços privilegiados, instituições coletivas de cuidado e de educação onde as crianças que os frequentavam, filhos da classe operária, tinham garantido o direito de brincar e de criar cultura infantil, permanecendo crianças mesmo que só pelo período em que estivessem nos Parques, pois, não estariam trabalhando, mas sim conhecendo diversas manifestações das raízes culturais brasileiras, se expressando das mais diversas formas, convivendo com pessoas diferentes, quer pelas faixas etárias quer pelas influências culturais.

Com o passar dos anos os Parques Infantis de Campinas passaram por diversas alterações, reflexo das mudanças políticas, nos programas sociais e na sociedade civil. Estas fizeram com que os Centros de Educação Infantil (CEI) passassem por reformas em suas áreas internas e externas, tendo alterados os traços e características originais do projeto de Mario de Andrade. Algumas mudanças estruturais e organizacionais foram necessárias para atender

demandas crescentes, conferindo feições mais próximas ao modelo atual de educação infantil praticado no município de Campinas<sup>7</sup>.

Nos primeiros contatos com as fontes desta dissertação, foi possível observar que a Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas hoje é composta por três modalidades de escolas: 1) unidades escolares municipais, 2) entidades parceiras e 3) unidades municipais administradas por instituições de direito privado sem fins lucrativos. Portanto, ao levantar esta listagem para fins de análise neste trabalho, classificarei as escolas da seguinte forma: Unidade Pública Municipal (unidades escolares municipais), Unidade Pública Conveniada (entidades parceiras) e Unidade Pública Privada (unidades municipais administradas por instituições de direito privado).

As unidades de educação infantil municipais – Unidade Pública Municipal em nossa classificação – são as unidades criadas e geridas em por cento pelo poder público municipal. Já por entidades parceiras entendem-se escolas públicas conveniadas, mantidas por entidades de direito privado e organizações não governamentais que firmam contratos e convênios com o poder público municipal para ofertar educação infantil à população. Uma terceira modalidade, surgida recentemente são as unidades municipais administradas por instituições de direito privado sem fins lucrativos, classificadas aqui como Unidades Públicas Privadas. Intituladas pelo poder público como Nave-Mãe, são superunidades que passaram a ser construídas no município desde 2007. Estas grandes unidades, com vistas a atender entre quatrocentos e

---

<sup>7</sup> A organização das turmas de educação infantil de Campinas é determinada anualmente via resoluções da Prefeitura Municipal. As salas de aula na educação infantil são denominadas agrupamentos, ou seja, as crianças matriculadas são agrupadas nas salas por idades aproximadas, podendo ser distribuídas entre agrupamentos I, II e III. No agrupamento I, de período integral são atendidos bebês de 0 a 1 ano e 5 meses. No agrupamento II, também de período integral, as crianças de 1 ano e 6 meses a 2 anos e 5 meses. Ficando destinada ao agrupamento III, de período parcial, as crianças de 2 anos e 6 meses a 5 anos e 11 meses, sendo que este último é de matrícula obrigatória de acordo com alteração de 2013, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

quinhentos alunos cada, segundo seu projeto, são idealizadas e construídas pelo poder público, cuja gestão é entregue a organizações não governamentais, que se tornam entidades parceiras, propiciando assim uma forma de gestão compartilhada.

Todas estas unidades que compõem a rede municipal funcionam durante os duzentos dias letivos previstos em lei federal, das 7h às 18h, totalizando 11 horas de atendimento para as crianças em período integral e quatro horas para o período parcial, compreendido no período da manhã das 7h30min às 11h30min, e à tarde das 13h30min às 17h30min.

## Referencial Teórico – Metodologia

Tomando como ponto de partida, o conceito de configuração de Norbert Elias ao se pensar a relação indissociável entre indivíduo e sociedade como fruto de uma configuração social proveniente de uma teia de relações de indivíduos interligados e dependentes em densas tramas sociais.

Segundo o autor, a sociedade como configuração, pode ser didaticamente comparada a uma dança. Que existe conceitualmente, enquanto definição, técnica, enquanto arte e enquanto ideia. Porém, ela só passa a existir concretamente, quando dois indivíduos dançam! Portanto, é somente após ambos, antes indivíduos isolados, agora um par, concretizarem o ato, é que a dança passa a existir (ELIAS, 1994a). Da mesma forma, a sociedade pode ser entendida como sendo composta por teias de interdependências e ligações entre os indivíduos, com inclinações nas suas variadas maneiras de relações:

A imagem do homem como personalidade fechada é substituída, aqui, pela personalidade aberta, que possui um maior ou menor grau (mas nunca absoluto ou total) de autonomia face a outras pessoas e que, na realidade, durante toda a vida é fundamentalmente orientada por outras pessoas e dependente delas. A rede de interdependência entre os seres humanos é que os liga. Elas formam o nexa do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. Muito mais apropriado será conjecturar a imagem de numerosas pessoas interdependentes, formando configurações (isto é, grupos ou sociedade de tipos diferentes) entre si. (ELIAS, 1994a)

Estas relações de interdependência podem ser comparadas a tessitura de uma teia de aranha. Mesmo que a aranha chegue até sua beirada, ainda assim estará ligada ao meio, ao centro dela. O

centro é, justamente, a sociedade em que vivemos que cresce e se torna mais complexa na medida em que há também um aumento dessas pessoas inseridas, portanto, um processo social que vai sendo reagrupado, em níveis cada vez maiores de interdependência.

O conceito de rede, também elaborado por Elias, parte da ideia de que nenhuma organização, qualquer que seja a sua estrutura ou natureza, age individualmente. Em uma perspectiva relacional, o autor procura compreender a estrutura das relações sociais, a circulação de influências e de informações, além das propriedades e recursos mobilizados pela rede através dos agentes implicados.

A sociedade constitui os sujeitos que a constituem, num fluxo de movimento. Assim, tendo como base os conceitos do sociólogo Nibert Elias —, que consistem na análise de longo prazo de processos e transformações em dados períodos da história — interligados em cadeias e teias de interdependência em seu lugar e em seu tempo, que são passíveis de análises, como também as complexidades entre os indivíduos e o meio social, as suas relações de existência e de desenvolvimento.

Para Elias, portanto, as ações dos agentes advêm de um processo social, devemos, assim, nos distanciar do tempo presente, para descobrirmos, de forma estruturada ao longo da história os caminhos que conduziram a determinada figuração do seu estado atual, ou seja, como chegamos aqui. Ao optar pela contribuição teórica de Elias, busco compreender o processo, as relações sociais, políticas, rede, teia de dependência e interdependência entre os indivíduos e as instituições.

Tendo por objetivo tomar a configuração da Rede Municipal de educação infantil de campinas como objeto, estabelecer as ações, agentes e indivíduos ligados à construção desta, suas contradições e tensões, sem, pois, nos esquecermos das estruturas sociais envolvidas, com interesses comuns em torno da construção de mais e novas unidades escolares. Podendo assim estabelecer os agentes sociais e políticos envolvidos nas propostas de construções das unidades, o passado e suas redes de interdependências, passíveis

de serem ligadas ao presente através de “[...] uma multiplicidade de pessoas dependentes umas das outras” (ELIAS, 2001).

De tal forma se dará o mapeamento do processo de configuração da Rede Municipal, centrando esforços na análise da teia de interdependência de muitos tipos, com complexidades e com interações sociais, através de indivíduos agentes, instituições, políticas e períodos históricos, transformadores e constituidores da história.

Além desses, para compreensão do conceito de laicidade, tomei por base para minhas análises os escritos desenvolvidos por Ranquetat Jr (2008) e Luiz Antônio Cunha (2016), que abordam a questão da laicidade, laicismo e secularização, e também para situar a educação e o estado brasileiro nos acirrados debates sobre a laicidade (2007; 2009; 2017; 2018), considere Ricardo Mariano (2011) e Giumbelli (2000; 2014).

O termo *laicidade* vem do latim *laicus*, e este do grego *λαϊκός* (*laikós*), ou seja, propriamente 'do povo': daí, a palavra laico, leigo, que exprime oposição ao religioso, sendo este, também, um fenômeno político, jurídico e institucional derivado do Estado, caracterizando-se como a emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos, prevendo assim a neutralidade das instituições públicas (MARIANO, 2011; RANQUETAT Jr., 2008). Já o termo *Secularização* recobre diversos fenômenos sociais e culturais, caracterizando-se pelo declínio da religião como prática pública, sua perda de posição, força e autoridade, limitando-a a vida privada. Para Bobbio (2007), secularização significa perda progressiva de valores religiosos (cristãos) da vida humana em todos os aspectos. Na sociedade de hoje, segundo o autor, secularização se assemelha sob múltiplos aspectos ao processo de laicismo, pois, este é o contrário de clericalismo e confessionalismo, portanto, incompatível com todo e qualquer regime que pretenda impor aos cidadãos uma religião ou irreligião de Estado, enquanto a noção de laicidade diz respeito à autonomia dos leigos nos negócios seculares e a aceitação de que a comunidade política e a Igreja são independentes e autônomas, cada um no seu próprio campo.

## Série Documental

A série documental selecionada para esta pesquisa se constitui em: a) relatórios estatísticos oficiais publicados pela Prefeitura Municipal de Campinas; b) sites; c) e projetos políticos pedagógicos das unidades escolares; e d) as Diretrizes Curriculares Municipais da Educação Básica para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, documento oficial coletivamente escrito e amplamente discutido entre os profissionais da rede municipal de educação municipal.

Este trabalho se organizará em duas partes, sendo a primeira destinada a construir o mapeamento histórico do atendimento institucionalizado de crianças pequenas na cidade, analisando dados históricos e estatísticos. E a segunda parte trata de duas questões: a) compreender a forma como se encontra a laicidade e a religião na Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas, problematizando esta relação b) procura demonstrar como se efetivam as condições de atendimento às crianças e que condições de trabalho para docentes e funcionários são garantidas dentro desta Rede composta por diferentes modalidades de escolas e centros infantis.

## Desenho da Rede de Educação Infantil em Campinas

### A) AS PRIMEIRAS UNIDADES EDUCACIONAIS PÚBLICAS CONVENIADAS

Campinas é uma proeminente cidade do Estado de São Paulo, fundada em 1774, distante 99 km da capital. Destaca-se dentre os demais municípios do interior paulista, tanto por sua extensão, número de habitantes<sup>8</sup>, tanto quanto pelo seu Produto Interno Bruto (56,4 bilhões), que a coloca em 11º lugar dentre as cidades brasileiras com a maior economia<sup>9</sup>. Além de pertencer a um dos polos metropolitanos de São Paulo, desempenhando importante papel estratégico no desenvolvimento do Estado, graças às indústrias, serviços e geração de tecnologia, além de possuir em suas terras importantes universidades como a Universidade Estadual de Campinas, responsável por 8% da pesquisa acadêmica do País<sup>10</sup>.

A cidade possui um sistema de educação bem estruturado. O Sistema Municipal de Ensino de Campinas, criado em 13 de março

---

<sup>8</sup> População estimada: 1.204.073 pessoas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama> Acesso em: 17 de setembro de 2019.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/as-20-cidades-com-as-maiores-economias-do-brasil/> Acesso em: 9 de agosto de 2019.

<sup>10</sup> A Unicamp responde por 8% da pesquisa acadêmica no Brasil, 12% da pós-graduação nacional e mantém a liderança entre as universidades brasileiras no que diz respeito a patentes e ao número de artigos per capita publicados anualmente em revistas indexadas na base de dados ISI/WoS. A média anual de teses e dissertações defendidas é de 2,1 mil e 99% de seus professores possuem título de doutor. Esse batalhão do ensino e pesquisa lidera o ranking nacional per capita de publicações científicas nas revistas internacionais catalogadas. Se a produção acadêmica for calculada pelo desempenho de cada pesquisador, a Unicamp é, atualmente, a mais produtiva universidade brasileira. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/pesquisa> Acesso em: 9 de agosto de 2019.

de 2006 pela Lei nº 12.501/2006<sup>11</sup>, é composto das seguintes unidades e órgãos vinculados à Secretária Municipal de Educação: Conselho Municipal de Educação; Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); Conselho de Alimentação Escolar; Conselho das Escolas Municipais; Conselhos de Escolas; Unidades Educacionais de Educação Infantil mantida pelo Poder Público Municipal; Instituições de Educação Infantil criada e mantidas pela iniciativa privada; Unidades Educacionais de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos mantidas pelo Poder Público Municipal; Fundação Municipal para Educação Comunitária FUMEC; Núcleos de Ação Educativa Descentralizada – NAEDs, aos quais se vinculam, pedagógica e administrativamente, as unidades educacionais, públicas e privadas, que compõem o Sistema Municipal de Ensino; e outros órgãos vinculados à área educacional, que vierem a ser criados e integrados à Secretaria Municipal de Educação<sup>12</sup>.

Toda a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação de Campinas foi reorganizada em 2003, inclusive as atribuições dos Departamentos, Coordenadorias e setores, nesta reorganização é que ocorreu a implementação dos cinco Núcleos de Ação Educativa Descentralizada (NAEDs), dividindo Campinas em regiões<sup>13</sup>. Estes Núcleos configuram-se como responsáveis por idealizar diretrizes políticas pedagógicas, objetivando aproximar as instâncias de planejamento e intervenção. Estes são dirigidos por um Representante Regional que é nomeado pelo prefeito, atuando em conjunto com supervisores educacionais e com coordenadores pedagógicos, para que de forma participativa possam acompanhar assessorar e assegurar o

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/2006/1250/12501/lei-ordinaria-n-12501-2006-institui-o-sistema-municipal-de-ensino>  
Acesso em: 18 setembro de 2016.

<sup>12</sup> Disponível em: [http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/plano-municipal-educacao-2014-2015/arquivos/doc\\_base.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/plano-municipal-educacao-2014-2015/arquivos/doc_base.pdf) Acesso em: 18 setembro de 2019.

<sup>13</sup> Decreto Municipal nº 14.460

cumprimento das ações cotidianas das Unidades Educacionais que compõem o Sistema Municipal de Ensino.

Além do Sistema de Ensino, a cidade se destaca no cumprimento da meta 15 do Plano Nacional de Educação. Esta meta é referente à formação de professores, visto que Campinas apresenta 88,5% como percentual total do número de professores da educação básica, formados no ensino superior, ultrapassando a média nacional que é 78,3%, mesmo ainda estando distante da meta de 100%<sup>14</sup>.

O município conta também com um conjunto de documentos, construídos de forma coletiva, que servem de orientação para as Unidades Educacionais. Dentre eles destacam-se às quatro versões das Diretrizes Curriculares Municipais: Diretrizes para o Ensino Fundamental Anos Iniciais (2012), as Diretrizes para Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos Anos Finais (2010), as Diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos Anos Finais (2013) e as Diretrizes para a Educação Infantil (2013), vindo como síntese do processo de ressignificação do “Currículo em Construção” de 1988.

O Sistema Municipal de Educação Infantil de Campinas é composto por três diferentes tipos de Unidades Educacionais, que foram distintamente organizadas e nomeadas neste trabalho de acordo com a sua modalidade: 1) Unidade Pública Conveniada: as entidades conveniadas assistenciais parceiras, com estrutura física e pessoal próprios sob a responsabilidade da entidade, com a supervisão educacional e repasse de verbas da prefeitura; 2) Unidade Pública Municipal: as creches e pré-escolas municipais com estrutura física e todos demais encargos completamente sob responsabilidade da administração municipal; 3) Unidade Pública Privada: as Naves-Mães, com estrutura física construída pela prefeitura, mas operando em sistema de cogestão entre a prefeitura e a entidade sem fins lucrativos, escolhida para receber o repasse de verbas para gestão da unidade, ficando a encargo das

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/15-formacao-professores/dossie-localidades> Acesso em: 20 setembro de 2019.

administradoras toda a contratação de pessoal, compra de recursos e tudo mais referente à administração das unidades.

Além destes três tipos de modalidade de oferta de educação infantil, Campinas conta também com escolas privadas de educação infantil, que são autorizadas e supervisionadas pela Secretaria Municipal de Educação<sup>15</sup>, conforme previsto em Resoluções Municipais<sup>16</sup>. São no total 82 escolas de educação infantil privadas, mas que não serão analisadas neste trabalho, visto que o objetivo deste é compreender como se deu a configuração da rede municipal escolar (com financiamento público) de Campinas estabelecendo as relações entre educação infantil com a assistência social e religião.

Toda esta organização, sub-regiões e Sistema se fez necessário para gerir uma das maiores Redes de Educação Infantil do país à frente inclusive de capitais como Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis<sup>17</sup>. Em 2004, segundo o portal do INEP, havia 26.555 crianças que frequentavam instituições de educação infantil da rede pública municipal. Este número saltou para 34.905<sup>18</sup> crianças matriculadas na Educação Infantil Municipal de Campinas, em 2019.

As primeiras iniciativas de cuidado à criança e a infância na cidade foram desempenhadas através de entidades criadas em sua maioria ligada a igrejas ou instituições religiosas, hoje parceiras conveniadas com a administração pública.

A entidade mais antiga que se têm notícia e que mantém convênio com a administração municipal iniciou seus trabalhos em 1914. Trata-se da *creche Bento Quirino*, criada originalmente num

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/escolas.php>  
Acesso em: 23 de setembro de 2019.

<sup>16</sup> Resolução CME n° 01, de 01 de março de 2018; Resolução SME n° 07, de 12 de setembro de 2018, Resolução CME n° 01, de 11 de junho de 2010 e Resolução SME n° 04, de 3 de julho de 2018.

<sup>17</sup> Dados Censo Escolar 2019 Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/resultados-e-resumos>  
Acesso em: 5 de janeiro de 2020.

<sup>18</sup> Números referentes às crianças matriculadas nas Unidades públicas/públicas e públicas/privadas. Ao somar as três modalidades o número de matrículas salta para 43.478.

anexo da igreja de Santo Antônio inicialmente sob os cuidados do bispo Dom Nery e apoio financeiro de Bento Quirino<sup>19</sup>, sua função original era o acolhimento de crianças órfãs da epidemia de febre amarela que assolou grande parte da população campineira no final do século XIX. O surto iniciado em 1889 eclodiu em Campinas, trazido por Rosa Beck, professora de francês, que contraiu a enfermidade no porto de Santos ou Rio de Janeiro e em Campinas permaneceu durante o período de incubação da doença antes de falecer (NEGRÃO, 2004).

O surto da doença reduziu em um terço os habitantes campineiros e mobilizou setores organizados da sociedade. Buscando amparar as crianças órfãs, remanescentes da doença e resolver aquele problema social emergente, evitando crianças abandonadas, mendigando e se prostituindo nas ruas da cidade (NEGRÃO, 2004) foi criada uma instituição em regime de internato, que recebeu inicialmente o nome de Orfanato São Francisco. A direção desta ficou a cargo das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria, que financeiramente conseguiam manter trinta crianças sob seus cuidados. A manutenção do orfanato se dava por doações e também pelo rendimento auferido na fábrica de hóstias mantida pelas Irmãs, cujo mercado era as igrejas tanto do município, quanto de São Paulo a até de outros Estados. A entidade assim funcionou até o ano de 1947. Passando por dificuldades financeiras, uma nova diretoria foi instituída por meio de senhoras da sociedade civil campineira, nova mantenedora da creche, intitulada de Sociedade Feminina de Assistência à Infância que permanece até os dias atuais. Com a mudança, a entidade também passou a ser um externato, que contou com reforma do prédio e ampliação para aprimorar o atendimento, que então seriam estendidos às crianças cujas mães necessitavam trabalhar. Desta forma, a entidade funcionou durante anos, apresentando caráter eminentemente

---

<sup>19</sup> Fazendeiro de Campinas, solteiro e um dos líderes republicanos, financiou a obra do bispo Dom Nery para então dois anos após a concessão veio a falecer em dezembro de 1914.

assistencialista, caritativo e filantrópico dedicada a crianças recém-nascidas a até sete anos (TONOLLI, 1996).

A Igreja Católica foi uma das primeiras responsáveis por criar entidades de cuidado à infância no Brasil. É necessário compreender que esta preocupação com a infância, com o desfavorecido e com o necessitado, é característica da doutrina da caridade cristã que deve ser praticada por seus fiéis. Esta doutrina é baseada na ideia de amor fraterno a todos aqueles necessitados que precisem de ajuda, sejam famílias carentes, mendigos, crianças abandonadas ou deficientes. Enfim, essa caridade é pregada pela Igreja Católica e tida como dever cristão (SILVA, 2006) que não visa interesses pessoais, mas baseia-se na própria obra de Jesus Cristo, preconizada pela Bíblia e difundida moralmente pela Igreja, pois, Jesus em suas obras servia ao próximo e aos desfavorecidos. Com este discurso, a Igreja Católica objetivava o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, ajudando a amenizar as injustiças e corrigir situações de desamparo extremo, principalmente quando do início do capitalismo, fazendo com que essas ajudas paliativas evitassem conflitos e revoltas dos desfavorecidos pelo sistema.

A Igreja Católica se empenhou nestes cuidados, inaugurando assim as Casas de Misericórdias<sup>20</sup>, Santa Casas, instituições asilares e tutelares, e a rodas dos expostos<sup>21</sup>. Ao final do primeiro século de

---

<sup>20</sup> É na vila de São Paulo, por volta de 1560, que emerge a primeira instituição de atendimento à pobreza do país, a Irmandade de Misericórdia, que sobrevivia baseada em esmolas. Estas instituições irão se propagar pelos séculos seguintes sob a ação de outras ordens religiosas, como os franciscanos, beneditinos, carmelitas e vicentinos.

<sup>21</sup>A roda dos expostos foi o mecanismo criado como forma dos pais doarem seus filhos sem serem reconhecidos, mas com a garantia de que estes seriam encaminhados para uma instituição e não abandonados. Desta forma, a instituição acolhia estas crianças, prestando atendimento e posterior encaminhamento às outras famílias, seja para adoção, seja para mão de obra familiar. Pioneiramente estas rodas não serviam a estes propósitos, mas sim eram instaladas em mosteiros e conventos para entrada de objetos, alimentos e mensagens, sem que houvesse o contato dos religiosos com o mundo exterior, garantindo assim sua clausura e vida contemplativa. Porém, com o

colonização, já existiam quatorze irmandades que prestavam assistência a velhos, doentes, presos, desvalidos e à infância no Brasil (MESGRAVIS, 1975). “Crianças órfãs, leprosos, alienados, doentes e inválidos foram os primeiros segmentos que receberam uma forma assistencial institucionalizada” (SPOSATI, 1988, p.78).

A Igreja era quem se preocupava com esta parcela da população, enquanto ao poder público, como obrigação do Estado, cabia atuar como agente regulamentador e fiscalizador das atividades das instituições que cuidavam da infância e da criança (KRAMER,1982) através do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, com sede no Rio de Janeiro, que tinha como objetivos:

Atender aos menores de oito anos; elaborar leis que regulem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite; velar pelos menores trabalhadores e pelos criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância (p. 54).

Dessa forma, até a década de 1940, no município de Campinas, as únicas instituições de cuidado à infância existentes eram instituições confessionais. Mesmo com início da intervenção pública, até a década de 1970, a iniciativa particular se consolidou neste setor, uma vez que das vinte e seis Unidades Educacionais criadas no município em trinta anos, onze delas<sup>22</sup> eram Públicas Conveniadas e ainda hoje fazem parte da Rede Municipal de Educação Infantil. Estes convênios, em sua maioria significam contratos anuais, firmados geralmente no início do ano letivo e são

---

tempo as rodas passaram a ser utilizadas por pais que queriam deixar suas crianças nestas instituições. Para cessar o uso indevido das rodas dos mosteiros, estas passam a ser instaladas em hospitais. As rodas de São Paulo e Salvador permaneceram até 1950, sendo as últimas a existirem em todo o mundo ocidental. No total, o Brasil contou com treze rodas dos expostos.

<sup>22</sup> São Elas: Creche B Quirino, Instituto Dom Nery, Instituto Popular Humberto De Campos, Casa Da Criança De Sousas, Casa Da Criança Madre Anastácia, Lar Escola Jesus De Nazaré, Creche Irmã Maria Ângela, Centro Promocional Nossa Senhora Da Visitação, Casa Da Criança Meimei, Creche Mãe Luiza, Creche Tia Léa.

por diversos anos renovados, mantendo a periodicidade e os laços, prefeitura-entidade conveniada.

**Tabela 1** – Movimento de criação das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Educação de Campinas (por década)

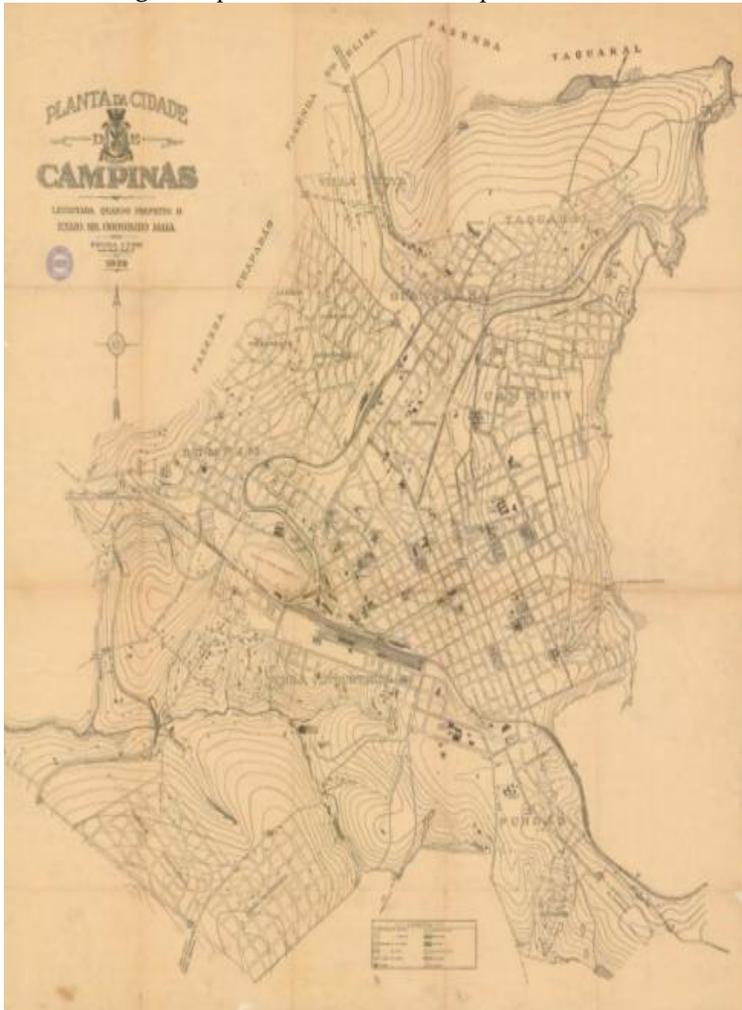
Período	Pública Municipal	Pública Conveniada	Pública Privada	Total Unidades	Porcentagem * (%)
Até 1950	1	3	-	4	1,94
1951-1960	10	5	-	15	7,28
1961-1970	4	3	-	7	3,40
1971-1980	22	9	-	31	15,05
1981-1990	37	4	-	41	19,90
1991-2000	38	11	-	49	23,79
2001-2010	18	8	13	39	18,93
2011-2019	3	2	15	20	9,71
<b>Totais</b>	<b>133</b>	<b>45</b>	<b>28</b>	<b>206</b>	<b>100,00</b>

\* Porcentagem calculada sobre o total de unidades.

Fonte: Elaboração própria, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

A Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas é composta hoje por 45 Unidades públicas conveniadas, construídas para prestar atendimento às crianças e às famílias. A oferta desse tipo de atendimento foi pioneiro na cidade, no início do século passado. Iniciado em 1914, foi ampliado na década de 1930 para outras duas unidades, localizadas nas áreas centrais da cidade, que compunham parte da malha urbana consolidada, como é possível de ser observada na planta da cidade de 1929 (figura 1). Estas áreas dariam origem às porções centrais das hoje ditas Regiões Norte, Leste e Sul.

Figura 1- planta da cidade de Campinas em 1929<sup>23</sup>



Conforme a planta de 1929, a área central da cidade seria cortada pela instalação da Estrada de Ferro Paulista em 1870. De acordo com Ramos (2016), a linha férrea foi a primeira grande responsável por dividir Campinas em áreas distintas, constituindo-

---

<sup>23</sup> Disponível em: [http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/luos/p3a/anexo3\\_fichas\\_paisagensculturais/anexo\\_3.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/luos/p3a/anexo3_fichas_paisagensculturais/anexo_3.pdf) Acesso em: 17 de outubro de 2019. Acesso em: 23 de setembro de 2019.



fixando seu crescimento urbano e tornando necessária a expansão de ruas e equipamentos.

Mas, é após os anos 1930 que a cidade começa a se urbanizar, após a crise do café e a contratação de Prestes Maia<sup>24</sup> para realizar o traçado e a reestruturação da malha urbana da cidade, substituindo o bonde pelo transporte rodoviário. Parte do projeto constituiu na construção de rodovias e anéis viários, necessários para o escoamento da produção.

Após esses movimentos narrados, ocorrem novas reorganizações espaciais da cidade, sobretudo com a construção de grandes rodovias ligando Campinas à capital e demais regiões. Esses novos processos culminam, na década de 1950, com intensa industrialização da cidade cujas indústrias buscavam se instalar no interior paulista, principalmente ao longo dos eixos viários.

A instalação destas indústrias nas proximidades das rodovias favoreceram o acesso e a expansão periférica da cidade, tornando localidades antes desconexas da malha urbana consolidadas, agora acessíveis, iniciando o processo de urbanização e expansão de áreas das regiões Sul, Sudoeste e Noroeste.

A expansão periférica da cidade ao sul da linha férrea foi impulsionada com as construções da Rodovia Anhanguera (1948), da Rodovia dos Bandeirantes (1938) e da Rodovia Santos Dumont na década de 1980, religando a área a outras vias urbanas. Estas, direcionaram o fluxo migratório, portanto, a expansão industrial apoiada no acesso viário a terrenos distantes, antes inacessíveis, foi o fator gerador do crescimento periférico e urbanização destas áreas (RAMOS, 2016).

A década de 1950 mostrou-se como o período em que mais se aprovou loteamentos pela cidade. Segundo Ramos (2016), estes loteamentos aprovados restringiam-se a serem terraplanados e

---

<sup>24</sup> Engenheiro civil, arquiteto e político brasileiro foi convidado pela Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas de São Paulo em 1934 para auxiliar na remodelação urbana de Campinas, onde também propôs um sistema viário parecido com o da capital, apesar do forte impacto da ferrovia na região, que ainda era mais rural do que industrial.

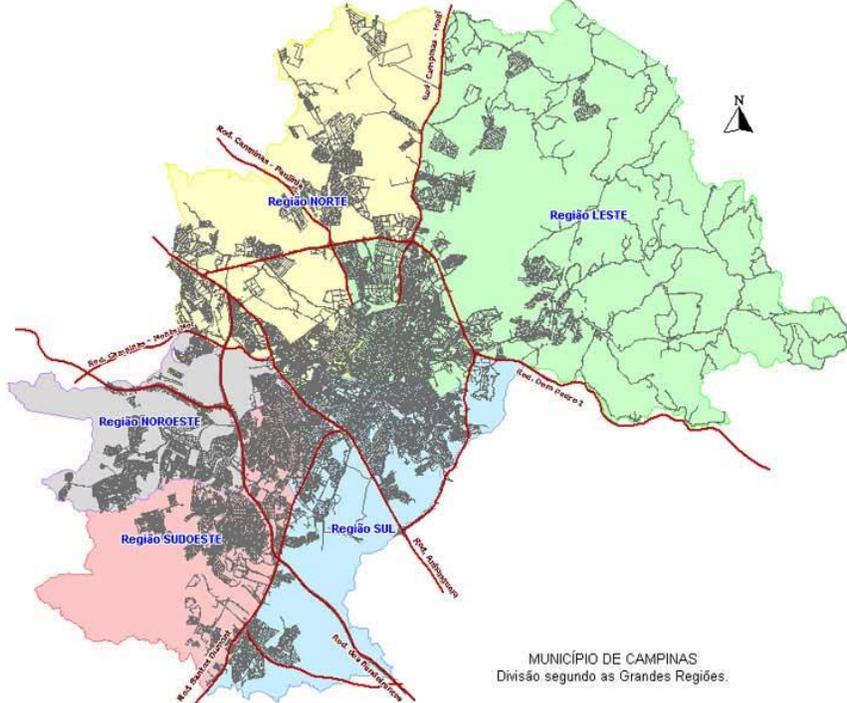
demarcados, mesmo que não contassem com estruturas mínimas necessárias e nem mesmo ligações com núcleos já urbanizados. Estas áreas foram facilmente ocupadas, devido principalmente ao preço das terras, pelos migrantes que chegavam aos montes na cidade para trabalhar nas novas indústrias. Eles mesmos se empenhavam na autoconstrução de suas habitações, pois, com o baixo salário que recebiam das indústrias, não conseguiam pagar o preço de uma moradia formal em outras áreas da cidade, portanto, a solução encontrada foi a ocupação destas terras vazias e desvalorizadas.

Essa industrialização de baixos salários foi a responsável pelo desenvolvimento de áreas informais pela cidade, enquanto o poder público se ausentava de suas obrigações quanto ao controle dessas ocupações, não investindo nem de sua parte e, nem de parte do capital industrial em recursos pra diminuir a informalidade destas áreas.

Neste processo de distanciamento das áreas centrais, as periferias foram ocupadas pelos trabalhadores das indústrias, provenientes da migração ou expulsos das áreas centrais por não conseguirem se manter nelas, intensificando o processo de segregação espacial da população de baixa renda, em um perverso processo de apropriação, uso e ocupação do solo, gerando bairros e favelas sem condições e infraestruturas mínimas, muito menos equipamentos públicos para atendimento a esta população.

Desta forma estas áreas, mais tardiamente urbanizadas, compostas principalmente pelas regiões Sudoeste e Noroeste apresentam os menores índices de renda e qualidade de vida do município.

Figura 3 – Divisão de Campinas segundo as grandes regiões<sup>25</sup>.



Fonte: CENSO 2010.<sup>26</sup>

A região Leste (área em verde na figura 3) se caracteriza, ao lado das regiões Norte e Sul como as mais antigas, responsáveis pelo início da história de Campinas. Esta região foi a pioneira a receber as instituições de cuidado à infância como a já citada entidade em 1914. Abrange hoje bairros centrais da cidade, tais como Cambuí, Taquaral, Parque Taquaral, Nova Campinas, bem como distrito de Sosas e Joaquim Egídio. Assumindo à diferenciação desta região frente às demais, como já se evidenciava no início do século passado com a construção da ferrovia, é nesta

<sup>25</sup> . Disponível em: [http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/taxa\\_de\\_crescimento\\_densidade\\_populacional.php](http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/taxa_de_crescimento_densidade_populacional.php) Acesso em: 17 de outubro de 2019.

<sup>26</sup> Disponível em: [http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/censo2010-imagens/macroreg\\_web.jpg](http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/censo2010-imagens/macroreg_web.jpg) 17 de outubro de 2019.

que se encontram os bairros mais privilegiados da cidade, sendo a região escolhida para abrigar o primeiro shopping center em 1980, situado na antiga fazenda de café, Fazenda Brandina e é onde se encontram também parte dos casarões e patrimônios históricos da cidade, como a casa do Cardeal Dom Agnello Rossi<sup>27</sup> e o prédio do Liceu Salesiano<sup>28</sup>.

É na região Leste que se encontram os principais colégios privados do município, estabelecendo-se como a região onde a elite educava e seguem educando seus filhos até os dias de hoje. Ali também se encontram os principais hospitais históricos privados, como os Irmãos Penteados, Casa de Saúde, Beneficência Portuguesa dentre outros que atendem os moradores de toda a cidade. Configura-se, portanto, em uma região rica em estruturas e equipamentos, destacando-se dentre as demais, desde o século passado, evidenciando a política social da velha elite brasileira. Na região se encontra uma grande quantidade de empresas, lojas, hotéis, restaurantes e feiras livres e faz divisa com os municípios de Jaguariúna, Pedreira, Morungaba e Valinhos.

---

<sup>27</sup> Construída no final do século XIX, a Casa do Cardeal Dom Agnello Rossi recebeu o chamado “prefeito da sagrada Congregação para evangelização dos povos, junto ao Vaticano”. A casa possui características peculiares da época, identificando a influência da imigração italiana na arquitetura da região. Atualmente, a casa é um patrimônio tombado e tem somente a finalidade de moradia particular. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/regioes/leste/patrimonios.php> Acesso: 4 de novembro de 2019.

<sup>28</sup> Em 1987, foi fundada a casa de educação e ensino, entregue pelo bispo Dom Nery. Acompanhada de um histórico triste, o colégio deu início às atividades pouco depois do surto de febre amarela vivido em Campinas, em que mais de 5 mil habitantes morreram com a doença. Uma mulher, Sra. Maria Umbelina Alves Couto, liderou uma busca por corações generosos para criar um abrigo para as crianças órfãs em razão dessa epidemia. Foi com o cônego João Batista Correa Nery que Maria Umbelina encontrou apoio, e anos depois fundou o colégio, que até hoje está em atividade. Um dos colégios mais tradicionais da cidade dispõe também de uma capela histórica e muito bela. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/regioes/leste/patrimonios.php> Acesso em: 4 de novembro de 2019.

Porém, contrastando com a parte que compõe o centro da cidade, na região também encontram-se áreas que merecem atenção, principalmente por se tratarem de ocupações e favelas, como às próximas ao Parque São Quirino no extremo noroeste, ao Jardim Flamboyant e áreas localizadas no distrito de Sousas e Joaquim Egídio.

A região Leste é a que possui a maior área, com 340,327km<sup>2</sup>, ocupando um pouco menos que a metade da extensão do município que é 794,744km<sup>2</sup>. Parte considerável desta são áreas rurais de Sousas e Joaquim Egídio que contam com uma grande Área de Preservação Ambiental.

Ao se pensar em violência na região (interpessoal, intrafamiliar, urbana/comunitária e autoprovocada) esta é a que apresenta o menor índice, 243 notificações no ano de 2015, porém, é a região que mais registra notificações na população com 60 anos ou mais.

A região é marcada por grandes desigualdades sociais, conforme dados do Censo 2010, há uma enorme disparidade de renda na região, onde uma pequena parcela, 10.400 habitantes recebem entre 20 salários mínimos ou mais, enquanto outros 433.300 percebem de 0 a 3 salários mínimos e 316.000 não recebem nenhum tipo de renda.

Nesta, há um total de 248.939 habitantes<sup>29</sup> e as entidades preocupadas em atender os campineiros que pioneiramente ali se instalaram passaram a oferecer seus serviços, porém, importante destacar que mesmo após início das construções de Unidades Públicas Municipais e intensificação da periferização da cidade as entidades mantiveram-se construindo suas unidades nesta região privilegiada da cidade, fato que destoava dos objetivos de criação destas entidades de assistência e benemerência visando prestar atendimento e cuidado à infância.

---

<sup>29</sup> Disponível em: [https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio\\_de\\_informacoes\\_sociais\\_campinas\\_2015.pdf](https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_2015.pdf) Acesso em: 17 de outubro de 2019.

Portanto, como pode ser observado na tabela 2, é na região mais privilegiada da cidade que há a maior concentração de unidades públicas conveniadas. Do total de 45 unidades pertencentes à Rede Municipal de Educação Infantil, 17 delas, ou seja, 37,7%, estão localizadas na região Leste, e estas ainda como se pode observar na figura 4 encontram-se em sua maioria na área do centro da cidade, próxima à linha férrea, com poucas unidades nas áreas mais distantes, sendo que das três áreas que mais demandam atenção, duas delas o Parque São Quirino e o Jardim Flamboyant, não apresentam nenhuma unidade pública conveniada para oferecer atendimento a estas crianças locais.

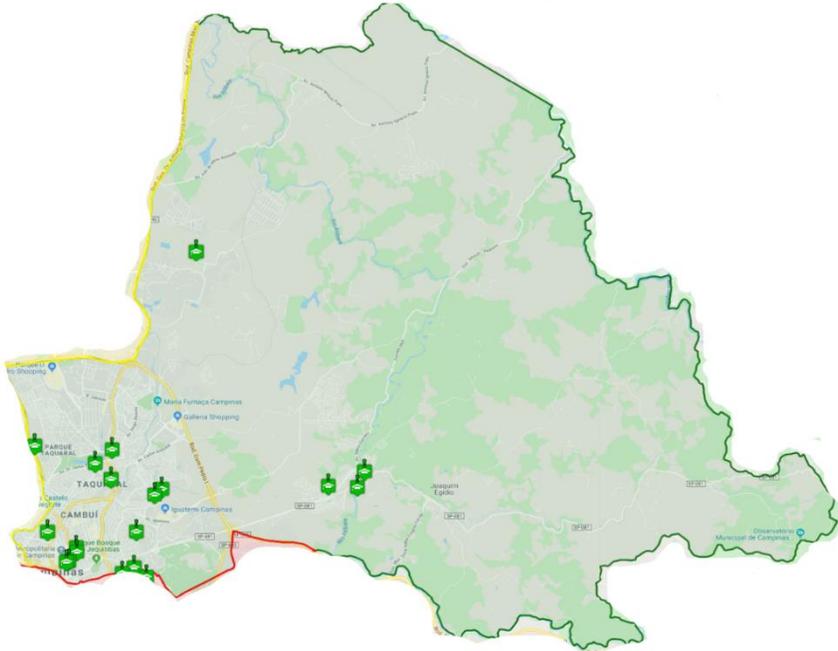
**Tabela 2 - Unidades Públicas Conveniadas região Leste**

<b>Região Leste/ Período</b>	<b>Pública Conveniada Leste</b>	<b>Total de Unidades na Cidade</b>	<b>Porcentagem * (%)</b>
<b>Até 1950</b>	3	3	17,6
<b>1951-1960</b>	2	5	11,8
<b>1961-1970</b>	-	3	0,0
<b>1971-1980</b>	2	9	11,8
<b>1981-1990</b>	3	4	17,6
<b>1991-2000</b>	4	11	23,5
<b>2001-2010</b>	2	8	11,8
<b>2011-2019</b>	1	2	5,9
<b>Totais</b>	<b>17</b>	<b>45</b>	<b>100</b>

\* Porcentagem calculada sobre a quantidade de Unidades Públicas Conveniadas criadas na região por período de tempo.

Fonte: Elaboração própria, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

**Figura 4** - Unidades públicas conveniadas região Leste



Fonte: <https://sme-hoje.campinas.sp.gov.br/mapa.php> Acesso em: 17 de outubro de 2019.

A região Norte (área em amarelo na figura 3), abrange também pequena parcela da malha central da cidade ao norte da linha férrea. Sua maior concentração populacional está próxima à Torre do Castelo, abrigando assim bairros como Jardim Chapadão, Bonfim e Botafogo, e outros como a Vila Boa Vista, o Conjunto Habitacional Padre Anchieta, Jardim São Marcos e Santa Mônica, abrigando também o distrito de Barão Geraldo e Nova Aparecida.

A urbanização desta região e sua periferização se deu principalmente após a instalação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1960, atraindo e passando a abrigar os primeiros condomínios fechados e hoje tem a maior parte deles, destinados às camadas de alta renda campineira e região, com concentrações comerciais de classe alta, modificando totalmente a paisagem da região, e principalmente do distrito de Barão Geraldo

que até então era formado basicamente pelas fazendas Rio das Pedras e Santa Genebra, transformando-a em um dos maiores negócios imobiliários da cidade (RAMOS, 2016).

Possibilitados também pela Universidade houve o loteamento de diversas glebas e implantação de empreendimentos no entorno da Universidade e ao longo da Rodovia Dom Pedro, principalmente na década de 1970, devido à sua localização privilegiada, trazendo destaque econômico a região com estabelecimentos comerciais de grande porte como o Makro, CEASA e hipermercados.

Hoje a região Norte é a que possui a segunda menor população entre as cinco regiões do município, com 212.342 habitantes<sup>30</sup>, em contrapartida, é a região que apresenta a segunda maior área, 165.955 km<sup>2</sup>, atrás somente da região Leste quando o quesito é extensão territorial.

Ao lado da região Leste é uma das regiões mais desenvolvidas economicamente, fato que resulta em 95% da sua área pavimentada e conseqüentemente com esgoto e água tratada. Conta com boa estrutura e equipamentos públicos como escolas, postos de saúde, prontos socorros, hospitais, corpo de bombeiro e base da polícia militar. É nesta região que se concentra um grande centro universitário contando não só com a UNICAMP, mas a Faculdade de Campinas (FACAMP) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC Campinas).

Contempla ainda diversos patrimônios históricos, culturais e naturais – como a Escola de Cadetes do Exército, a Torre do Castelo, o Casarão de Barão, etc. Fazendo divisa com parte do município de Jaguariúna, Paulínia, Sumaré e Hortolândia, é limitada pelas rodovias Francisco Aguirre Proença (SP101) e Adhemar Pereira de Barros (SP340). Apresenta em sua composição uma mescla de usos habitacionais, com usos comerciais, industriais e importantes

---

<sup>30</sup> Disponível em: [https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio\\_de\\_informacoes\\_sociais\\_campinas\\_2015.pdf](https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_2015.pdf) Acesso em: 17 de outubro de 2019.

empreendimentos de impacto para a cidade como o Aeroporto dos Amarais, a Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas (CIATEC I), os loteamentos do Parque Empresarial Techno Park e o Terminal Intermodal de Cargas – TIC.

A região apresenta um baixo número de notificações de violência, próximo à região Leste, com 256 notificações, sendo que destas, a maioria se concentra na população com idade entre 6 e 14 anos (64 notificações) e 30 a 59 anos (68 notificações). Mas, esta também apresenta áreas de ocupações e favelas, com altos índices de vulnerabilidade social, localizados principalmente nos bairros do Campo dos Amarais, Padre Anchieta, Jardim Eulina e Jardim Aurélia, nas beiradas da Rodovia Anhanguera, também duas ocupações na área rural de Barão Geraldo.

A região apresenta desigualdade social relevante, principalmente quando diz respeito à ausência de renda, pois, 57.400 habitantes não possuem rendimentos e 107.900 habitantes percebem renda entre 0,5 e 10 salários mínimos.

Nesta região Norte, as entidades passaram a ser inauguradas na década de 60, junto com o desenvolvimento da área, propiciado pela Universidade. O número de unidades é bem inferior se comparado às demais regiões, pode-se atribuir a este fator a predominância de espaços elitizados na região, não havendo, portanto, razão de ser, frente aos anseios dos fundadores de entidades.

Com uma média de quase uma unidade sendo inauguradas por década, destaca-se a concentração de 50% delas criadas na década de 70 (tabela 3), propiciado principalmente pela intensificação dos processos de industrialização e urbanização.

**Tabela 3 - Unidades Públicas Conveniadas região Norte**

<b>Região Norte/ Período</b>	<b>Pública Conveniada Norte</b>	<b>Total de Unidades na Cidade</b>	<b>Porcentagem * (%)</b>
<b>Até 1950</b>	-	3	0
<b>1951-1960</b>	-	5	0,0
<b>1961-1970</b>	2	3	25,0
<b>1971-1980</b>	4	9	50,0
<b>1981-1990</b>	-	4	0,0
<b>1991-2000</b>	1	11	12,5
<b>2001-2010</b>	1	8	12,5
<b>2011-2019</b>	-	2	0,0
<b>Totais</b>	<b>8</b>	<b>45</b>	<b>100</b>

\* Porcentagem calculada sobre a quantidade de Unidades Públicas Conveniadas criadas na região por período de tempo.

Fonte: Elaboração própria, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

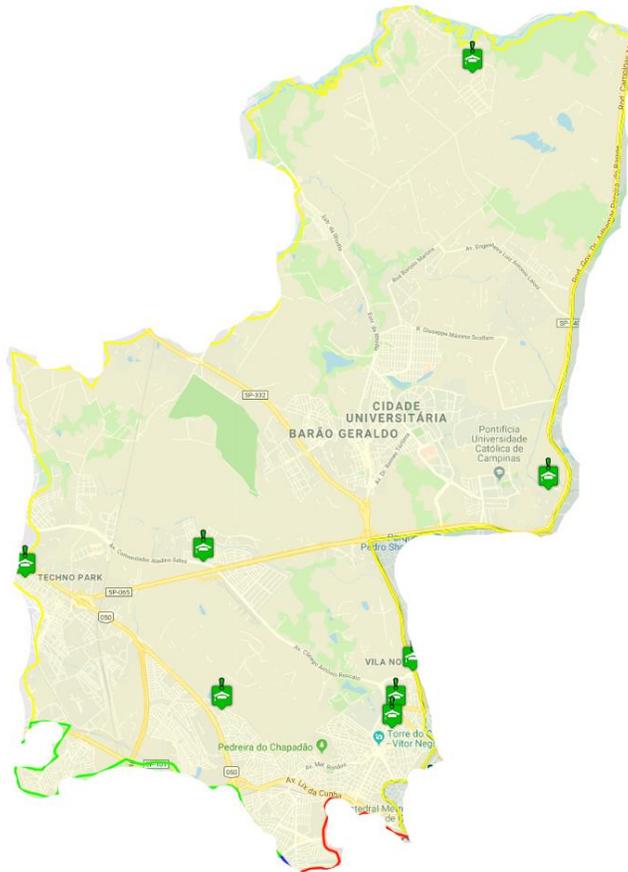
Dessa forma, a região Norte conta hoje com oito unidades, que corresponde a apenas 3,88% de Unidades Públicas Conveniadas com o setor público e pertencente a Rede Municipal de Educação Infantil, número relativamente baixo considerando a densidade populacional da região e as áreas que demandam maiores atenções.

Pode-se observar, na figura 5, que as Unidades Públicas Conveniadas espalham-se rarefeitas pela região, e concentram-se nas áreas do Jardim Chapadão e Vila Nova, enquanto as demais se concentram nas áreas consideradas mais carentes de equipamentos públicos, onde predominam sub-habitações com ocupações e favelas, como no bairro Village (extremo norte), Jardim Eulina, Jardim São Marcos e Chácara Boa Vista.

Desta forma, portanto, as Unidades Públicas Conveniadas ao expandirem suas formas de atendimento à região Norte, percebe-se que mesmo em pouco número, as unidades existentes priorizaram áreas mais vulneráveis para sua construção, visto que muitas vezes nestas localidades não há nenhum outro tipo de oferta dessa etapa de ensino nas proximidades, como é o caso do Village,

que não possuem unidades de nenhum outro tipo de modalidade num raio de 2km.

**Figura 5 – Unidades Públicas Conveniadas na região Norte**



Fonte: <https://sme-hoje.campinas.sp.gov.br/mapa.php> Acesso em: 17 de outubro de 2019.

A região Sul (área em azul na figura 3), engloba ainda uma parte do entorno da área central da cidade. Esta é a região onde se concentra o maior número de habitantes de Campinas. Em partes desta localidade central também se deu o início da história da cidade, sendo ali construídos os bairros operários históricos, dividida das áreas privilegiadas anteriormente pela linha férrea.

Bairros tais como a Vila Industrial, localização escolhida para abrigar a primeira Unidade Pública Municipal de iniciativa do poder público para atender aos filhos dos operários, bem como bairros como a Vila Rica, Ponte Preta e Jardim Proença. Essa área urbana é o contraponto da região Leste. Enquanto naquela se encontravam os velhos casarões dos donos das fazendas de café e dos imigrantes que deram início a industrialização da região de Campinas, nesta viviam os operários que tocavam a máquina industrial e a própria rede ferroviária cuja estação central marca os limites espaciais, como se pode observar na fotografia de 1940.

**Figura 6** – Região central de Campinas em 1940<sup>31</sup>



A região é limitada pelos municípios de Itupeva e Valinhos e contornada pela Rodovia Santos Dumont (SP075). As áreas mais ao Sul da região apresentam áreas rurais de vocação agrícola, pouco urbanizada e desconectadas da malha urbana principal, tendo como primeira cultura o algodão, seguida pela cultura do café, que impulsionou o ciclo desenvolvimentista cafeeiro da cidade. Porém,

---

<sup>31</sup> Disponível em: [http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/luos/p3a/anexo3\\_fichas\\_paisagensculturais/anexo\\_3.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/luos/p3a/anexo3_fichas_paisagensculturais/anexo_3.pdf) Acesso em: 17 de outubro de 2019.

com a crise do café nos anos 20, e a reestruturação da cidade frente à industrialização, fez os fazendeiros venderem suas terras para colonos italianos e japoneses que inseriram na região fruticulturas diversas, como o figo, goiaba e banana, alterando a paisagem local até os dias de hoje.

Por outro lado, estas áreas afastadas passaram por um processo de reforma agrária, distribuindo terras para um contingente populacional de baixa renda, esta mudança intensificou a carência de equipamentos públicos e serviços de atendimento local, bem como a demanda de atividades terciárias, unidades de educação, saúde e transporte público<sup>32</sup>.

Nesta se encontram áreas que carecem de uma maior atenção do poder público, predominantemente formadas por favelas e ocupações, localizadas principalmente nas regiões do Campo Belo, Jardim das Bandeiras e Parque Oziel, uma das maiores ocupações urbanas da América Latina, que apresentam os maiores índices de vulnerabilidade social da região e os menores números de equipamentos públicos.

A região é a mais violenta das cinco que compõe a cidade, apresentando um índice, segundo dados 2015, de 483 notificações, uma diferença discrepante se comparada às 243 da região Leste. Porém, os casos de violência nesta região são mais frequentes para a população de 6 a 14 anos, pois, 162 deles são de violência contra crianças.

Nesta também se evidencia severas desigualdades sociais, principalmente com relação à ausência de renda, a quantidade de habitantes sem rendimento é 82.700, combinada a maioria expressiva, 119.600 que ganha entre 0,5 e 10 salários mínimos.

Diferindo da região Leste, a região Sul apresenta extensão territorial com 119,526 km<sup>2</sup>, mas muito mais populosa, com 316.671

---

<sup>32</sup> Disponível em: [https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio\\_de\\_informacoes\\_sociais\\_campinas\\_2015.pdf](https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_2015.pdf) Acesso em: 17 de outubro de 2019.

habitantes<sup>33</sup>. A primeira unidade Pública Conveniada inaugurada na região Sul foi na década de 50, anos após as primeiras entidades terem iniciado suas atividades na região Leste, mesmo a região ao norte da linha férrea apresentar melhores condições, causado-nos estranheza quanto as razões de criação destas unidades em áreas historicamente mais abastadas, e não em áreas de população massiva operária que necessitavam destas entidades para atenderem seus filhos, enquanto estes se dedicavam à indústria.

**Tabela 4 - Unidades Públicas Conveniadas região Sul**

<b>Região Sul/ Período</b>	<b>Pública Conveniada Sul</b>	<b>Total de Unidades na Cidade</b>	<b>Porcentagem * (%)</b>
<b>Até - 1950</b>	-	3	0,0
<b>1951-1960</b>	1	5	8,3
<b>1961-1970</b>	1	3	8,3
<b>1971-1980</b>	3	9	25,0
<b>1981-1990</b>	1	4	8,3
<b>1991-2000</b>	3	11	25,0
<b>2001-2010</b>	2	8	16,7
<b>2011-2019</b>	1	2	8,3
<b>Totais</b>	<b>12</b>	<b>45</b>	<b>100</b>

\* Porcentagem calculada sobre a quantidade de Unidades Públicas Conveniadas criadas na região por período de tempo.

Fonte: Elaboração própria, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Apesar do grande contingente populacional, a região foi escolha de 12 iniciativas privadas que deram origens às unidades públicas conveniadas com o poder público oferecendo educação infantil na região, representando 27,7% das unidades públicas conveniadas pertencentes hoje à Rede Municipal de Educação Infantil.

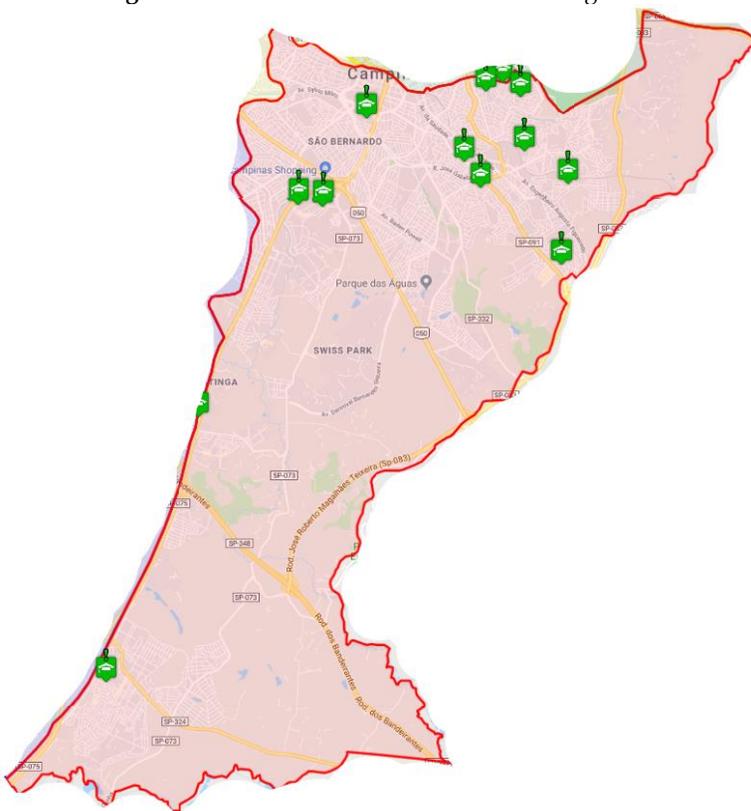
Porém, assim como na região Leste, observa-se que as unidades públicas conveniadas que compõe a Rede Municipal,

---

<sup>33</sup> Disponível em: [https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio\\_de\\_informacoes\\_sociais\\_campinas\\_2015.pdf](https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_2015.pdf) Acesso em: 17 de outubro de 2019.

concentram-se nas áreas mais ao norte da região, área central, divisa com a região Leste, mais estruturada e historicamente mais amparada, enquanto aos bairros periféricos da região, carentes de atendimento dessa etapa da educação básica contam com uma unidade pública conveniada que atende a região do Campo Belo, duas unidades no Parque Oziel, enquanto as demais se concentram numa mesma área como pode ser evidenciado na figura 7.

**Figura 7 – Unidades Públicas Conveniadas região Sul**



Fonte: <https://sme-hoje.campinas.sp.gov.br/mapa.php> Acesso em: 17 de outubro de 2019.

A região Sudoeste (região em vermelho na figura 3), juntamente com a região Noroeste (região em roxo na figura 3) são as mais afastadas do centro da cidade. Na região Sudoeste se

encontram bairros como Jardim Ipaussurama, das Amoreiras, Itatinga, Parque Universitário de Viracopos, Jardim Ouro Verde e os Distritos Industriais (DICs).

Ambas as regiões Sudoeste e Noroeste, configuraram-se mais tardiamente à composição municipal, tendo como precursora a urbanização e industrialização de Campinas iniciadas pós crise do café e intensificadas através de instalações industriais ao longo de importantes rodovias construídas na década de 1950, interligando áreas antes desconexas da malha urbana e à capital. A região, principalmente após a construção do Aeroporto de Viracopos, na década de 1930, atraiu muitos novos loteamentos ao local, servindo de importante polo de desenvolvimento. É criado na região os Distritos Industriais (DIC's), Parque Industrial e São Bernardo, juntamente com a duplicação da Rodovia Santos Dumont. Esse processo de expansão da cidade, urbanização e industrialização ocorreram principalmente aglomerando trabalhadores pobres nestas novas faixas de terra, iniciadas devido a problemas de moradias nas áreas já consolidadas da cidade, principalmente quando da intensa migração de trabalhadores para a cidade nos anos 1960, buscando oportunidade para trabalhar nas indústrias recém instaladas. A estes novos moradores locais somava-se um número cada vez maior de moradores pobres expulsos de suas casas nas áreas centrais, iniciando uma operação de 'limpeza' de cortiços, moradores de rua, negros e prostitutas (os "indesejáveis") que permeavam as áreas nobres da cidade, portanto, deveriam delas ser afastados, por não pertencerem ao contexto local de classe média (RAMOS, 2016).

Esta política de limpeza proposta por Ruy Hellmeister, prefeito da época, dá origem ao bairro Itatinga, na região Sudoeste, único bairro planejado para prostituição do país, em 1967. Objetivando confinar as profissionais do sexo que antes povoavam áreas do centro da cidade (RAMOS, 2016). Como parte integrante desta política de limpeza é evidenciada na criação da empresa mista Companhia de Habitação – COHAB, criada em 1965, propiciando construções de loteamentos habitacionais em áreas

periféricas, destinados à classe trabalhadora, apresentando baixos custos e fora da mancha urbana. Desta forma, a COHAB foi uma das maiores responsáveis pelo processo de periferização e expansão da cidade, construindo e entregando grandes loteamentos, distantes do centro, mesmo que muitas vezes mal servidos de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos. (sobre a COHAB será mais pormenorizado ao analisar as políticas públicas de criação das unidades públicas municipais).

Assim, as regiões Sudoeste e Noroeste apresentam marcadamente características do projeto iniciado na década de 60, objetivando a transferência de pessoas de uma mesma faixa de renda para estas regiões, que passaram a ser compostas por loteamentos, ocupações ilegais e favelas.

Pode-se observar que a ocupação destas áreas por trabalhadores pobres eram toleradas pelo poder público; se ocorressem nas áreas centrais privilegiadas, o poder público não era permissivo e repreendia, evidenciando assim o tipo de crescimento do eixo da pobreza nestas novas faixas da cidade.

A região Sudoeste configura-se como a segunda mais populosa do município, com aproximadamente 253.061 habitantes, perdendo em números somente para a região Sul, contando com a segunda menor extensão de área, 99.606 km<sup>234</sup>. É limitada pelos municípios de Monte Mor e Indaiatuba e é atravessada pela Rodovia Santos Dumont (SP 075) e Rodovia dos Bandeirantes (SP 348). Possui sob seu domínio grandes extensões de zona rural produtoras de diversos tipos de frutas, onde os moradores locais, de chácaras e sítios, pertencem principalmente a descendentes de imigrantes suíços, italianos e alemães que vieram para a região no século 19, para substituir a mão de obra dos escravos nas lavouras.

A expansão territorial sem o devido controle do poder público trouxe diversas consequências para os moradores relegados à estes

---

<sup>34</sup> Disponível em: [https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio\\_de\\_informacoes\\_sociais\\_campinas\\_2015.pdf](https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_2015.pdf) Acesso em: 17 de outubro de 2019.

locais, como saneamento básico deficitário em muitos bairros, sendo que grandes quantidades de esgoto doméstico são lançadas nos rios ou vias públicas, vias estas que não são asfaltadas, cortando a região, sem nenhum tipo de tratamento, podendo trazer sérios riscos e problemas de saúde para os habitantes locais.

Com a implantação do Distrito Industrial em 1974 na região, dada a sua proximidade à Rodovia dos Bandeirantes, contando hoje com mais de trinta empresas de grande porte e multinacionais, este trouxe avanços e a preocupação do poder público para com algumas áreas, acarretando assim o provimento de algumas infraestruturas básicas para a região, inclusive para loteamentos já existentes, mas ainda em número insuficiente para atender e sanar todos os problemas.

Entre os bairros mais afetados, e com maiores índices de vulnerabilidade social, figuram-se o Parque Vida Nova, Distritos Industriais e as áreas compostas pelos bairros Maria Rosa, Novo Campos Elíseos e Santa Lúcia. Portanto, o crescimento desordenado, fruto da ausência de uma política de desenvolvimento urbano, trouxe como consequência uma estrutura urbana descontínua, com loteamentos esparsos e carentes de infraestruturas, serviços e equipamentos públicos para atender os moradores locais, assim muitos deles são levados a acessar estes serviços em municípios vizinhos como Indaiatuba e Monte Mor.

A violência na região apresenta altas quantidades de notificações, inferior apenas às regiões Sul e Noroeste, totalizando 346 notificações no ano de 2015<sup>35</sup>; destas notificações, 81 delas são referentes a pessoas entre 30 e 59 anos, mas a maioria, 112 delas, são referentes a crianças de 6 a 14 anos, o que nos leva a pensar estes índices relacionados a áreas, como o Jardim Itatinga. Além disto, na região, a distribuição de renda, assim como nas demais regiões apresenta grande

---

<sup>35</sup> Disponível em: [https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio\\_de\\_informacoes\\_sociais\\_campinas\\_2015.pdf](https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_2015.pdf) Acesso em: 17 de outubro de 2019.

desigualdade, no total 65.700 habitantes da região declaram não possuir rendimentos.

Apesar de a região ter seu início na década de 1930, com a construção do Aeroporto, sua urbanização e industrialização foi intensificada nos anos 1970 e 1980. Passam-se anos até que as primeiras unidades públicas conveniadas comecem a se instalar na região, somente em 1990.

**Tabela 5 - Unidades Públicas Conveniadas região Sudoeste**

<b>Região Sudoeste/ Período</b>	<b>Pública Conveniada Sudoeste</b>	<b>Total de Unidades na Cidade</b>	<b>Porcentagem * (%)</b>
<b>Até 1950</b>	-	3	0,0
<b>1951-1960</b>	1**	5	20,0
<b>1961-1970</b>	-	3	0,0
<b>1971-1980</b>	-	9	0,0
<b>1981-1990</b>	-	4	0,0
<b>1991-2000</b>	3	11	60,0
<b>2001-2010</b>	1	8	20,0
<b>2011-2019</b>	-	2	0,0
<b>Totais</b>	<b>5</b>	<b>45</b>	<b>100</b>

\* Porcentagem calculada sobre a quantidade de Unidades Públicas Conveniadas criadas na região por período de tempo.

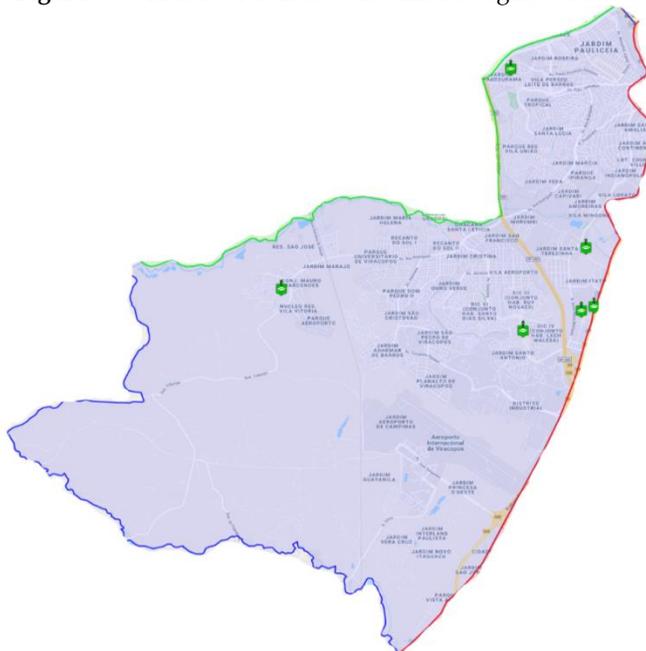
\*\* Entidade conveniada criada em 1956 se situava inicialmente no bairro vila industrial, sendo transferida para a região sudoeste em 2001.

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Hoje, quase três décadas após o início da implantação de unidades públicas conveniadas no local, esta conta apenas com cinco unidades, correspondente à 11,11% do total de unidades públicas conveniadas com o setor público pertencente à Rede Municipal de Educação Infantil. Destoando do discurso de construção assumido pelas entidades, visto que a região, uma das mais populosa e vulnerável da cidade, apresenta número ínfimo de unidades, mesmo que as existentes se encontrem concentradas em áreas necessárias

como Jardim Ipaussurama, Jardim Itatinga, Parque Montreal, Parque Vista Alegre e Vida Nova conforme figura 8.

**Figura 8** – Unidades Públicas Conveniadas região Sudoeste



Fonte: <https://sme-hoje.campinas.sp.gov.br/mapa.php> Acesso em: 17 de outubro de 2019.

Ao lado da região Sudoeste, se encontra a região Noroeste (região em azul na figura 3), esta também distante da região central mais urbanizada da cidade, fruto dos processos de urbanização e industrialização evidenciados pós anos 30. Compreende bairros como Jardim Rossin, Cidade Satélite Iris, Parque Valença I e II, Residencial Cosmos, Jardim Bassoli, Jardim Santa Clara e Conjunto Habitacional Parque Itajaí e o distrito do Campo Grande.

A Noroeste é a região que possui a menor população dentre as cinco regiões do município, totalizando 133.086 habitantes, também é a região com a menor área de extensão territorial 63,330

km<sup>236</sup>. Esta localidade tem evidenciado uma forte expansão econômica nos últimos anos, e possui sob seu domínio um complexo de atendimento à saúde, o Pronto Socorro do Campo Grande e a Maternidade e Hospital Universitário Celso Pierro.

O desbravamento do extremo sudoeste da região deveu-se, em grande parte, ao grande conjunto habitacional, Parque do Itajaí, ali entregue em 1980, que impulsionou a expansão habitacional local, capaz de assistir o bairro mais populoso da cidade, o Residencial São Luiz, que tem em média de habitação dez vezes superior à média da cidade.

É nesta região que se encontra a menor renda média entre as famílias, com localidades que merecem maiores atenções do poder público, como o Jardim Satélite Irís e Campo Grande. Seguida pela Sudoeste que ocupa a segunda posição, compreendendo a maior concentração dos mais pobres sem renda ou àqueles que percebem de 1 a 3 salários mínimos, uma intensa contradição quando comparada a Leste, região que apresenta maior renda média, representando quase 50% a mais que a renda das famílias da Noroeste.

A região apresenta mais notificações de violência que a Sudoeste, apresentando em 2015 um total de 355 notificações, sendo que destas 77 dizem respeito à violência contra crianças de 6 a 14 anos, 84 delas de violência envolvendo a população jovem de 18 a 29 anos, juntamente com 47 notificações relacionadas à violência contra adolescentes de 15 a 17 anos, porém, ainda maior é a quantidade de notificações referente à população de 30 a 59 anos, 95 notificações.

A região também é marcada pela desigualdade social encontrada nas demais regiões, possuindo em sua área 47.300 pessoas sem possuir rendimentos, somados às 66.880 pessoas com salários entre 0,5 e 10 salários mínimos. A região mostrou-se carente de unidades públicas conveniadas até os anos 1990, mesmo esta sendo urbanizada

---

<sup>36</sup> Disponível em: [https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio\\_de\\_informacoes\\_sociais\\_campinas\\_2015.pdf](https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/sites/smcais-vis.campinas.sp.gov.br/files/arquivos/relatorio_de_informacoes_sociais_campinas_2015.pdf) Acesso em: 17 de outubro de 2019.

e industrializada décadas antes. Hoje, anos após a criação da primeira unidade pública conveniada, a região conta com apenas três unidades, ou seja, 6,6% do total de 45 unidades públicas conveniadas pertencente à Rede Municipal de Educação Infantil.

**Tabela 6 - Unidades Públicas Conveniadas região Noroeste**

<b>Região Noroeste/ Período</b>	<b>Pública Conveniada Noroeste</b>	<b>Total de Unidades na Cidade</b>	<b>Porcentagem * (%)</b>
<b>Até 1950</b>	-	3	0,0
<b>1951-1960</b>	1**	5	33,3
<b>1961-1970</b>	-	3	0,0
<b>1971-1980</b>	-	9	0,0
<b>1981-1990</b>	-	4	0,0
<b>1991-2000</b>	1	11	33,3
<b>2001-2010</b>	1	8	33,3
<b>2011-2019</b>	-	2	0,0
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>45</b>	<b>100</b>

\* Porcentagem calculada sobre a quantidade de Unidades Públicas Conveniadas criadas na região por período de tempo.

\*\*Entidade conveniada criada em 1959, foi posteriormente transferida para a região Noroeste.

Fonte: Elaboração própria, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

A região, ao apresentar número tão pequeno de unidades diante da sua realidade socioeconômica, nos faz colocar em cheque os discursos de construções apresentado pelas entidades, visto que a região, a mais pobre dentre as cinco regiões, apresenta apenas três unidades, mesmo que as existentes estejam concentradas em áreas necessárias como o Parque Valença e Jardim Satélite Iris conforme figura a seguir.



## **B) POLÍTICAS PÚBLICAS E AS UNIDADES EDUCACIONAIS PÚBLICAS MUNICIPAIS**

Enquanto as entidades de caridade com ligações religiosas surgiam e se especializavam no atendimento à infância, as primeiras instituições públicas do Brasil, com essa finalidade, datam da década de 1920 e tem como fator motivador a emergência da classe operária e de suas reivindicações e mobilizações, iniciadas também neste período. Nas atividades industriais, as fábricas passaram a contratar mulheres, sem tratar do problema ocasionado com essa nova situação das famílias operárias: onde deixar os filhos durante a jornada de trabalho, uma vez que estes eram responsabilidades das mulheres. Como resultado do início destas organizações é o acirramento dos debates, lutas e disputas em torno da educação no Brasil, principalmente quando da criação do Ministério da Educação e Saúde, neste mesmo período, sob o comando de Francisco Campos<sup>37</sup>.

Ao assumir este cargo o ministro propõe uma série de medidas e reformas no sistema educacional brasileiro ao nível federal, as mais significativas foram a reforma do ensino secundário e do ensino superior, não contemplando o ensino primário e o ensino normal, de alçadas dos Estados. Mas, mudanças que puderam ser observadas no período foram a instituição do ensino seriado, tornando-o de frequência obrigatória e única forma de acesso ao ensino superior; a

---

<sup>37</sup> Francisco Campos, natural de Dores do Indaiá (MG), formou-se advogado e jurista, pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte. Em 1919, iniciou sua carreira política elegendo-se deputado estadual em Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Dois anos depois, chegou à Câmara Federal, reelegendo-se em 1924. Nessa época já defendia as posições antiliberais que o projetariam anos mais tarde. Foi secretário do Interior de Minas Gerais e responsável por profunda reforma no sistema educacional de Minas. Após golpe de Estado e recém-criação do Ministério da Educação e Saúde é designado para assumir o Ministério tendo visto seu destaque nas reformas educacionais em Minas, é nesta função que promoveu, então, a reforma do ensino secundário e universitário no país. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco\\_campos](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco_campos) Acesso em: 9 de maio de 2018.

instituição de normas para docentes e o seu registro no Ministério da Educação e Saúde, bem como a volta do ensino religioso católico nas escolas públicas. Importante destacar que Francisco Campos foi indicado para a ocupação deste cargo por Alceu Amoroso Lima<sup>38</sup> e Sebastião Leme<sup>39</sup>, influentes representantes da Igreja Católica,

---

<sup>38</sup>Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro, em 1893. Bacharelou-se em 1913 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e em seguida viajou para a Europa, onde fez cursos na Sorbonne e no Collège de France. Em 1924, começou a demonstrar interesse por assuntos religiosos. Iniciou, então, intensa correspondência com o pensador católico Jackson de Figueiredo, fundador do Centro Dom Vital, importante núcleo de debate e difusão do catolicismo. Em 1928, declarou sua conversão ao catolicismo, fato que teve grande repercussão nos meios intelectuais. Nesse mesmo ano, com a morte de Jackson de Figueiredo, foi designado para substituí-lo à frente do Centro Dom Vital. Quando no governo de Getúlio Vargas, consolidou sua posição de liderança junto ao laicato católico e, ao lado de dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, empreendeu intensa campanha pela afirmação de uma postura ativa dos católicos diante das grandes questões nacionais. Assim, em 1932, diante da convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933, participou da fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC) e tornou-se secretário-geral da organização. O objetivo da LEC era oferecer apoio aos candidatos que, independentemente de partidos, se dispusessem a defender na Constituinte os pontos de vista da Igreja, como a indissolubilidade do casamento, a assistência religiosa às escolas públicas, a pluralidade sindical. Como professor, opôs-se à corrente renovadora do ensino aglutinada no movimento da Escola Nova, liderado por Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Em 1935, tornou-se diretor nacional da recém-criada Ação Católica Brasileira, foi eleito para Academia Brasileira de Letras e foi nomeado membro do Conselho Nacional de Educação. Após a implantação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, foi nomeado reitor da UDF e patrocinou o desmonte da estrutura criada por Anísio Teixeira. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alceu\\_amoroso\\_lima](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alceu_amoroso_lima) Acesso em: 1 de maio de 2018.

<sup>39</sup> Clérigo católico, ingressou no Seminário Menor Diocesano de São Paulo, em 1894. Tendo se destacado em seus estudos, foi enviado para Roma em 1896, onde estudou filosofia na Universidade Gregoriana. De volta ao Brasil em 1904, passou a exercer o sacerdócio em São Paulo. Em 1910, foi convidado pelo cardeal Joaquim Arcoverde para assumir o cargo de bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. Em 1916, assumiu a arquidiocese de Olinda e Recife, em Pernambuco. Nessa época, desenvolveu um ativo trabalho de evangelização e passou a exigir do governo da República um tratamento especial para o catolicismo, que segundo ele não tinha

deixando explicitar a participação da Igreja Católica no governo do país (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA. 1984). Apesar de nenhuma destas medidas dizerem respeito ao cuidado institucionalizado de crianças pequenas em creches e pré-escolas, estas medidas reverberam trazendo modificações significativas a este novo segmento.

Na década seguinte, quando a educação no Brasil teve um de seus momentos de fortes embates com os defensores da Escola Nova por um lado, tendo como líderes mais conhecidos: Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho e do outro lado os católicos liderados por Alceu Amoroso Lima e Pe. Leonel Franca. Os primeiros, em luta contra o conservadorismo educacional, defendiam uma Escola Nova sintetizada nos quatro pontos seguintes: educação laica, educação igual para ambos os sexos, gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar. Na ocasião da IV Conferência Nacional de Educação, espaço privilegiado do debate educacional desde os anos 1920, como não foi possível chegar a nenhum consenso no que diz respeito à educação, Fernando de Azevedo<sup>40</sup> escreveu um Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932, neste manifesto defendeu-se a criação de um Sistema Nacional de Educação; responsabilidade dos Estados em custear, organizar e ministrar ensino em todos os graus, bem como educação igual para ambos os sexos, única para meninos e

---

reconhecida a sua posição de religião da maioria dos brasileiros. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/sebastiao\\_leme](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/sebastiao_leme)  
Acesso em: 18 de março de 2020.

<sup>40</sup> Fernando de Azevedo ocupou vários cargos administrativos, mas se destacou em sua maioria na esfera educacional, entre os quais os mais importantes foram: diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930); diretor-geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933); diretor do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1933-1938); diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1941-1943); chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL da USP (1947); secretário de Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1947); diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956-1960); secretário de Educação e Cultura do Município de São Paulo (1961). (PILETTI, 1984)

meninas, leiga, gratuita e obrigatória; onde o ensino secundário deveria ser para o povo, não apenas para as elites, portanto, não mais apenas clássico, mas acessível; desenvolver escola técnica profissional secundária e superior, que contassem com a contratação de profissionais para a orientação às aptidões; criação de fundos escolares para propiciar a autonomia econômica das escolas, também a fiscalização das instituições particulares, e reorganização da administração escolar em departamentos para maior eficiência, rapidez e resultados; e por fim, outro item em pauta era a criação de universidades no país bem como o desenvolvimento de uma rede de creches e pré-escolas que contivessem serviços médicos, dentários e outros.

Corroborando as reivindicações, a Constituição de 1934 atendeu interesses diversos, dentre eles o voto livre e o voto feminino, prevendo em âmbito educacional a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, assumindo a educação como direito de todos e de competência da União. No que tange ao ensino primário, prevê a gratuidade e obrigatoriedade, estendida também para adultos e ministrado em língua portuguesa.

Com Gustavo Capanema<sup>41</sup> à frente do Ministério da Educação e Saúde (de 1934 a 1945) e instauração do Estado Novo por Getúlio

---

<sup>41</sup> Gustavo Capanema, proveniente de família abastada, natural de Pitangui-Mg, formado no colégio de Belo Horizonte, e em Direito na mesma cidade. Retorna para Pitangui como normalista e vereador, é nesta primeira profissão que toma contato com as reformas Francisco Campos. Quando Olegário Maciel assume o governo de Minas Gerais nomeia Capanema como seu chefe de gabinete, este participou ativamente da Revolução de 30 passando a assumir como Secretário do Interior de Minas. Pós-revolução e vitória de Minas é terminada a política do Café com Leite, Getúlio Vargas dá um golpe de Estado e assume o poder e não Júlio Prestes, candidato vencedor das eleições presidenciais. Getúlio quer manter Minas ao seu lado e Olegário no poder. Para isto torna Capanema, Ministro da Educação, tirando Francisco Campos deste cargo e passando-o para ocupar cargo em nível federal. Francisco Campos foi mentor intelectual e político de Capanema, este já havia também sido secretário do interior em Minas Gerais e também participou na revolução de 30. Capanema sempre se mostrou leal a Vargas desde o início, até o final de sua carreira política. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA. 1984).

Vargas em 1937, diversas mudanças são aplicadas na educação, pois, como ministro, Capanema acreditava que a educação era área estratégica de entrada, capaz de moldar a sociedade e permitir a mobilidade social, para tanto se fez necessário reformar o ensino. Dentre as medidas efetuadas por ele está a reforma do ensino secundário, e havendo em 1940 a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr), responsável por estabelecer normas para o funcionamento das Creches.

Capanema assumiu a liderança do Ministério da Educação e Saúde, após renúncia de Francisco Campos, respeitando um acordo político efetuado com a Igreja Católica, decorrente das aprovações das emendas religiosas na Constituinte, pois, Capanema também se tratava de homem de confiança da Igreja Católica e de Alceu Amoroso Lima (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA. 1984).

Estas mudanças estendem-se aos Estados, em São Paulo inaugura-se o movimento pela educação infantil pública, pois, ao investigar as instituições de cuidado à infância, mantidos pelo governo de 1896 até 1930, a lista contava com apenas um único jardim de infância, anexo à Escola Normal Caetano de Campos, cenário este que começou a se modificar com a inauguração de escolas maternas e creches, na gestão de Sampaio Doria, então diretor da Instrução Pública.

A cidade de São Paulo, por sua vez então saía na dianteira com o projeto inovador de Mario de Andrade, mesmo o país vivendo um período controverso, principalmente com o final do governo Vargas<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> O governo de Getúlio Vargas foi possível através de um golpe, organizado junto aos militares e contando com o apoio de grande parcela da sociedade, uma vez que desde o final de 1935 o governo reforçava sua propaganda anticomunista, alarmando a classe média, na verdade preparando-a para apoiar a centralização política que desde então se desencadeava. No poder, Vargas impôs a censura aos meios de comunicação, reprimiu a atividade política, perseguiu e prendeu seus inimigos políticos, adotou medidas econômicas nacionalizantes e deu continuidade a sua política trabalhista. Com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo, fato este, responsável pela grande contradição do governo Vargas, que dependia economicamente dos EUA e possuía uma política semelhante à alemã. A derrota das nações nazifascistas foi à brecha que surgiu para o crescimento da oposição ao governo de Vargas. Assim,

Nova Constituição foi promulgada em 1946, baseada nos princípios democráticos e liberais, ocasionando a retirada da censura, garantindo assim, a liberdade de crença, de imprensa e garantidos outros direitos sociais; no que diz respeito à educação, também, há mudanças, como a obrigatoriedade do ensino primário, ministrado em português oficial e gratuito a todos, contando também com a previsão de creches e pré-escolas.

As mudanças com relação ao cuidado da criança pelo poder público, em nível Nacional e em São Paulo, impactam as políticas educacionais da cidade de Campinas, principalmente quando da inauguração da primeira instituição de educação infantil pública municipal da cidade. Intitulado Parque Infantil do Cambuí – Violeta Dória Lins, localizado na Praça Imprensa Fluminense, (agora transformado em Centro de Convivência da cidade). Na década seguinte, é inaugurada em 1942, a mais antiga escola ainda em funcionamento da Rede, a unidade Celisa Cardoso do Amaral, na gestão do Prefeito da época, Lafayette Álvaro de Souza Camargo, do Partido Progressista. Estes Parques Infantis foram os precursores do que seria hoje a Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas.

Subordinado à Diretoria da Educação e da Assistência, encontrava-se a seção de Ensino e Difusão Cultural (que foi transformada em Diretoria de Ensino e Difusão Cultural), constituída pelos órgãos: Seção de Expediente, Seção de Difusão Cultural e Serviço Dentário. A Seção de Difusão Cultural se constituiu de dois serviços autônomos, entre si, o próprio Serviço de Difusão Artístico-Cultural e o Serviço de Ensino e Assistência Socioeducacional. Ao Serviço de Ensino e Assistência Socioeducacional são atribuídas às funções de implantação e regulamentação dos Parques Infantis e Recantos Infantis.

Nesses espaços as crianças contavam com educação sanitária, assistência social e educacional, assistência médica, dentária,

---

a batalha pela democratização do país ganhou força. O governo foi obrigado a indultar os presos políticos, além de constituir eleições gerais. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA. 1984)

alimentação, cuidados com a higiene e exames médicos. O objetivo era que estas crianças se tornassem adultos fortes e saudáveis, ideário fortemente associado com a proposta de criação de nação forte e saudável pensado por Vargas (JÚNIOR; RAMOS, 2001).

Os horários de atendimento destes Parques e Recantos eram das 8h às 10h30 e das 14h às 16h30, as crianças em idade escolar os frequentavam em horário oposto ao que frequentavam à escola de ensino regular, durante o ano letivo, pois, estes não funcionavam em períodos de férias. Estes horários não atendiam as necessidades das famílias trabalhadoras, pois, precisavam que as instituições funcionassem em período integral e durante todo o ano. Após pressão popular e procurando atender esta necessidade em 1956 o horário de atendimento é estendido, passando a funcionar todos os meses do ano das 8h às 17h (FARIA, 2012).

**Tabela 7-** Criação das unidades educacionais Públicas Municipais e Públicas Conveniadas da Rede Municipal de Educação Infantil

<b>Períodos:</b>	<b>Pública Municipal</b>	<b>Pública Conveniada</b>	<b>Total de Unidades</b>	<b>Porcentagem * (%)</b>
<b>Até 1950</b>	1	3	4	2,24
<b>1951-1960</b>	10	5	15	8,43
<b>1961-1970</b>	4	3	7	3,93
<b>1971-1980</b>	22	9	31	17,42
<b>1981-1990</b>	37	4	41	23,03
<b>1991-2000</b>	38	11	49	27,53
<b>2001-2010</b>	18	8	26	14,61
<b>2011-2019</b>	3	2	5	2,81
<b>Totais</b>	<b>133</b>	<b>45</b>	<b>178</b>	<b>100,00</b>

\* Porcentagem calculada sobre o total de unidades.

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

As atividades nos Parques Infantis eram pensadas para serem efetuadas em grupos pequenos e dividiam-se em três setores principais: Educação Física – com exercícios físicos, natação, jogos, competições e danças ou ritmo; Educação Recreativa – com aulas

de desenho, dramatização, declamação, educação musical, jogos sensoriais, rodas cantadas; Cursos de Trabalhos Manuais, bem como o clube agrícola que buscava incutir nas crianças o amor pela horticultura e jardinagem, procurando também apresentar-lhes noções elementares de economia. (FERREIRA, 1996, p.56).

Após o início da oferta deste tipo de atendimento na cidade, a década de 1950 se mostrou promissora para a educação infantil campineira (tabela 7), alicerçando-a como política pública. Neste período, para além das cinco Unidades Públicas Conveniadas que foram criadas, outras 10 Unidades Públicas Municipais foram construídas e entregues pelo poder público. Destas 10 Unidades, 1 delas foi inaugurada em 1951 pelo prefeito da época, Miguel Vicente Cury do Partido Social Progressista (PSP), primeiro prefeito eleito por sufrágio na cidade. Com o final do mandato deste, nesse mesmo ano, segue-se um hiato de anos, durante todo o mandato de Antônio Mendonça de Barros do Partido Social Democrático (PSD), sem que nenhuma Unidade nova fosse construída, como pode se observar a seguir com as construções de unidades efetuadas por cada prefeito/partido<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> Dados referentes aos prefeitos e seus partidos foi inicialmente pensado e elencado objetivando estabelecer relações para análises políticas, porém estes se mostraram infrutíferos, pois mesmo com alternância de partidos e pessoas distintas, as políticas se seguiam em uma linha mais ou menos constante. Assim, estes dados foram mantidos procurando demonstrar esta irrelevância de partidos.

**Tabela 8 - Criação de Unidades Públicas Municipais nas gestões dos prefeitos eleitos**

<b>Gestões/ Partidos</b>	<b>Pública Municipal</b>	<b>Pública Convenien- da</b>	<b>Pública Privada</b>	<b>Total Por Partidos</b>	<b>Porcenta gem * (%)</b>
Heitor Teixeira Penteado/PRP (1911- 1920)	-	1	-	1	0,5
Alberto De Cerqueira Lima/PSD (1932-1933)	-	1	-	1	0,5
João Alves Dos Santos/ PSD (1936-1938)	-	1	-	1	0,5
Lafayette Álvaro De Souza Camargo/PP (1941-1943)	1	-	-	1	0,5
Miguel Vicente Cury/PSP (1948-1951) (1960-1964)	3	-	-	3	1,5
Ruy Hellmeister Novaes/PSB (1956- 1959) (1964-1969)	7	5	-	12	5,8
José Nicolau Ludgero Maselli/PSDd (1959- 1960)	2	1	-	3	1,5
Orestes Quércia/MDB (1969-1973)	4	3	-	7	3,4
Lauro Pericles Gonçalves/MDB (1973- 1977)	8	4	-	12	5,8
Francisco Amaral/MDB (1977- 1982) (1997-2000)	29	11	-	40	19,4
José Nassif Mokarzel/MDB (1982- 1983)	1	-	-	1	0,5
José Roberto Magalhães Teixeira/PMDB (1983- 1988)	20	2	-	22	10,7

Jacó Bittar/PT (1989-1992)	22	3	-	25	12,1
José Roberto Magalhães Teixeira/PSDB (1993-1996)	8	2	-	10	4,9
Edivaldo Orsi/PSDB (1996)	7	1	-	8	3,9
Izalene Tiene/PT (2001-2004)	6	3	-	9	4,4
Hélio De Oliveira Santos/PDT (2005-2011)	12	5	14	31	15,0
Demétrio Vilagra/PT (2011)	-	-	1	1	0,5
Pedro Serafim Junior/PDT (2011-2012)	1	1	1	3	1,5
Jonas Donizette/PSB (2013-2020)	2	1	12	15	7,3
<b>Totais</b>	<b>133</b>	<b>45</b>	<b>28</b>	<b>206</b>	<b>100,0</b>

\*Porcentagem calculada sobre o total por partido.

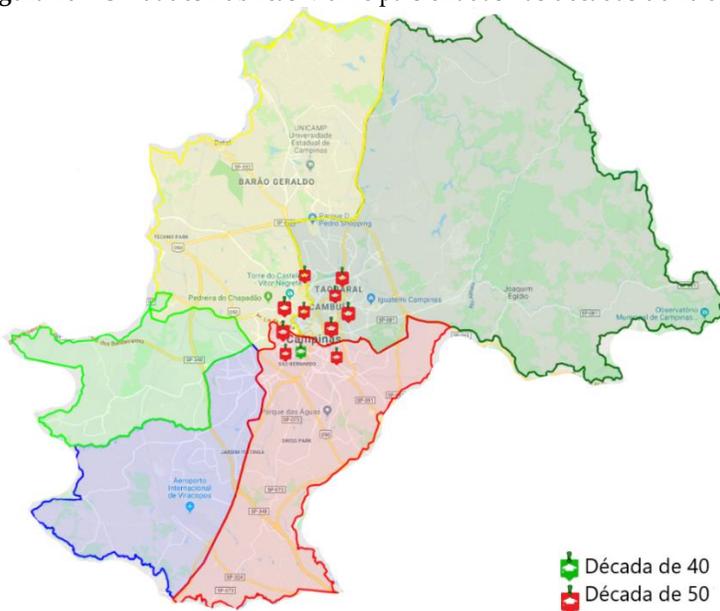
Fonte: Elaboração da autora.

Após este hiato, em 1956 com o início do mandato de Ruy Hellmeister Novaes do Partido Socialista Brasileiro (PSB) há a inauguração de cinco Unidades Públicas Municipais no município e mais duas outras unidades são inauguradas no ano de 1959 pelo vice-prefeito José Nicolau Ludgero Maselli do Partido Social Democrático (PSD), após Ruy renunciar ao cargo para assumir como deputado federal. As duas outras Unidades inauguradas em 1960 são as únicas construídas durante a nova gestão de Miguel Vicente Cury (1960 – 1964).

Estas construções iniciais das primeiras décadas de constituição da Rede centraram-se na malha urbana estabelecida<sup>44</sup>, região central da cidade (figura 10), concentrando-se em sua maioria na Região Leste, ao norte da linha férrea, como descrito anteriormente, área historicamente privilegiada.

Mesmo tendo sido inaugurado a primeira unidade na década de 1940 na vila operária ao Sul da linha férrea, esta constituição vai à contramão do discurso político e finalidade assumida pelos Parques Infantis, tendo em vista que estes, conforme projeto, eram destinados a filhos de operários.

**Figura 10** – Unidades Públicas Municipais criadas nas décadas de 40 e 50.



Fonte: Elaboração da autora.

Na década de 1960, são inauguradas quatro Unidades Públicas Municipais, um decréscimo considerável, quando comparada à

---

<sup>44</sup> Localidades por ordem de inauguração: Vila Industrial, Centro, Jardim São Bernardo, Vila Marieta, Cambuí, Vila Nova, Jardim Belo Horizonte, Jardim Proença, Nova Campinas, Vila Industrial, Bonfim.

década anterior. Número ainda mais baixo se considerado o crescimento populacional que a cidade evidenciou neste período, durante os governos de Ruy Hellmeister (1964 – 1969) e Orestes Quércia (1969 – 1973).

O crescimento proveniente do otimismo desenvolvimentista propiciado pelos tempos de Juscelino Kubitschek, que levou cerca de 30 milhões de pessoas a migrarem da zona rural para as cidades. Em Campinas a população aumentou de 219.303 habitantes em 1960 para 375.864 habitantes em 1970, com uma taxa de urbanização de 89,33% enquanto o país apresentou taxa de 55%, decorrente do processo de urbanização e industrialização da cidade neste período (SOUZA, 2005).

Durante a gestão de Ruy Hellmeister a Prefeitura de Campinas passou por uma remodelação, organizando e subdividindo a estrutura administrativa. Dividiram-se em órgãos de assessoramento do Chefe Executivo, órgãos auxiliares, órgãos afins da administração direta como a Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, Secretaria de Obras e Serviços Públicos e o Serviço de Turismo e órgãos autônomos, como a Companhia de Habitação Popular, COHAB a Companhia Água e Esgotos, e a Companhia de Abastecimento de Campinas, e por fim as subprefeituras.

À gestão de Ruy, atribui-se a criação de duas Unidades Públicas Municipais, uma delas no distrito de Sousas, em uma área de proteção ambiental, decorrente de décadas de reivindicações e lutas do conjunto de moradores locais, principalmente imigrantes atraídos pela cultura cafeeira do local.

A segunda gestão do prefeito alterou a oferta de educação infantil do município, pois, este apesar de já oferecer educação infantil, em 12 Unidades Públicas Municipais até então através dos Parques e Recantos para crianças a partir dos quatro anos, é em 1968 que Ruy Hellmeister inaugura na cidade um novo modelo de Unidade Educacional, as Creches Municipais, intituladas de Centros Infantis, para atendimento de crianças de 0 a 3 anos, faixa etária até então ausente das políticas de atendimento à infância. Estes Centros Infantis eram considerados como instituições socioeducativas e estavam vinculados à Secretaria de Bem Estar Social (passou a ser chamada de

Secretaria de Promoção Social em 1969). Marca este início o CI 'Maria Vilela Gomes Júlio', primeiro Centro Infantil da cidade, inaugurado na Vila Tofanello.

Ali, as crianças serão assistidas por sete funcionários municipais, distribuídos nos diversos setores, tais como: cozinha, pajens e outros. O plano na sua área técnica está sendo orientado pelo assistente social chefe de serviços de creches da municipalidade [...] a creche foi denominada professora Maria Aparecida Vilela Gomes Júlio, que dedicou grande parte de sua vida no campo da assistência social [...] (Correio Popular, 19 de outubro de 1968)

Estas creches, denominadas Centros Infantis Municipais (CIs) que passaram a ser construídas na cidade, destinavam seu atendimento às crianças, filhas de mães trabalhadoras, especialmente empregadas domésticas, e que necessitavam destes espaços de cuidados para seus filhos no período em que se encontravam no trabalho. Sendo que, para permanência da criança no Centro, as mães deveriam também apresentar documento mensal atualizado de assiduidade ao trabalho, evidenciando assim o caráter da educação infantil como direito da mãe trabalhadora. Dentre os principais objetivos destes Centros, destaca-se o desenvolvimento integral das crianças pequenas, impedindo que estas ficassem abandonadas nas ruas ou casas de cuidadoras inexperientes.

A creche é um equipamento social destinado a suprir a ausência da mãe diante da criança no período em que esta criança exige cuidados permanentes especiais [...] oferecendo abrigo, alimentação, recreação dirigida, orientação psicopedagogia, assistência médica, bem como formação de hábitos alimentares e higiene. (SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, 1987)

A justificativa de guarda da criança pequena apresentada pela Secretaria de Promoção Social é o que fundamenta a criação dos Centros Infantis como recurso social, porém, o principal objetivo foi a liberação da mão de obra feminina para o trabalho operário, além de servirem ao combate à pobreza, à mortalidade infantil, e ao controle das trabalhadoras, favorecendo os empregadores, fossem empresas ou pessoas físicas.

O funcionamento destes Centros era das 7h às 19h, de segunda-feira a sábado, eram espaços pensados e preparados com profissionais de diversas áreas para atender aos cuidados e demandas das crianças pequenas, dentre estes profissionais estavam presentes: auxiliar de enfermagem, lavadeiras, cozinheiras, faxineiras, auxiliares de creche e uma administradora. Vale ressaltar, que não apenas as características administrativas, de funcionamento e subordinativas marcavam as diferenças entre os Parques e Recantos dos Centros Infantis, mas também a postura essencialmente assistencialista destes.

A escolha do local para instalação do primeiro Centro Infantil, destinado ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos, ao norte da linha férrea (figura 11) nos permite olhar com estranheza frente aos discursos e as políticas municipais, tendo em vista a concentração proletária ao sul da linha férrea, contrariando assim a razão de ser destas novas unidades<sup>45</sup>, atender filhos das mães trabalhadoras.

---

<sup>45</sup> Localidades por ordem de inauguração: Jardim Atibaia (Sousas), Jardim Boa Esperança, Barão Geraldo e Vila Rica.

**Figura 11** – Unidades Públicas Municipais criadas na década de 1960



Fonte: Elaboração da autora.

A conquista e o início destas Unidades na cidade devem-se em parte aos movimentos sociais e também aos debates públicos pela elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (já prevista pela Constituição de 1946, mas que, foi aprovada somente em 1961). Esta lei é considerada um grande avanço para a educação infantil, já que aparece pela primeira vez a menção à educação pré-escolar, garantindo a unificação das orientações referentes ao cuidado com a infância. Pois, até então, quando existentes, estas leis nos Estados e Municípios, divergiam muito de uma localidade para outra. Portanto, o estabelecimento em nível nacional do artigo 23, determinando que as crianças menores de sete anos recebessem educação em escolas maternas ou jardim de infância, mostra-se como uma conquista sem precedentes que estimulou a criação de mais unidades desse tipo.

É também neste período que a escola infantil passa por uma mudança de paradigma, não sendo mais vista como destinada apenas

para as famílias mais pobres, que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos, mas, aumentou a procura e a oferta de vagas nas escolas infantis privadas, para as crianças de classe média. Nestas, o atendimento oferecido era visando o desenvolvimento infantil, criatividade e sociabilidade, o que serviu também de base para modificar um pouco a visão assistencialista que se tinha até então da educação infantil brasileira (KISHIMOTO, 2013).

Somadas a estas, mais duas unidades são inauguradas no final dos anos 1960, uma no distrito de Barão Geraldo, devido principalmente a urbanização da região nesta década após implantação da UNICAMP e outra na Vila Rica, vila popular entregue pela Companhia de Habitação – COHAB.

Com aprofundamento do regime ditatorial, evidenciado fortemente pelo Ato Institucional nº 5 de 1968<sup>46</sup>, Campinas, assim como todos os grandes centros urbanos, passaram a demonstrar uma forte oposição à ditadura, principalmente com a participação e mobilização estudantil. Esta oposição ao governo é evidenciada com a eleição de Orestes Quércia em 1968 pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura. Inaugurando uma série de 12 anos que a Prefeitura Municipal de Campinas esteve nas mãos deste partido. A gestão Quércia durou até 1973, tendo como saldo a inauguração de quatro Unidades Públicas Municipais.

A década de 1970 é marcada por profundas mudanças no Estado de São Paulo, principalmente por conta da ditadura instaurada na década anterior, inclusive mudanças na expansão das políticas sociais de caráter autoritário e pelo máximo controle da sociedade civil. Na cidade, Lauro Péricles Gonçalves (1973–1977), também do Movimento Democrático Brasileiro, saiu

---

<sup>46</sup> O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro daquele ano, durante o governo do general Costa e Silva, foi à expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> Acesso em: 25 de outubro de 2019.

vencedor de acirrado pleito com seu companheiro de partido, Francisco Amaral. A partir deste período, pode-se observar intenso investimento em equipamentos públicos, iniciando um período promissor não só no âmbito educacional, mas também na reestruturação administrativa pela qual passou a Prefeitura de Campinas. Nesta a Secretaria de Promoção Social amplia sua finalidade<sup>47</sup>, ficando responsável por diversas áreas, mas ainda pelos Centros Infantis.

A década de 1970 é marcada no município campineiro pela criação de 22 Unidades Públicas Municipais e mais nove Unidades Públicas Conveniadas. Com o número crescente de unidades sendo inauguradas na cidade, a Prefeitura buscando atualizar seus métodos e procedimentos técnicos pedagógicos em 1975 através da Lei nº 4.494 de 26 de maio, firmou um convênio entre a Prefeitura e a Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP para renovação do ensino pré-escolar. Com esta medida, todo o trabalho pedagógico começa a ser repensado pelos profissionais envolvidos neste processo, norteadas por leituras e reflexões que posteriormente serviriam de diretrizes para as Unidades Educacionais de Educação Infantis Municipais. Além disto, estes trabalhos levaram ao aprofundamento do debate com relação à formação dos profissionais que trabalhavam nos Parques e Recantos, principalmente tendo em vista que nenhum deles possuía habilitação específica para a pré-escola, mas sim atuavam como recreacionistas, diplomados em cursos especializados ministrados pelo próprio Departamento de Educação Física e Esportes do Estado de São Paulo. Após anos de disputas no setor, em 29 de maio de 1979 com a Lei 4.891, no seu Art.6º, parágrafo 4º é que a habilitação em Educação Infantil passaria a ser exigida para os professores concursados dos Parques e Recantos.

Em novembro de 1976 é eleito Francisco Amaral, com seu vice José Roberto Magalhães Teixeira, também do MDB. Sua gestão (1977–1982) foi marcante para o campo educacional, já que em seu

---

<sup>47</sup> Lei Municipal nº 4.510 de 30 de junho de 1975.

primeiro mandato (retornou ao poder em 1997) 24 Unidades Públicas Municipais foram inauguradas, número que sobe para 29 quando somadas suas duas gestões. A administração de Francisco Amaral propiciou mudanças significativas para a população, não só na área da Educação, mas também no setor da Assistência e da Saúde, um exemplo é a expansão da Rede de Postos e Centros de Saúde, triplicado de oito para 24 Unidades (SOUZA, 2005).

A década é marcada pela urbanização das regiões Noroeste e Sudoeste fruto de intensa urbanização, industrialização e políticas públicas habitacionais populares. Com a entrega das vilas populares neste período, principalmente situadas na porção oeste da cidade, estas localidades passaram a ser alvo das políticas públicas de construções de novas unidades públicas municipais<sup>48</sup>, como pode ser observada na figura a seguir.

---

<sup>48</sup> Localidades por ordem de inauguração: Vila Castelo Branco, Vila Presidente Castelo Branco, Vila Padre Manoel Da Nobrega, Vila Padre Manoel De Nobrega, Vila Costa E Silva, Jardim Pacaembu, Jardim Chapadão, Jardim Eulina, Vila Boa Vista, Vila Boa Vista, Jardim Boa Esperança, Vila Lemos, Chácara Do Vovó, Jardim Florence I, Parque Universitário De Viracopos, Vila 31 De Março, Jardim Boa Esperança, Parque Tropical, Jardim Capivari, Vila Perseu Leite De Barros, Jardim Marcia, Jardim Santo Expedito.



grande parte às conquistas dos movimentos sociais, feministas e estudantis em ascensão, assunto que será tratado mais adiante.

Em 1988, com o fim da ditadura, houve a promulgação de uma nova Constituição Federal e a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder cujo prefeito Jacó Bittar (1989–1992) compôs um secretariado formado por vários professores das universidades, revelando-se maior preocupação com a educação infantil na cidade.

Na carta constitucional de 1988, a educação infantil passa a ser dever do Estado e o atendimento em creches e pré-escolas contempla as crianças de 0 a 6 anos (art.208), além de ser mencionando pela primeira vez como um direito específico da criança e não apenas de sua família. Assim, no governo de Jacó Bittar, a Prefeitura promoveu um feito histórico no âmbito educacional campineiro, cumprindo seu plano de governo: transferiu os Centros Infantis da Secretaria de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Educação, para se juntar aos Parques e Recantos. Esta transferência antecipa-se à regulamentação desse preceito constitucional que ocorreria pela Lei de Diretrizes e Bases somente em 1996. A transição se efetivou através do Decreto nº 9.904 de 24 de agosto de 1989, e foi consolidada na Lei Orgânica do Município, promulgada em 1990, determinando assim no artigo 228 que o atendimento em creche deverá ter função *educacional*, de guarda, assistência, alimentação, saúde, higiene e deve ser executado por equipe interdisciplinar<sup>49</sup> (grifo nosso).

É com a inclusão das creches no âmbito da Secretaria de Educação que se pode perceber a Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas sendo estruturada, propiciando importantes avanços, principalmente na superação do caráter assistencialista destas unidades e garantindo o acesso a estas, como direito da criança e não da mãe/família.

Dentro dos Centros Infantis, enquanto ainda eram vinculados à Secretaria de Promoção Social, as funcionárias exerciam funções

---

<sup>49</sup> Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-campinas-sp> Acesso em: 12 de agosto de 2019.

diversas, além de cuidar e educar as crianças, elas se revezavam para realizar demais funções, como lavar, passar, cozinhar e limpar a escola, e só haviam professoras para as turmas de crianças da pré-escolas em idade de 5 e 6 anos. Todas as crianças, ao chegarem na unidade, tinham suas roupas trocadas, por roupas pertencentes à prefeitura e lá recebiam também, cuidados médicos e dentários, por profissionais competentes, que se misturavam em um emaranhado de profissionais de diversas áreas, com diversas atribuições, constituindo assim o cuidar e educar das crianças em sua primeira infância.

Com a mudança para a Secretaria Municipal de Educação, as Unidades passaram a ser administradas por pessoal próprio da área educacional, e a mais significativa e também a mais esperada mudança, especialmente pelos profissionais da educação, foi a profissionalização do quadro de funcionários e com isso a vinda de professores para todas as turmas, de todas as idades, portanto, não haveria mais somente professoras nas turmas de crianças de 5 e 6 anos.

Com essa profissionalização as funcionárias deixaram de responder por diversas funções, mas passaram a ter funções específicas, somente dedicadas ao cuidado com as crianças, oferecendo apoio às professoras, enquanto para os demais serviços foram contratados pessoal especializados. Nesta nova configuração começou a ser definido o número de crianças por adultos, que passou a serem estabelecidas anualmente para a formação das classes, através de Resoluções Municipais, todas estas alterações culminaram com a mudança da nomenclatura em 1991, tornando-se Centro de Educação Municipal para a Educação Infantil — CEMEI.

Neste período, o foco de localização das unidades públicas municipais foi concentrado em áreas distantes da malha central estabelecida, fruto das intensas mobilizações populares em busca deste tipo de atendimento (tratado em tópico a seguir). Desta maneira, o Governo Democrático e Popular focou seus esforços em



Municipal nº 6.894 de 1991) que passou a regulamentar a atuação dos professores de todas as Unidades, prevendo a regência das salas, horários de trabalho docente, de atividades pedagógicas e de atendimento aos pais, estudos e integração entre os pares. É também neste documento que começam a ser previstos programas de capacitação continuada para os funcionários da Rede Municipal de Educação, programas de avaliação escolar e de reorientação curricular tanto do Ensino Fundamental, quanto da Educação Infantil.

Jacó Bittar propiciou intensas discussões acerca da construção e promulgação da Lei Orgânica de Campinas (1990), além de mudar os rumos da Assistência Social, com projetos que previam auxílio e cuidado à população, como a criação de núcleos comunitários de crianças, que ofereciam educação não formal para crianças de 7 a 12 anos em período extraescolar, bem como a ampliação da Central de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante, e a reestruturação do Centro Municipal de Recepção e Triagem do Menor, projetos estes devidos principalmente ao aumento da população neste período, visto que em 1980 a população de Campinas era de 664.559 habitantes, chegando a quase 1 milhão nos anos 2000.

Ao prefeito Bittar, além de todas estas medidas e reestruturações coube ainda a criação de 22 Unidades Públicas Municipais de Educação Infantil, chegando ao final de seu mandato com a Rede contando com 97 Unidades Públicas Municipais sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

José Roberto Magalhães Teixeira (1993-1996) volta ao poder, agora fazendo parte do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)<sup>51</sup>. Nesta sua nova gestão o país passou por forte crise

---

<sup>51</sup> O PSDB surgiu em 1988 da cisão coletiva de parlamentares do PMDB que se autodenominavam a ala mais progressista e à esquerda deste partido. Embora autointitulado socialdemocrata não se originou das massas trabalhadoras e sindicatos, mas sim teve sua origem exclusivamente parlamentar. Segundo Roma (2000) três fatores teria motivado a criação do partido: 1º As distensões internas na bancada parlamentar do PMDB durante os trabalhos na Assembleia Nacional

econômica, com o enfraquecimento dos setores progressistas da sociedade, avanço do neoliberalismo, além de aumentos significativos nos processos de exclusão de setores da população. Este mesmo período é marcado por mudanças no mundo do trabalho, ocasionadas principalmente pelo desemprego estrutural. Em 1994, o desemprego geral da cidade era de 14%, enquanto na chamada classe D, estes índices chegavam a 25,7%, com fechamento de cerca de 1.000 vagas por mês no setor formal da economia campineira, números 32% maiores, quando comparado ao ano anterior (SOUZA, 2005).

Como consequências desta situação, crescem as ocupações de terras urbanas pelos integrantes do movimento dos trabalhadores sem tetos, somados aos números dos moradores das favelas na época, representavam cerca de 13% de toda a população da cidade, ou seja, cerca de 122.000 pessoas. Também se fez aumentar os números de casos de violência e de moradores de rua. Estes problemas sociais demandaram do poder público municipal uma atenção especial, com vistas a tratar do sofrimento dos mais pobres e garantir a governabilidade sobre as tensões e os conflitos sociais (CACCIA BAVA, 1998).

Visando melhorias à população, o poder público municipal investe principalmente no âmbito da assistência, como a distribuição de cestas de alimentos, fornecimento de sopão, programas de alimentação do pré-escolar e do escolar como importante medida de combate à desnutrição infantil, somados a outros projetos como balcão de empregos, Serviços de Capacitação Profissional, e o pioneiro Programa de Garantia de Renda Mínima, implantado em 1995, inspirado nos moldes do programa de renda mínima, proposto pelo senador Eduardo Suplicy (CACCIA BAVA, 1998). Este previa um subsídio da administração municipal

---

Constituinte entre 1987 e 1988; 2º O predomínio do grupo quercista em São Paulo que disputava posições de poder no interior do PMDB e 3º A candidatura de João Leiva para a prefeitura de São Paulo, articulada no interior do PMDB paulista a partir de uma aliança entre políticos conservadores do PFL e o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros. (ROMA, 2000).

complementando os vencimentos mensais das famílias extremamente pobres, residentes a mais de dois anos na cidade de Campinas e com os filhos frequentando a escola, procurando assim diminuir as condições de pauperização das camadas mais vulneráveis dos moradores da cidade.

Nesta gestão, o prefeito Magalhães Teixeira e seu vice Edivaldo Orsi (que o substituiu em 1996 — após seu falecimento decorrente de complicações do câncer no fígado) inauguraram 15 Unidades de Educação Infantil Públicas Municipais, como expressão de uma política pública voltada à infância.

Objetivando maximizar o número de crianças atendidas, a administração municipal, em 1995, altera o funcionamento das salas de pré-escolas, para as crianças de 4 a 6 anos, reduzindo o atendimento, para período parcial, medida que afetou diretamente as famílias que dependiam destas instituições em período integral.

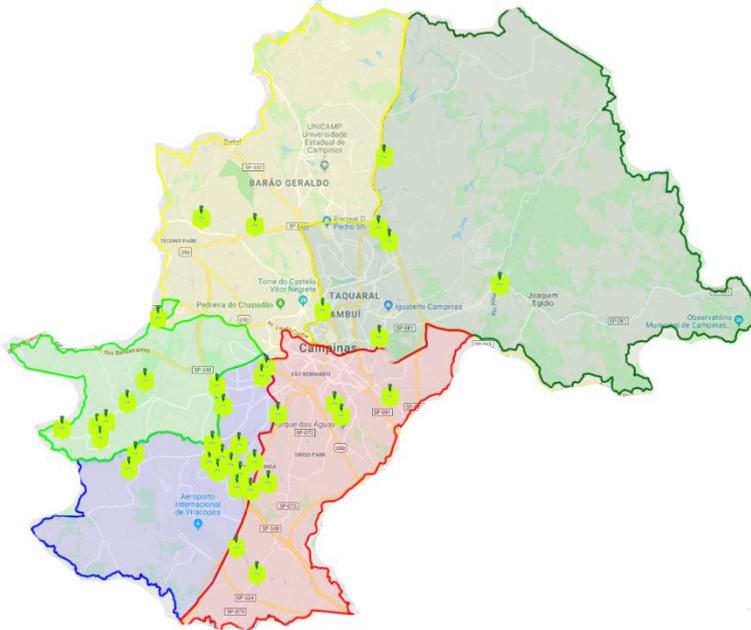
Com o fim deste mandato, Francisco Amaral volta a dirigir a cidade (1997-2000), e ainda tentando superar as consequências e desgaste resultante dos altos níveis de desemprego da década de 1990, inaugura apenas cinco novas Unidades de Educação Infantil Públicas Municipais, número que de longe não corresponde às necessidades dos campineiros frente à crise econômica, mesmo havendo diminuição dos índices de crescimento populacional da cidade se comparado à década anterior, conforme se pode evidenciar através dos números da população censitária da cidade, coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, dos Censos de 1940 a 2010.

**Tabela 9** – População censitária município de Campinas 1940/2010

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>CAMPINAS</b>	129.940	152.547	219.303	375.864	665.559	847.595	969.386	1.080.113

Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Figura 14** – Unidades Públicas Municipais criadas na década de 1990



Fonte: Elaboração da autora.

A localização escolhida para construção das unidades Públicas Municipais priorizaram as áreas recém desbravadas na década anterior pelo Parque do Itajaí e Residencial São Luiz que impulsionaram a urbanização destes locais na região Noroeste. E também inaugurando diversas unidades nas proximidades do Distrito Industrial, após sua criação e duplicação da Rodovia Santos Dumont na região Sudoeste dentre outras localidades<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> Localidades por ordem de inauguração: Jardim Guarani, Dic V, Dic VI, Dic IV, Conjunto Habitacional Parque da Floresta, Jardim Nilópolis, Dic IV, Parque Cidade Campinas, Vila São Joaquim, Jardim Itatinga, Vila Campos Sales, Jardim Nova Mercedes, Jardim São José, Parque Residencial Campina Grande, Dic VI, Dic I, Parque Jambeiro, Dic II, Jardim Santa Mônica, Jardim Metonópolis, Jardim São Domingos, Parque Valença I, Jardim Santa Terezinha, Jardim Paraíso De Viracopos, Parque São Quirino, Parque Residencial Vila União, Jardim Rossin, Jardim São Gabriel, Cidade Jardim, Vida Nova, Jardim Myrian Moreira Da Costa, Parque São Jorge, Conjunto Habitacional Parque Itajaí, Vila Itapura, Vila Rica, Vila União, Jardim Mauro Marcondes, Jardim Campo Belo.

O Partido dos Trabalhadores retorna ao poder em 2001, com a eleição de Antônio da Costa Santos, prefeito assassinado no mesmo ano e substituído por sua vice a assistente social Izalene Tiene, que ocupou a cadeira até 2004, fim de seu mandato.

Matéria do jornal local — *Diário do Povo* —, de 13 de dezembro de 2000, elenca uma série de problemas que o governo PT, recém-eleito enfrentaria. Dentre eles, a lista de espera por vagas para a educação infantil, era de 7.904 crianças. Em 2001, início do Governo Democrático e Popular, 20.473 crianças recebiam educação infantil municipal em creches e pré-escolas Públicas Municipais, número que já elevava Campinas a uma das maiores redes de atendimento de educação infantil.

Dando continuidade ao trabalho iniciado por Antônio da Costa Santos, Izalene manteve o objetivo da gestão, que era a ampliação do atendimento em creches e pré-escolas, visando acabar com as listas de espera e voltar a oferecer atendimento em período integral em todas as unidades para todas as faixas etárias, inclusive às crianças de 4 a 6 anos.

De acordo com o Plano de Governo (2000), as ações da Secretaria Municipal de Educação seriam voltadas a construção imediata de EMEIs e CEMEIs, para que em 2001 nenhuma criança estivesse fora da creche ou pré-escola, mas a gestão se finda com a construção de apenas seis novas Unidades de educação infantil Públicas Municipais, mas com reformas e ampliação de algumas outras Unidades existentes. Mesmo frente às poucas Unidades inauguradas, o governo é marcado por uma série de medidas que aumentaram consideravelmente à otimização da oferta de vagas dentro das Unidades.

Mesmo fazendo parte de seu Plano de Governo e de sua campanha eleitoral, o atendimento em período integral não se tornou realidade na gestão, pois, no período a maior ampliação de vagas foi nas salas de Maternal III, frequentadas por crianças de 4 anos. Sendo que esta é a primeira faixa etária a receber o atendimento em período parcial, ou seja, as crianças de 0 a 4 anos

continuaram recebendo atendimento em período integral e as demais em período parcial.

Para potencializar os atendimentos foram publicadas as resoluções SME nº13/2003 e nº 9/2004 que diz respeito ao aumento da capacidade de cada sala de aula, baseado na média de frequência dos alunos, onde uma sala com trinta alunos matriculados e frequência média de 25, deveria receber 35 alunos, mantendo a frequência diária de trinta crianças.

É também na gestão de Izalene Tiene que ocorre a mais significativa mudança dentro das Unidades, a implementação dos Agrupamentos através da resolução SME nº 23/2002. O sistema de Agrupamentos consiste em juntar na mesma turma, crianças em idades aproximadas e não mais por idade no sentido estrito. Anteriormente a esta medida, as crianças pertencentes à Rede da Educação Infantil Municipal eram distribuídas de acordo com os setores: setor de berçários I e II para crianças de 0 a 1 ano e 11 meses de idade; setor do maternal I para crianças de 2 anos; maternal II para crianças de 3 anos; maternal III para crianças com 4 anos; infantil para crianças com 5 anos e pré-escola para crianças com 6 anos de idades que no ano seguinte já passariam para a Escola Fundamental. Nesta primeira nova divisão as crianças passaram a ser divididas no interior das Unidades em: agrupamento I, para crianças de 3 meses a 1 anos e 11 meses; agrupamento II, para crianças de 2 anos a 3 anos e 11 meses, e agrupamento III, para crianças de 4 anos a 6 anos (ROCHA, 2009).

Para que a implementação dessa mudança para agrupamentos fosse possível foram enviados às Unidades Educacionais, relatos de experiências de profissionais que vivenciaram essa mistura de idades e que encontravam neste modelo, novas formas de se aproveitar deste cenário e propiciar novas vivências para as crianças. Este documento de iniciativa das coordenadoras e orientadoras da Rede Municipal de Educação Infantil foi construído conjuntamente após discussões e reflexões sobre o assunto, pensando que o documento escrito tornaria-se um ponto de partida nas discussões nas Unidades Escolares. Mas, a mudança repentina causou inquietações entre os educadores,

devido à forma como esta foi apresentada, gerando medo e insegurança. (ABREU, 2006).

Cabe destacar, que para que esta implantação fosse feita, primeiramente já haviam sido feitos estudos, principalmente quando da elaboração do 'Currículo em Construção' em 1998, que já sugeria uma abordagem sociointeracionista, deixando implícitas em suas linhas a possibilidade de trabalho com crianças de diferentes idades, visto que, este valoriza a produção cultural da criança, valoriza o brincar e suas interações.

Mas, o real motivo por trás desta alteração foi, pois, na forma de organização anterior em que as crianças eram atendidas em ordem cronológica e em salas próprias, aconteciam problemas de falta de vagas em idades específicas, gerando demanda para algumas salas; em outras, sobravam vagas. Com esta nova forma de agrupamento, aumentaram-se as possibilidades de atendimento quando das matrículas, pois, permitiu o aparecimento de vagas ociosas, principalmente nas salas de agrupamento III (antigas Pré-escolas) que agora poderiam atender crianças dos 3 anos e 1 mês, até os 6 anos, ampliando assim significativamente a oferta e acesso à Educação Infantil.

Para a Secretária de Educação esta mudança na forma de organização dos trabalhos com crianças possibilitou um movimento contínuo nas escolas, pois, todas as salas assim estarão permanentemente com sua capacidade de atendimento total, atendendo, portanto, as necessidades sociais referentes à demanda por vagas, ampliando essa forma de atendimento, tornando possível o movimento de entrada de crianças em turmas do mesmo agrupamento durante todo o ano.

Além destes aspectos, as salas multietárias, também são entendidas como formas de convivência e interação entre crianças de diferentes idades, viabilizando a cooperação, onde as crianças maiores poderão interagir com os menores, auxiliando-as nas descobertas, nas brincadeiras, nos conflitos, nas negociações, na partilha, nas vivências e experiências cotidianas, dando significado às produções, ao conhecimento, à aprendizagem e ao próprio desenvolvimento

infantil, representando assim uma nova possibilidade e experiência na Secretaria Municipal de Campinas (ABREU, 2006).

Na prática, esta mudança não foi bem recebida pelos professores e profissionais das Unidades, principalmente devido à falta de discussão prévia, fazendo com que os professores se sentissem acuados, desamparados e com limitados conhecimentos necessários para atendimento da diversidade etária (ABREU, 2006). Houve muitas críticas, conflitos, inquietações e dúvidas sobre a viabilidade e propriedade dessa nova organização, inclusive com resistência dos professores, que além destas, também enfrentaram novas dificuldades, como falta de material, espaços físicos inadequados, salas com número excessivo de crianças, falta de funcionários, profissionais sem capacitação adequada e incompreensão das famílias (ABREU, 2006).

Inegavelmente, aumentou-se o número de matrículas, mas a custo de discordâncias e angústias nos profissionais trabalhadores destas Unidades, que afirmavam haver, por parte da prefeitura preocupação apenas com a quantidade de crianças matriculadas e diminuição nas listas de espera e não com a qualidade da educação infantil ofertada (CARDOSO, 2004).

Durante todo o período de existência da Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas, e ainda, atualmente, a oferta de educação infantil municipal de forma universal sempre foi uma meta a ser alcançada. Mesmo com o alto nível de arrecadação do município esse ideal ainda não foi alcançado. Izalene Tiene em outra medida expede Ordem de Serviço, exigindo que todos os professores fora do seu local de trabalho, reassumissem seus cargos nos postos de origem, tendo em vista que mais de 1210 professores concursados estavam desviados de seus cargos e a Secretaria Municipal de Educação, onerava os cofres públicos com a contratação de profissionais para substituí-los. Essa medida gerou grande descontentamento, foi alterada, mas inúmeros professores voltaram a seus cargos, revelando assim a necessidade de a administração realizar alterações no quadro do magistério e plano de carreira do funcionalismo municipal. Após discussões e construções de alternativas para o problema, por parte

da Secretaria, governo e representantes dos servidores, é aprovado em 2003 o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, que pretendia valorizar principalmente os professores em sala de aula, aumentando sua remuneração de acordo com tempo de serviço e titulações<sup>53</sup>.

Em números, ao assumir a gestão o Partido dos Trabalhadores encontrou 20.473 crianças recebendo educação infantil municipal, número que passou para 25.812 crianças, em 2002, quando da publicação da resolução referente aos agrupamentos. Em 2003, o número correspondia a 27.319 crianças, finalizando a gestão em 2004 com 28.638 crianças matriculadas, perfazendo um aumento de 37% no número de vagas, durante os quatro anos de mandato (ROCHA, 2009).

Os anos 2000 são marcados pela expansão de vagas maximizando a estrutura das unidades e não novas construções, somando assim 18 novas unidades públicas municipais entregues, seis no governo Izalene (PT) e outras 12 no governo Hélio (PDT). Todas estas localizadas em áreas afastadas da malha central necessárias de investimento em equipamentos públicos<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> Por pendências jurídicas, o plano foi revisto em 2007 pelo prefeito Hélio de Oliveira Santos, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, nestas alterações pouco se valorizou as discussões realizadas pelo funcionalismo quando da construção coletiva deste.

<sup>54</sup> Localidades por ordem de inauguração: Jardim Campo Belo, Jardim Monte Belo, Jardim Nova América, Jardim Cristina, Jardim Adhemar De Barros, Jardim Aeronave De Viracopos, Vila San Martin, Parque Da Floresta, Vila Padre Anchieta, Conjunto Habitacional Residencial Olímpia, Conjunto Residencial Parque São Bento, Vila Esperança, Vila Boa Vista, Vila Palmeiras I, Conjunto Habitacional Parque Itajaí, Jardim Do Lago II, Campos Elíseos, Parque Cidade Campinas.

**Figura 15** – Unidades Públicas Municipais criadas anos 2000



Fonte: Elaboração da autora.

Ao observar novamente a tabela 7, pode-se ver que o período de consolidação da Rede Municipal de Educação Infantil, com a intensificação de construções de Unidades Públicas Municipais dá-se a partir da década de 1970, culminando com o período democrático do país. É possível observar também que, a partir dos anos 2000, as Unidades Públicas Municipais sofrem um decréscimo muito grande, tendo em vista os novos moldes e políticas assumidas pela Prefeitura Municipal.

Mesmo com todas estas mudanças procurando potencializar o atendimento nas Unidades da Rede, os números ainda se mostravam insuficientes para sanar o crônico problema do déficit de vagas na educação infantil campineira, e a lista de espera para creches e pré-escolas ainda apresentavam taxas elevadíssimas, inclusive gerando demandas judiciais.

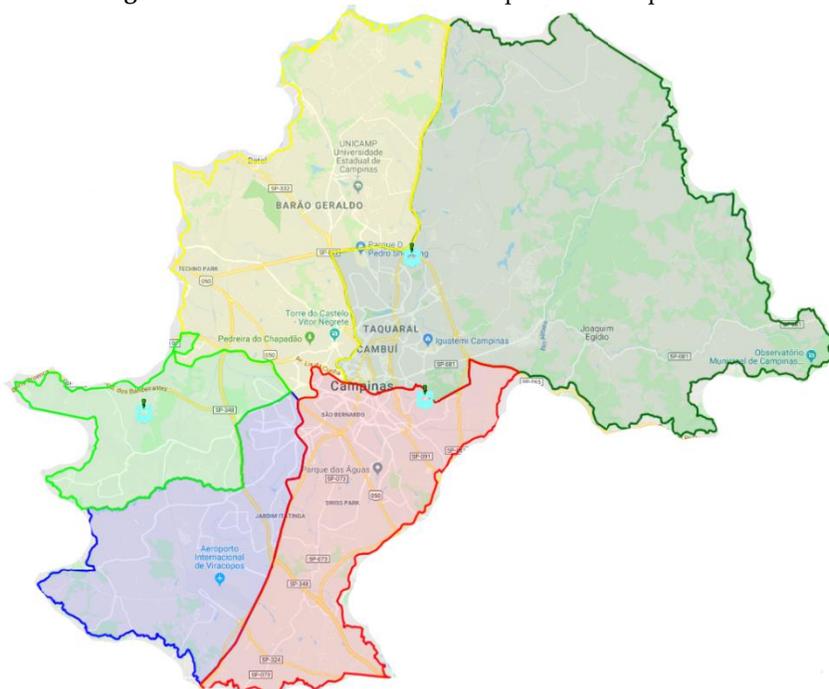
Ao assumir a gestão em 2005, Dr. Hélio de Oliveira Santos (2005–2011), do Partido Democrático Trabalhista (PDT), recebeu a Rede da Educação Infantil Municipal com 157 Unidades Públicas Municipais. Seu Governo continuou e ampliou as políticas adotadas pelo governo anterior, intensificando os agrupamentos, a capacidade de atendimento em cada sala de aula também foi aumentada, mas à medida que marcou o governo dr. Hélio, mudando os rumos da educação infantil municipal foi a criação de um novo modelo de atendimento, as Unidades Públicas Privadas, nomeadas de Nave-Mãe. Superunidades construídas pela administração pública e geridas por iniciativas privadas, com capacidade de atendimento de cerca de 500 crianças, bem maior quando comparado com as Unidades Públicas Municipais, com capacidade média de 300 crianças.

Estas Unidades serão tratadas a seguir, mas cabe salientar que, após a implantação deste modelo de Unidade, a Prefeitura priorizou a construção deste tipo de modalidade em detrimento das Unidades Públicas Municipais. No governo Hélio, houve a construção de 13 Unidades Públicas Municipais e de 16 Unidades Públicas Privadas, política que deu continuidade nas duas gestões seguintes de Jonas Donizette (2013-2020) do Partido Social Brasileiro (PSB), que construiu até 2019 apenas duas Unidades Públicas Municipais<sup>55</sup> e 12 Unidades Públicas Privadas.

---

<sup>55</sup> Localidades por ordem de inauguração: Vila Orosimbo Maia e Chácaras Cruzeiro Do Sul.

**Figura 16 – Unidades Públicas Municipais criadas após 2011**



Fonte: Elaboração da autora.

Antes de tratar da nova modalidade de educação infantil municipal, faz-se importante pontuar que o levantamento histórico realizado para constituição deste trabalho nos permitiu observar que as políticas públicas de construção das Unidades Públicas Municipais foram motivadas por diversos fatores. Dentre eles podem-se destacar a forte pressão de movimentos sociais, ou por instituições e associações da sociedade civil. Mais do que apenas vontade política dos prefeitos e secretários em seus mandatos, ainda que algumas Unidades educacionais que compõe a Rede Municipal de Educação de Campinas não apresentarem registros<sup>56</sup>, portanto, não se consegue precisar como se deu o processo histórico de demanda.

---

<sup>56</sup> Do total de 133 escolas Públicas Municipais, 47 delas, principalmente as mais antigas não possuem registros e não conseguem precisar como se deu o processo histórico de suas criações e demandas, destas, porém, 11 delas deram-se em períodos de grandes

Esta configuração teve como fonte o item ‘Histórico’ constante do Projeto Pedagógico de cada Unidade.<sup>57</sup> Para levantar estes dados históricos, muitas unidades, principalmente as mais antigas, realizaram pesquisas com relatos orais de moradores, ex-funcionários e ex-alunos, o que permitiu rememorar este processo histórico.

Dentre as principais demandas que ocasionaram as construções de Unidades Públicas Municipais, destacam-se principalmente as reivindicações provenientes de movimentos sociais e associações de moradores, que se empenharam a conquistar o direito deste tipo de atendimento para a comunidade local, responsáveis pela criação de pelo menos 59 Unidades e as criações, frutos de parcerias com a Companhia de Habitação (COHAB) responsável por criar pelo menos outras 12 unidades.

Mas, ainda se registram seis unidades que tiveram seu início ligado a parcerias público-privado, uma unidade proveniente de doação filantrópica, três através de instituições religiosas, e outras cinco unidades que deliberadamente pode-se atribuir à iniciativa do poder público, como se observa na tabela a seguir.

**Tabela 10 - Demandas de criação das Unidades Públicas Municipais**

<b>Demandas De Criação:</b>	<b>Pública Municipal</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
<b>Movimentos/Reivindicações</b>	59	44,4
<b>COHAB/Estatal Municipal</b>	12	9,0
<b>Parcerias</b>	6	4,5
<b>Poder Público</b>	5	3,8
<b>Religiosa</b>	3	2,3
<b>Filantrópica</b>	1	0,8
<b>Não Informado</b>	47	35,3
<b>Totais</b>	<b>133</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

---

levantes e reivindicações de movimentos sociais, pode-se inferir, portanto, que estas tenham sido conquistas propiciadas pelos movimentos sociais.

<sup>57</sup> Disponível em: <https://pponlinesme.campinas.sp.gov.br/homologados/> Acesso em: 29 de outubro de 2019.

Sobre os responsáveis por mais da metade (53,4%) das construções de Unidades Públicas Municipais constituintes da Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas, figura-se a Companhia de Habitação e os movimentos e reivindicações sociais. Sobre esta última, iniciada desde a década de 1960, com o crescimento do operariado, incorporação da classe média, redução dos espaços de brincar das crianças na cidade, dentre outros, houve uma intensificação da busca por creches, estas não sendo mais aceitas como uma ajuda filantrópica ou empresarial, mas como um direito, que deveria ser garantido. A mobilização e luta por este nível de ensino vai ganhando ritmo ainda mais quando impulsionada pela independência feminina, pelos movimentos feministas, dos trabalhadores e dos estudantes e pelo próprio pensamento desenvolvimentista.

Apesar dos anos de repressão pelo qual passava o país com a Ditadura Civil-Militar, começaram a emergir na cidade manifestações de organização da sociedade civil, possibilitados em parte por conta da nucleação da população em suas próprias comunidades, principalmente após período de intensa expansão populacional de Campinas, que acabou por excluir parcelas da população à margem, distantes das localidades centrais possuidora de infraestruturas e equipamentos sociais. Estas organizações, estimuladas por laços de solidariedade, sobrevivência, vizinhança e amizade, permitiram a proteção e cuidados para com os outros discutindo e buscando soluções para os problemas sociais comuns, assim possibilitou-se a organização dos moradores em Sociedades de Amigos do Bairro (SAB), que partiram reivindicando água, luz, tratamento de esgoto etc. Por meio destas associações de moradores, foi possível à organização de assembleias públicas, por vezes ocasionando disputas e conflitos perigosos ainda mais quando no período de repressão da ditadura, porém, é o por intermédio deles que houve soluções reais e significativas para seus problemas sociais, tais como início da urbanização das favelas e cuidados básicos de saúde (SOUZA, 2005).

As mulheres, figuras ativas destes movimentos, participando em clube de mães, ou Associações de Moradores, engrossaram os movimentos nos anos 1970, principalmente após a decretação do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975. Propiciado também pela abertura democrática no final do período, vão surgindo no país núcleos de organizações feministas, mulheres no congresso, somados a grupos de oposição, sindicatos, associações de bairro e lutas estudantis. Em muitos desses aparece uma reivindicação em comum: a luta por creches.

Faria (2005), ao analisar o histórico das lutas do Movimento Feminista pelo direito à creche, ressalta que a criação destas instituições é fundamental para que a mulher desempenhe outros papéis na vida e na sociedade.

Inspirada pelos movimentos populares de São Paulo, que durante a realização do I Congresso da Mulher Paulista em 1979, em conjunto com o movimento feminista, mulheres operárias e intelectuais fundam o *Movimento de Luta por Creches*, objetivando a criação de uma rede pública de creches (ROSEMBERG, 2013). A partir daí é que na cidade campineira começam a aparecer-nos 'históricos' os primeiros registros de criações de Unidades conquistadas através de movimentos/reivindicações.

O movimento, além de lutar contra a repressão em anos de ditadura, buscava conquistar políticas e equipamentos sociais para as parcelas excluídas da sociedade, a creche era uma delas, pois, sua conquista possibilitaria até uma diminuição na extrema desigualdade social. É na década de 1980, propiciada pela redemocratização do país e pós Constituição que ocorre mais ainda a ascensão e articulação dos movimentos populares, principalmente na perspectiva da educação como direito.

As gestões de Francisco Amaral (1977-1983) e José Roberto Magalhães Teixeira (1983- 1988) são marcadas pela intensa mobilização da população campineira em torno da resolução de problemas sociais, relacionados a questões de habitação e educação. Foi possível, através da ação do movimento popular, que se impôs ao governo municipal com diálogo, que surgem com

grande organização e capacidade de mobilização a Assembleia do Povo<sup>58</sup>, um dos mais fortes movimentos organizados de Campinas, que conquistaram a urbanização das favelas<sup>59</sup>, quando da votação da Lei Municipal n 5.079<sup>60</sup>, e demais reformas institucionais, culminando com a instituição da Secretaria de Habitação em 1989.

No período de 1977 a 1988, pressionados pelos maiores movimentos sociais da história de campinas, o número só de Centros Infantis, saltou de sete em 1976, para 39 em 1988. Esta expansão sem precedentes das políticas sociais neste período foi conquista graças ao protagonismo das classes populares que se organizaram em Associações e Clubes, reivindicando melhorias.

Através dessas mobilizações é que se fizeram aumentar a oferta de vagas na educação infantil municipal com a construção de novas unidades Públicas Municipais, sendo que por algumas vezes, estas organizações se tornaram responsáveis inclusive pela construção de prédios em sistemas de mutirão<sup>61</sup>, com a comunidade toda mobilizada, e quando findada a construção estas foram entregues ao poder público para dar funcionamento efetivo às unidades.

Destacam-se também as parcerias feitas com a Companhia de Habitação – COHAB. Como dito anteriormente, empresa de economia mista, com acionista majoritária a Prefeitura Municipal

---

<sup>58</sup> A Assembleia do Povo foi um movimento popular pela terra urbana que se desenvolveu em 1979, mesmo ainda na ditadura o país evidenciava uma gradual e controlada abertura política, ansiando melhorias de infraestrutura, água, luz, transporte coletivo e pavimentação, e de equipamentos públicos para atendimento à saúde e à educação, não que seriam mais aceitos como forma clientelista e sujeitos à barganha política, mas passariam a ser direito conquistado. Cansados de promessas não cumpridas, o povo passou a se organizar, para de forma articulada e pública encaminhassem suas reivindicações (DE PAOLI, 2000).

<sup>59</sup> Ao terminar a gestão em 1988, 9 favelas já haviam sido urbanizadas e outras 58 estavam em processo.

<sup>60</sup> Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/1981/507/5079/lei-ordinaria-n-5079-1981-dispoe-sobre-a-concessao-de-direito-real-de-uso-de-terrenos-publicos-por-interesse-social-e-da-outras-providencias>  
Acesso em: 29 de outubro de 2019.

<sup>61</sup> Como é o caso da construção do CEI Pinóquio, CEI reino encantado, dentre outros.

de Campinas, iniciada em 1965, pelo então prefeito Ruy Hellmeister Novaes através da Lei nº 3.213 de 17 de fevereiro de 1965<sup>62</sup>, visando expansão periférica, face ao grande fluxo migratório decorrente do processo de industrialização da cidade.

Os migrantes trabalhadores da indústria, ao não possuírem condições econômicas de se fixar nas áreas urbanas da cidade, que contava com infraestrutura e equipamento públicos, são obrigados a mover-se para áreas mais afastadas, passando a ocupar as periferias, que contavam com pouca ou nenhuma infraestrutura.

A urbanização, com provimento de infraestrutura básica, foi fruto de lutas, conquistas e reivindicações dos movimentos populares em busca de usos da terra urbana, que culminaram com a Assembleia do Povo (MASTRODI; ZACCARA, 2016).

A COHAB foi uma forma encontrada pela administração municipal de entregar a preços populares, habitações periféricas e com infraestruturas básicas, pois, nos projetos de construções das Vilas deveriam conter além das habitações, equipamentos públicos, como postos de saúde e escolas. Porém, no levantamento desta pesquisa, nota-se que unidades educacionais só foram construídas em alguns conjuntos habitacionais entregues durante as décadas de 70 e 80, sendo após anos, retomado na gestão Hélio nos anos 2000, com a construção de duas Unidades<sup>63</sup> quando da entrega da Vila Olímpia e do Conjunto Habitacional Vida Nova.

Através desta parceria com a COHAB, ao menos 12 Unidades Públicas Municipais (tabela 10) foram construídas na cidade, número ínfimo quando comparado ao número de conjuntos habitacionais entregues. Só na região Leste, 13 Conjuntos foram entregues desde 1979 a 2008, porém, apenas dois Conjuntos

---

<sup>62</sup> Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/1965/322/3213/lei-ordinaria-n-3213-1965-autoriza-a-prefeitura-municipal-a-organizar-a-companhia-de-habitacao-popular-de-campinas-cohab-e-da-outras-providencias> Acesso em: 29 de outubro de 2019.

<sup>63</sup> CEI Vila Olímpia (2005) e CEI Nave-Mãe Prof.<sup>a</sup> Darcy Ribeiro (2008).

Habitacionais<sup>64</sup> contaram com a construção de Unidade Educacional por intermédio da COHAB.

Os conjuntos habitacionais entregues na região Norte somam 6.142 casas, distribuídas em 11 localidades, desde 1969 a 2009, destes, apenas quatro Unidades Educacionais<sup>65</sup> contaram com a parceria de construção da COHAB.

A região Sul foi a menos atendida pela política habitacional municipal, ali foram entregues 1.247 casas, distribuídas em seis Conjuntos Habitacionais, iniciando com a Vila Rica (1966), primeiro Conjunto entregue pela COHAB na cidade e finalizando com o Núcleo Residencial São José (2004)<sup>66</sup>, na região dentre os seis Conjuntos, em apenas um foi entregue com uma Unidade<sup>67</sup> Educacional construída pela parceria.

O número de casas é superior nas regiões Sudoeste e Noroeste, intensamente habitadas e alvo das políticas públicas de periferação da cidade. Na região Sudoeste, 8.207 casas foram entregues pela COHAB, que se iniciaram com a construção da Vila Perseu Leite de Barros (1976) até Vida Nova (2009), totalizando 15 conjuntos habitacionais, porém, apenas uma Unidade<sup>68</sup> foi construída em parceria com a COHAB e esta é uma Unidade Nave-Mãe Pública Privada construída durante a gestão Hélio de Oliveira Santos.

A região Noroeste recebeu 4.809 casas entregues, divididas em 14 conjuntos habitacionais, desde a Vila Castelo Branco (1967) ao Parque da Floresta (1996), destes, quatro localidades contaram em suas entregas com Unidades<sup>69</sup> construídas em parceria com a COHAB.

---

<sup>64</sup> CEI Recanto da Alegria (1971) e CEI Presidente Arthur Bernardes (1976).

<sup>65</sup> CEI Regente Feijó (1976), CEI Cha Il Sun (1977), CEI Sonia Lenita Galdino Torrezan Camara (1984), CEI Vila Olímpia(2005).

<sup>66</sup> Dados disponíveis em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/publicacoes/planodiretor2006/pdfinal/cap3.pdf> Acesso em: 29 de outubro de 2019.

<sup>67</sup> CEI Maria do Carmo Abreu Sodre (1970).

<sup>68</sup> CEI Nave Mãe Prof.<sup>a</sup> Darcy Ribeiro (2008).

<sup>69</sup> CEI Presidente Castelo Branco (1971), CEI Prof.<sup>a</sup> Hermínia Ricci (1975), CEI Marília Martorano Amaral (1975) e CEI Chapeuzinho Vermelho (1984).

## C) A NOVA MODALIDADE: UNIDADES EDUCACIONAIS PÚBLICAS PRIVADAS

Mesmo Campinas sendo considerada uma cidade rica, esta nunca teve plenamente atendida à demanda de educação infantil, zerando as filas de espera por vaga, mas, aumentar a oferta sempre fez parte dos discursos das administrações municipais. Nos últimos 15 anos, uma nova política para a educação infantil foi implementada. É criada no município uma nova modalidade de Unidade Educacional, estabelecendo uma parceria público-privada, pela gestão do então prefeito eleito, Dr. Hélio de Oliveira Santos do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Em 2005, graças à Lei Federal nº 11.114<sup>70</sup> houve uma reorganização no Ensino Fundamental, que passou a ter duração de nove anos e que produziu alterações na educação infantil. Nesta nova configuração, as crianças de seis anos antes atendidas em instituições de educação infantil passaram a fazer parte do quadro de alunos do Ensino Fundamental, aumentando assim o espaço para a oferta de educação infantil destinado às crianças de 0 a 5 anos (ROCHA, 2009).

Esta alteração, somada à substituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), implementado em 1996, reunia os recursos Estaduais e Municipais destinados à Educação para depois os redistribuir de acordo com o número de matrículas regulares no Ensino Fundamental. Tal fundo foi substituído pelo FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação pela Lei 11.494/2007, esta alteração passa a incluir a educação infantil, como primeira etapa da educação básica e expande a faixa de educação obrigatória. Com essa alteração, ao ser contemplada, a educação

---

<sup>70</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm) Acesso em: 30 de outubro de 2019.

infantil antes marginalizada passa agora a fazer parte da redistribuição de recursos e aporte de verbas federais<sup>71</sup>.

Diante deste quadro favorável, com aumento de repasses para a educação básica, o governo Hélio de Oliveira Santos opta não pela construção de novas Unidades inteiramente públicas, mas apresenta o Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil (PAEEI), que se destinava à ampliação das vagas na educação infantil, através de parcerias com instituições de direito privado sem fins lucrativos.

Instituições escolhidas para gestão das Unidades de Educação Infantil a serem construídas pelo município, ficando estas responsáveis por gerenciar todo o processo pedagógico e funcional destas Unidades que foram intituladas de “Nave - Mãe”. O projeto foi aprovado em 4 de abril de 2007 pela Lei 12.884<sup>72</sup>.

Assim, além das parcerias já existentes na modalidade Pública Conveniada, o governo Hélio, em dezembro do mesmo ano publica edital com o processo seletivo para a escolha das entidades<sup>73</sup> que seriam responsáveis pelas primeiras Unidades. A contratação dessas organizações é feita por tempo limitado e, portanto, periodicamente devem ser abertos novos editais e novas contratações. O processo implica em uma seleção entre os interessados inscritos, a quem cabe encaminhar documentos a serem analisados por uma comissão julgadora, a qual atribuirá nota e a melhor classificada se encarregará da gestão da Nave-Mãe.

Estas Unidades passaram a funcionar com uma gestão compartilhada com a Prefeitura de Campinas, os prédios são construídos pela administração municipal, mas geridos através de

---

<sup>71</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/textosecr/fundef\\_ao\\_fundeb.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/textosecr/fundef_ao_fundeb.pdf) Acesso em: 5 de dezembro de 2019.

<sup>72</sup> Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/2007/1289/12884/lei-ordinaria-n-12884-2007-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-de-atendimento-especial-a-educacao-infantil-paei> Acesso em: 24 de julho de 2018.

<sup>73</sup> Todas as entidades são caracterizadas como associações privadas sem fins lucrativos e possuem o título de Utilidade Pública Municipal conforme prevê a Lei Municipal nº 4.496 de 27 de maio de 1975 (DOMICIANO-PELLISSON, 2016).

contratos de parceria com o terceiro setor. Havendo, portanto, uma inversão em relação ao modelo de parceria anterior Pública Conveniada. No modelo anterior o poder público participava do financiamento de iniciativas privadas no campo da educação. No novo modelo, o poder público entrega suas unidades para serem geridas por organizações privadas.

Assim sendo, começou-se a construção de várias unidades do projeto (PAEEI), trazendo grande repercussão no município, tanto pela ampliação significativa da oferta de vagas, quanto pela nova política adotada pela Prefeitura, evidenciando a intenção do poder executivo em privatizar e terceirizar a educação das crianças pequenas. Tal política visa à diminuição dos custos com os atendimentos aos direitos de educação da população infantil. Não dispomos de dados para analisar a questão dos custos, perdas e benefícios comparativamente às três modalidades, entretanto, podem-se realizar algumas reflexões. Nessa nova modalidade, observa-se o afastamento de forma gradual do Poder Público desta área essencial.

Este projeto, que usa recursos municipais para sua construção, teve seus projetos arquitetônicos padronizados pelo arquiteto João Filgueiras Lima<sup>74</sup>, idealizador de vários projetos voltados à proteção da criança. Consiste no caso de Campinas em superunidades, capazes de atender cerca de quatrocentas a quinhentas crianças, em mais de 1.700m<sup>2</sup> de área construída, diversas salas de aula, sala multiuso, enfermaria, pátio coberto, refeitório, cozinha e sanitários, além de possuir todo mobiliário e estrutura, jardins e playground.

---

<sup>74</sup> Arquiteto, urbanista, construtor. Forma-se em 1955 na Faculdade Nacional de Arquitetura - FNA<sup>1</sup>, no Rio de Janeiro. A obra de João Filgueiras Lima, o "Lelé", destaca-se pela combinação entre a exploração da industrialização na construção civil — a criação de componentes pré-fabricados em série — e o recurso da forma livre, frequentemente sinuosa, herdada de seu convívio com Oscar Niemeyer (1907-2012). O projeto dos Centros Integrados de Educação Pública — Cieps tem a colaboração de Niemeyer, e é apresentado ao Ministério da Educação como piloto de um sistema em escala federal, o dos Centros Integrados de Apoio à Criança — Ciacs, 1990, que prevê a construção de 5 mil escolas pelo Brasil. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18200/joao-filgueiras-lima> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

Os resultados quantitativos deste novo tipo de modalidade que passou a compor a Rede Municipal de Educação Infantil foram muito significativos, fazendo com que se reduzissem drasticamente as listas de esperas por vagas na educação infantil<sup>75</sup>. Inclusive, o projeto de Hélio de Oliveira Santos foi ganhador do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Prêmio ODM Brasil, em 2009, devido principalmente a ampliação da oferta na educação infantil em espaço tão curto de tempo, e ainda pela participação do setor privado como gestor de escolas (DOMICIANO-PELLISSON, 2016). No projeto inicial de Hélio, seriam construídas apenas quatro unidades, mas ao final de 2012, Campinas já contava com 12 unidades de Naves-Mães, sendo que as gestões que se seguiram continuaram com este projeto fazendo com que a Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas encerrasse o ano de 2018 com 28 unidades de Naves-Mães.

Ao final da gestão Hélio, 34.100<sup>76</sup> crianças estavam matriculadas na Rede Municipal de Educação Infantil nos três tipos de modalidades, oferecidas, contando ainda com 6.500 crianças na lista de espera.

Nos anos que se seguiram, Jonas Donizette/PSB<sup>77</sup> manteve e intensificou a política de construção destas Unidades Público Privadas<sup>78</sup> sendo 13 delas inauguradas em sua gestão até o momento atual, evidenciando assim a prioridade da construção destas parcerias com o terceiro setor, em detrimento de Unidades

---

<sup>75</sup> Em 2012 o déficit de vagas na educação infantil em Campinas era a de 7.910 crianças na faixa etária de 3 meses a 2 anos e 4 meses, números bem menores quando comparado à períodos anteriores. (MOMMA; BRYAN e PALMEN, 2014).

<sup>76</sup> Em 2008, havia 29.968 crianças matriculas, 7.831 na lista de espera.

<sup>77</sup> Em 2008 ocorre alteração na organização dos agrupamentos ficando o agrupamento I para crianças de zero 1 ano e 6 meses, agrupamento II para crianças de 1 ano e 7 meses a 2 anos e 11 meses e o agrupamento III para crianças de 3 anos a 5 anos e 11 meses, diminuindo ainda mais a faixa etária de atendimento em período parcial, além de ampliar e criar estratégias para notificar os alunos faltosos, excluindo-os e dando prosseguindo à lista de espera.

<sup>78</sup> No governo Jonas Donizette, as Unidades antes intituladas de Nave-Mãe passam a se chamar de Bem-Querer.

Públicas — somente uma Unidade Pública foi inaugurada por Jonas Donizette/PSB em seu governo, o *CEI Comecinho de Vida*, inaugurado em 2013 na Vila Orozimbo Maia — demonstrando que as forças do governo municipal estão voltadas basicamente aos Projetos de Nave-Mãe, e não ao investimento em Unidades de atendimento próprio da Prefeitura Municipal.

Além disso, muitas Unidades Públicas Municipais que se encontravam próximas destas superunidades acabaram sendo fechadas e seus funcionários foram realocados<sup>79</sup>, evidenciando ainda mais a política perversa de privatização por dentro da educação infantil, que opta por fechar unidades tradicionais dos bairros, substituindo-as por unidades maiores e repassando suas obrigações com esta etapa da educação básica para as mãos de entidades privadas, sem poder prever ou controlar nenhuma de suas ações com relação à contratação de pessoal especializado, suas condições de trabalho e a política salarial. (ROCHA, 2009). Esta nova política, além de mascarar a expansão do atendimento, pode exemplificar o porquê do fracasso da política do fim da falta de vaga, além de precarizar o atendimento educacional, ao não garantir formação adequada dos profissionais contratados e acompanhamento efetivo e sistemático (MOMMA-BARDELA, BRYAN, PALMEN, 2014).

O repasse de verbas feitas a estas instituições responsáveis por gerir as Naves-Mães são calculados com base no custo aluno. Cada criança matriculada tem um valor estipulado pela Prefeitura. (DOMICIANO-PELLISSON, 2016).

O projeto Nave-Mãe, pensado como solução para o problema das listas de espera por vagas, foram estrategicamente espalhadas pelo município nos locais mais carentes de ofertas desta etapa da educação e em locais com condições socioeconômicas inferiores, revelando a política empregada pela administração municipal em construir Naves-Mães em localizações de vulnerabilidade social e

---

<sup>79</sup> À exemplo do CEI Jardim Stella, fechado e substituído pela CEI Nave-Mãe João Batista Neto.

de grande densidade demográfica (MOMMA-BARDELA; BRYAN; PALMEN, 2014). A primeira Nave-Mãe é inaugurada na cidade, em 2008, na região Sul, no bairro Jardim Marisa. O bairro é próximo da rodovia que liga Vinhedo ao Aeroporto de Viracopos, apresentando carência de alguns itens de infraestrutura, como: asfaltamento de vias, água e esgoto, posto de saúde, transporte coletivo, entre outros.

**Tabela 11** – Regiões de criação das Unidades Educacionais pertencentes à rede Municipal de Educação Infantil de Campinas

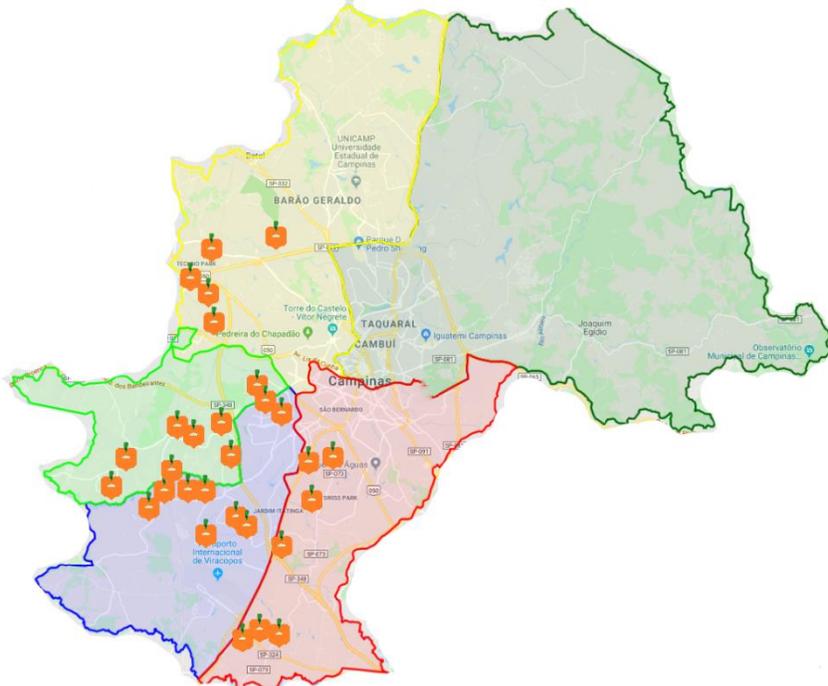
Regiões	Pública Municipal	Pública Conveniada	Pública Privada	Total De Unidades Por Região	Porcentagem * (%)
Norte	29	8	5	42	20,4
Sul	25	12	7	44	21,4
Leste	26	17	-	43	20,9
Sudoeste	27	5	8	40	19,4
Nordeste	26	3	8	37	18,0
<b>Totais</b>	<b>133</b>	<b>45</b>	<b>28</b>	<b>206</b>	<b>100,0</b>

\* Porcentagem calculada sobre o total de unidades por região.

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Assim, a Prefeitura empenha-se direcionando prioritariamente estas Unidades a oferecer atendimento às camadas mais pobres da população campineira, instaladas em regiões periféricas, que demandam equipamentos públicos, fato este observável na ausência de Unidades Pública Privadas na região Leste. As Unidades espalham-se nas regiões Norte, Sul, Sudoeste e Noroeste, localizando-se prioritariamente em bairros de baixa renda ou de ocupações precárias e favelas, atendendo à criança pobre e sua família como previsto por seu idealizador (SANTOS 2010).

**Figura 17 – Unidades Públicas Privadas criadas nos anos 2000**



Fonte: Elaboração da autora.

As regiões escolhidas são também aquelas que concentram o maior crescimento populacional nas últimas décadas. Estes bairros – frutos muitas vezes de invasões para criação de favelas e outras modalidades de ocupações –, após anos de ausência de planejamento público, fez com que a nova política de Hélio de Oliveira Santos investisse na ampliação da oferta de vagas da educação, ofertando a estas populações desprovidas de equipamentos públicos de educação infantil, condições para receber atendimento privatizado através de Unidades Públicas Privadas.

**Tabela 12 - Bairros e regiões das Unidades Públicas Privadas**

<b>Regiões/Bairros</b>				
<b>Norte</b>	<b>Sul</b>	<b>Leste</b>	<b>Noroeste</b>	<b>Sudoeste</b>
Conjunto Habitacional Vila Réggio	Jardim Fernanda II	-	Jardim Alto Belém	Conjunto Habitacional Vida Nova
Conjunto Habitacional Edivaldo Antônio Orsi	Jardim Stella	-	Cidade Satélite Íris	Jardim Ouro Preto
Loteamento Vila Esperança	Vila Abaeté	-	Residencial Cosmos	Jardim Vista Alegre
Parque Das Constelações	Jardim São Domingos	-	Jardim Bassoli	Parque Das Indústrias
Parque Residencial Shalon	Jardim Marisa	-	Loteamento Residencial Novo Mundo	Parque Vista Alegre
-	Gleba B	-	Jardim Ibirapuera	Residencial São José
-	-	-	Cidade Satélite Iris II	Dic VI
-	-	-	Jardim Campos Elíseos	Residencial Porto Seguro

Fonte: Elaboração da autora.

Finaliza-se, portanto, a primeira parte deste trabalho, em que se construiu o mapeamento histórico do atendimento institucionalizado de crianças pequenas na cidade de Campinas, nas suas formas diversas e distintas modalidades de atendimento, perpassando dados históricos, políticos, estatísticos e localidades de implementação destas Unidades. Para assim tornar possível o delineamento da segunda parte do trabalho que pretende compreender a forma como se encontra a laicidade e a religião, bem como as condições de trabalho e de atendimento dentro da rede Municipal de Educação Infantil de Campinas.

## Laicidade e Religião na Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas

Com relação à educação, a laicidade — separação e não influência das religiões e Igrejas sobre as escolas — é um assunto delicado, discutido no mundo ocidental desde o século XVIII. Desta forma, quando se trata de instrução pública, oferecida por estados laicos, esta não deveria ser ministrada por clérigos, mas sim deveria ser liberta de ‘dogmas religiosos’. Configura-se, sobretudo, a escola pública como um espaço livre de religião, deixando àqueles que a frequentam livres para buscarem a religião que lhes convém em seus respectivos templos, fora das escolas (BOTO, 2003).

No Brasil, país colonizado por portugueses com forte herança católica, a religião é ainda hoje garantida nas escolas públicas através do ensino religioso, previsto no artigo 210 § 1º da Constituição<sup>80</sup>, seguindo as outras constituições federais desde 1934 e atendendo à pressão de grupos religiosos, inclui o ensino religioso como disciplina: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”.

Desde a república, as Constituições brasileiras afirmam a laicidade do Estado, entretanto, já em seu preâmbulo a Carta é consagrada a Deus. Assim também, esse mesmo estado laico

---

<sup>80</sup> Após a Proclamação da República e a declaração do Estado Laico, aconteceram diversos levantes e greves principalmente a partir de 1922, que eram vistos como ameaças à ordem social. As elites dirigentes da época passaram então a exigir repressões imediatas e de prevenção, a solução foi encontrada no conservadorismo católico, que buscava solucionar problemas sociais e políticos (CUNHA 2011), o que facilitou o retorno da religião às escolas numa espécie de pedagogia de controle preventivo. Esta medida é evidenciada pelo decreto de Vargas nº19.941 de 30 de abril de 1931, que dispõe sobre o ensino religioso nos estabelecimentos públicos, primário, secundário e normal. A Constituição de 1934, assim como as demais que se seguiram continuaram por afirmar o que dizia o decreto, e ainda acrescentaram o ensino religioso como matéria dos horários.

mantém o ensino religioso nas instituições públicas, mesmo que de matrícula facultativa, ganho este conseguido graças à pressão feita pela Igreja Católica para que se mantivesse o ensino religioso na Constituição (GIUMBELLI, 2014).

Assim, em 1996 o ensino religioso seria também previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, após seis anos de elaboração<sup>81</sup>.

A Constituição atual após publicação da primeira redação passou por uma reforma no artigo 33, que tramitou em regime de urgência e tem a oferta do ensino religioso alterado graças ao veto transversal do presidente da época, Fernando Henrique Cardoso (CUNHA, 2016). Esta alteração foi realizada, segundo Cunha (2016), pois, se aproximava a visita do papa ao Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pressionava para oferecer um presente político-ideológico ao papa. Para sua reformulação, foi necessário passar por diversas instâncias e discussões principalmente com relação ao financiamento e se haveria ou não ônus aos cofres públicos para o ensino religioso, ao final a reforma foi aprovada e resultou na lei nº 9.475/97, alterando assim o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação<sup>82</sup>:

---

<sup>81</sup> Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa. (BRASIL, 1996).

<sup>82</sup> Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

Na nova redação favorável ao projeto político da Igreja Católica, aprovada em apenas seis meses, mantém o ensino religioso de oferta obrigatória e matrícula facultativa, como componente curricular, nos horários normais das escolas oficiais, mas não menciona ônus para os cofres públicos, abrindo a possibilidade de uso dos recursos de sistemas públicos para esta oferta. Esta nova escrita, porém, deixa explícita o impedimento de qualquer forma de proselitismo, afirmando o respeito à diversidade cultural religiosa no Brasil, mas de forma sutil, fez com que esta disciplina se tornasse parte integrante da formação básica do cidadão.

Cabe também ressaltar que na versão inicial da lei era previsto a possibilidade de dois tipos de ensino religioso, confessional ou interconfessional, tendo esta parte sido suprimida na alteração feita em 1997 (OLIVEIRA, 2014).

Mesmo após essas conquistas, a Igreja Católica continuou lutando e pressionado por todos os lados, objetivando recuperar o espaço perdido na educação. Um exemplo da ação da Igreja para manter seu espaço no Estado brasileiro se manifesta na Concordata, firmada entre o Governo Brasileiro e a Santa Fé em 2008, que foi acompanhado de perto pelo clero brasileiro, tramitando em regime de urgência e tendo sido aprovada em sua maioria por parlamentares comprometidos com igrejas ou seitas (BITTENCOURT; WOHNATH, 2013). A Concordata constitui-se como um acordo jurídico que estabeleceu novos privilégios e consolidou outros, vivenciados pela Igreja Católica (FISCHMANN, 2009). Um dos maiores ganhos da Igreja com a Concordata é o artigo 11, que traz significativa perda para a educação pública, ao especificar que o ensino religioso, *católico* e de outras confissões religiosas, fazem parte dos horários normais das escolas, promulgado através do Decreto nº 7.107/2010.

---

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997) (BRASIL, 1996).

Com a escrita da Base Nacional Comum Curricular, o ensino religioso não poderia ficar de fora, tendo em vista que é componente curricular. Neste documento, o ensino religioso constitui-se como uma área de conhecimento específica, compondo ao lado de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, às cinco áreas do conhecimento. Segundo Cunha (2016) desde o início da produção e escrita da Base em 2012, o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso se fez presente nas discussões através de quatro militantes católicos, que foram os responsáveis por escrever os eixos e objetivos de aprendizagem do ensino religioso para cada um dos nove anos do ensino fundamental.

Todos estes apontamentos, referentes à inserção em âmbito legal da religião e ensino religioso na educação brasileira descrita anteriormente, dizem respeito aos nove anos do Ensino Fundamental, já que este não é previsto para a etapa da educação infantil. Porém, é importante ressaltar que “mesmo com a ausência do ensino religioso nas escolas não significa, de modo algum que a religião não estará presente” (PIEPER, 2014 p.165). A religião nas escolas, principalmente nas escolas de educação infantil, pode ainda carregar marcas do seu passado ligado à religião, marcas estas que podem ser expressas por símbolos religiosos expostos (BRANCO, 2016), principalmente símbolos católicos cristãos como a cruz e o crucifixo (CALADO, 2010). Expostos em estabelecimentos públicos não só em escolas ou ainda podem se fazer presentes pela comemoração de datas religiosas, ou mesmo através de preces, orações e interjeições.

As escolas públicas sofrem com estes impasses históricos entre religião e laicidade desde sua concepção, pois, mesmo quando estas assumem e afirmam a laicidade presente nas leis, à cultura brasileira, com fortes vínculos cristãos e em especial, católicos, se faz presente no cotidiano escolar, pois, escola e cultura se relacionam, embora seguramente não sejam coincidentes (CANEDO, 2009). A escola é fruto da cultura, e historicamente substituiu a aprendizagem da vida através do contato direto com o mundo dos adultos, por um processo

de enclausuramento-escolarização, tornando o aprender abstrato, distante de seu valor prático.

Como evidenciado anteriormente, as próprias construções das Unidades Públicas Municipais, em Campinas, foram decorrentes de processos diversos, seja por iniciativa própria do poder público, ou por movimentos e reivindicações sociais, através da Companhia de Habitação, ou frutos de parceria e ações de filantropia. Uma pequena parcela de três unidades teve seu início através de ligações religiosas, porém, estes vínculos foram cortados após o poder público municipal assumir as construções dos prédios e gestão, trazendo para as unidades pessoal e insumos próprios.

Para além das ligações iniciais, mais recentemente a laicidade é assumida na Rede Pública Municipal através de documentos orientadores, onde é possível observar a abordagem sobre laicidade, religião e ensino religioso. São eles: *Diretrizes curriculares para a educação infantil* (2013), *Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental: anos iniciais* (2012) e *Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos: anos finais* (2010).

As Diretrizes Curriculares Municipais passaram a ser publicadas a partir de 2010 com as Diretrizes Curriculares para a Educação básica para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – Anos finais, que foram seguidos pela publicação em 2012 das Diretrizes para os Anos Iniciais e em 2013 das versões para a Educação Infantil e outra atualizada somente para a Educação de Jovens e Adultos.

Todos os quatro documentos foram de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Departamento Pedagógico e Assessoria de Currículo e Pesquisa Educacional, encabeçados pela pessoa de Heliton Leite de Godoy<sup>83</sup>. A escrita destas Diretrizes

---

<sup>83</sup> Portador do Diploma de Mérito Educacional “Prof. Darcy Ribeiro”, concedido pela Câmara Municipal de Campinas. Ex-Coordenador de escola, depois Assessor Técnico de Currículo e Pesquisa Educacional da Secretaria Municipal de Educação, responsável pela elaboração do currículo.

partiu da necessidade de criação de um documento oficial, balizador do trabalho cotidiano das salas de aula, que evidenciasse claramente os objetivos comuns básicos para toda a Rede Municipal de educação, e que pudessem ser usados pelos educadores como um referencial, visando o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem no município.

Estes documentos foram escritos de forma coletiva, com a participação de mais de sessenta autores e coautores de cada etapa, todas professoras, professores especialistas, coordenadores e professores convidados da Rede Municipal de Educação de Campinas que sintetizaram as discussões e reflexões realizadas em cada unidade educacional.

Mais especificamente as *Diretrizes curriculares para a educação infantil*, teve o início do seu processo de escrita em 2007 quando do Seminário de Educação Infantil realizado pelos Núcleos de Ações Descentralizadas do Município e Secretaria de Educação. Nessa ocasião, quando estiveram envolvidos todos os funcionários da Rede, foi realizado o compartilhamento de ideias e experiências pedagógicas. O resultado sintetizado e transformado em um texto preliminar foi em 2009 enviado para as unidades educacionais, quando passaram a ser estudados, analisados e devolvidos com correções e sugestões. Em novos seminários para compartilhar o andamento do processo de escrita ocorreram novas discussões e análises. Dessa forma, após anos de encontros e discussões, o documento é oficialmente publicado procurando orientar os processos educativos nas Unidades de Educação Infantil do Município.

Nas Diretrizes para a Educação Infantil encontra-se menção direta à laicidade, afirmando que a escola é laica, portanto, precisa superar a comemoração de datas específicas do calendário, principalmente àquelas de cunho religioso. E no que diz respeito aos conteúdos trabalhados na educação infantil, mais especificamente, afirma que os professores precisam estar atentos para não tomar as datas comemorativas como norteadoras do

currículo e do trabalho desenvolvido com as crianças em determinadas épocas do ano.

Há em curso um movimento de superação das datas comemorativas como norteadoras do currículo, que envolve o combate ao consumismo, sem perder de vista a laicidade da educação pública, visando ampliar repertórios culturais, com a aproximação das comunidades do entorno (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2013 p.14).

A defesa da laicidade nos documentos oficiais campineiros não está apenas na educação infantil, mas abrange também o ensino fundamental. Nas *Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental: anos iniciais*, não existe menção a nenhuma religião, mas deixa transparecer em suas linhas que a escola, é espaço privilegiado de aprendizado, devendo, portanto, primar pelo ensino e aprendizagem das crianças, independente de credo e religião ou templos religiosos que os alunos frequentem extraclasse:

Então, podemos dizer que nosso desafio é, enquanto educadores, participar dessas mudanças com a intencionalidade própria de nossa atuação, compromissada com uma cidadania que inclua a todos, sem restrição de classe, raça, religião ou gênero. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2012, p.14).

Postura semelhante também pode ser observada nas *Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos: anos finais*:

As questões relacionadas aos preconceitos e autoritarismos fundamentados nas discriminações de classe, raça, etnia, religião e gênero devem ser sistematicamente abordadas em todas as experiências formativas, pois só assim poderemos construir uma escola de fato acolhedora e inclusiva, como se propõe nas diretrizes curriculares (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2010 p.66).

De acordo, portanto, com os documentos oficiais do município de Campinas, pode-se perceber que a educação campineira assume a sua posição frente à laicidade, deixando claras as orientações

oficiais para o ensino público, de acordo com os princípios de laicidade propostos na Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Porém, aquele primeiro projeto contundente de laicidade que me motivou a esta pesquisa, mostrou-se referente a uma pequena parte da Rede, ele pode dissimular o exercício religioso presente nas outras duas modalidades. Para responder esta questão, foram considerados os dados coletados nos Projetos Políticos Pedagógicos, homologados e publicizados em site de domínio municipal, além de sites oficiais e não oficiais das instituições, permitindo-nos encontrar indícios de uma política diferenciada por modalidade de oferta da educação infantil.

As primeiras instituições, hoje Públicas Conveniadas, de assistência e amparo à criança e a infância campineira, estavam majoritariamente sob a responsabilidade da Igreja Católica e de algumas iniciativas filantrópicas. Eram compreendidas, como dito anteriormente, como formas de combater a miséria social, criadas na perspectiva da assistência, objetivando assegurar melhorias da qualidade de vida, para a parcela da população infantil, mais necessitadas.

Dentre estas Unidades, foi possível estabelecer que das 45 Unidades Públicas Conveniadas pertencentes à Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas, 32 delas, ou seja, 71,11% tiveram suas criações ligadas a algum tipo de religião.

**Tabela 13** - Demandas de criação das Unidades Públicas Conveniadas

	<b>Pública Conveniada</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
<b>Religiosa</b>	32	71,11
<b>Filantrópica</b>	8	17,78
<b>Maçonaria</b>	1	2,22
<b>Não Informado</b>	4	8,9
<b>Totais</b>	<b>45</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

As unidades que surgiram ligadas a igrejas ou organizações religiosas, eram de parcerias diversas, fossem elas ajuntamentos de senhoras católicas que se reuniam para oração e auxílio ao próximo em obras de caridade pela cidade, ou congregações religiosas católicas, centro espíritas ou associações anexas a Igrejas e Paróquias, possuem suas dependências próprias e em grande maioria são administradas por líderes religiosos, deixando claro em seus sites e Projetos Pedagógicos as alianças religiosa, à exemplo:

A Escola de Educação Infantil “Santa Rita de Cássia tem como Entidade Mantenedora, o Centro Educacional e Assistencial “Cândida Penteado de Queiroz Martins”, organização religiosa, sem fins econômicos fundado em 24/08/1965 pelo Arcebispo Metropolitano de Campinas, Dom Paulo de Tarso Campos, como Obra vinculada à Paróquia Santa Rita de Cássia que tinha como Pároco, Pe. Francisco Marques de Almeida. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2018<sup>84</sup>)

Outras oito Unidades, ou 17,78%, partiram de iniciativa particular de filantropos, como é o caso da Creche Tia Léa criada em 1970 na região Sul, idealizada pela senhora Léa Strachmam Duchovni, buscando oferecer assistência, proteção e amparo às crianças e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, próximos à região do Jardim São Pedro. Assim, juntamente com um grupo de apoiadores, fundou a entidade e esta passou a oferecer o serviço de creche, com cuidados indispensáveis às crianças pequenas, enquanto suas mães saíam para trabalhar. Das Unidades Públicas Conveniadas, quatro delas, representando 8,9% do total não nos foi possível estabelecer suas demandas históricas até o momento da pesquisa <sup>85</sup>.

---

<sup>84</sup> Disponível em: [http://projetopedagogico.campinas.sp.gov.br/pdf/5/2018/11027/Projeto\\_Pedagogico\\_acesso\\_publico.pdf](http://projetopedagogico.campinas.sp.gov.br/pdf/5/2018/11027/Projeto_Pedagogico_acesso_publico.pdf) Acesso em: 1 de agosto de 2019.

<sup>85</sup> Outros exemplos de filantropia, ademais os constantes no Apêndice I é a Unidade Associação de Desenvolvimento Humano Abracesolidário, fundada em 2005 no Jardim Mirian, região Leste, fundada por um grupo de moradores do Alphaville, que ansiavam em desenvolver projetos sociais nos bairros do entorno do condomínio. Da mesma forma, o Lar Campinense foi criado em 1975 na região Norte através da iniciativa de Iva Panacci de Almeida e José Roberto de Almeida,

Mesmo com históricos diversos, o cerne aqui é que mesmo diante destas particularidades, a Prefeitura Municipal de Campinas ao assumir contratos e convênios com estas entidades, efetuando repasses de verbas públicas para oferecer à população educação infantil, põe em cheque a laicidade assumida em suas Diretrizes. Pois, dentre as 32 Unidades criadas com ligações religiosas, 19 (42,2%) são católicas, nove Unidades (20%) são espíritas e quatro Unidades (8,89%) são evangélicas, conforme tabela a seguir.

**Tabela 14** – Ligações das Unidades Públicas Conveniadas

Ligações Instituições	Católica	Espírita	Evangélica	Maçonaria	Filantropia	Não Informada	Total
Pública Conveniada	19	9	4	1	8	4	45

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Dentre as instituições católicas, é importante ressaltar que oito delas foram inicialmente criadas por Congregações Religiosas de padres ou freiras. Destacam-se: *A Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria* — responsável pelo início da Sociedade Feminina de Assistência a Infância —, que possui duas Unidades Conveniadas, a Creche Bento Quirino e a Unidade II Jorge R. Kanawaty, responsável ainda pela criação da Creche Irmã Maria Ângela, da Fundação Irmã Ruth Maria Camargo Sampaio e do Centro Educacional Coração de Maria; *A Congregação Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração*, responsável pela criação da Casa da Criança Madre Anastácia; *A Congregação Salesiana*, responsável pela criação da Creche Dom Bosquinho (Obra Social São João Bosco); *A Congregação Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria*, responsável pela criação da Escola de Educação Infantil Lar Sagrada Família; e a *Congregação do*

---

casal que já se empenhavam no auxílio à outras entidades do município, e passaram então a oferecer através de entidade própria um trabalho dedicado à crianças do bairro Jardim Eulina.

*Bom Pastor*, responsável pela criação do Centro de Promoção Para Um Mundo Melhor, conforme tabela 15.

Estas Unidades criadas por Congregações, por vezes precisaram se tornar ao longo dos anos Associações Cívicas, com leigos investidores capazes de dar continuidade ao trabalho das entidades, mas sem perderem suas ligações com as religiões e Igrejas.

**Tabela 15 – Congregações responsáveis pelas Unidades Públicas Conveniadas**

<b>Unidade Pública Conveniada</b>	<b>Congregação Responsável</b>
<b>Sociedade Feminina De Assistência A Infância: Creche Bento Quirino (Unid I) E Jorge R Kanawaty (Unid II)</b>	Congregação Irmãs Franciscanas Do Coração De Maria
<b>Creche Irmã Maria Ângela</b>	Congregação Irmãs Franciscanas Do Coração De Maria. Diretora educacional - Voluntária da pastoral. (PPP, 2019).
<b>Fundação Irmã Ruth Maria Camargo Sampaio</b>	Congregação Irmãs Franciscanas Do Coração De Maria. Nguyen Thi Thuy Van - Diretora (Irmã Inês) (PPP, 2019).
<b>Centro Educacional Coração De Maria</b>	Congregação Irmãs Franciscanas Do Coração De Maria
<b>Casa Da Criança Madre Anastácia</b>	Congregação Filhas De Nossa Senhora Do Sagrado Coração. Diretora Irmã Janete de Fátima Alves (PPP, 2019).
<b>Centro De Promoção Para Um Mundo Melhor</b>	Congregação Do Bom Pastor. As Irmãs Maria Lourdes e Ana Maria, diretoras da Instituição. (PPP, 2019)
<b>Creche Dom Bosquinho (Obra Social São João Bosco)</b>	Congregação Salesiana
<b>Escola De Educação Infantil Lar Sagrada Família</b>	Congregação Das Irmãs Franciscanas Missionárias Do Coração Imaculado De Maria. A Irmã Teresa - Diretora da casa. (PPP, 2019).

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

As práticas de educação e ensino são orientadas por teorias, métodos, conceitos pedagógicos, valores e missões, que permeiam todas as ações desenvolvidas dentro de cada escola. Assim, é necessário identificar qual a filosofia que orienta a instituição, partindo desta para desenhar um perfil das escolas onde se encontra o projeto religioso. Aqui são tomados dos Projetos Políticos Pedagógicos alguns extratos como exemplo:

Desde 1907, a Associação *desenvolve o trabalho de assistência, educação e cultura, baseado nos princípios de Santo Antônio: dedicação, humildade e justiça*. Tem a missão de contribuir para a formação de cidadãos capazes de interagir na sociedade desenvolvendo o potencial humano no exercício da cidadania.<sup>86</sup> (Grifo nosso).

A nossa forma de vida, segundo o carisma-espiritualidade da Fundadora, é *viver em fraternidade o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, "Esposo crucificado nu, e abandonado", e nele ser enviadas para "fregar-se pela conversão de povos de além-mar", na fidelidade à Mãe Igreja, nas pegadas de São Francisco, verdadeiro amigo e imitador de Cristo (Const. Art. 2)*<sup>87</sup> (Grifo nosso).

Nesta Teologia da Libertação, de uma igreja com o povo, a linha prática da AMIC na sua *face cristã: Fora da Caridade não há salvação*.<sup>88</sup> (Grifo nosso).

A Associação Presbiteriana de Ação Social é uma ONG que busca trazer o bem estar para crianças e adolescentes, *mostrando que só há um único caminho: Jesus Cristo!*<sup>89</sup> (Grifo nosso)

Suas missões enquanto entidades educadoras:

---

<sup>86</sup> Disponível em: <http://catedralcampinas.com.br/wordpress/institucional/pastorais-e-movimentos/associacao-do-pao-dos-pobres-de-santo-antonio/> Acesso em: 23 de dezembro de 2019.

<sup>87</sup> Disponível em: <https://irfranciscanas.org.br/quem-somos/> Acesso em: 23 de dezembro de 2019.

<sup>88</sup> Disponível em: <https://amic.org.br/quem-somos/> Acesso em: 23 de dezembro de 2019. Acesso em: 23 de dezembro de 2019.

<sup>89</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/apasong/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/apasong/about/?ref=page_internal) Acesso em: 23 de dezembro de 2019.

Missão: *Educar crianças, adolescentes, jovens e famílias, de modo especial os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, promovendo o exercício da cidadania pela metodologia preventiva de Dom Bosco.*<sup>90</sup> (Grifo nosso).

Somos uma entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo é oferecer e divulgar os Estudos sobre a doutrina Espírita para adultos e crianças, com encontros aos domingos de manhã, a partir das 09h00, com Preleções, Passe, Palestras e *Educação Espírita Infantil*, para crianças de 02 a 16 anos.<sup>91</sup> (Grifo nosso).

E seus valores assumidamente religiosos:

*Acredita nos princípios cristãos, como base para a transformação da sociedade; Respeitar o ser humano, educando com ética e responsabilidade social. Primar pela excelência nos serviços prestados; Semear conhecimento para colhermos uma sociedade melhor.*<sup>92</sup> (Grifo nosso).

A caridade é o processo de somar alegrias, diminuir males, multiplicar esperanças e dividir a felicidade para que a Terra se realize na condição do esperado Reino de Deus.

Valores – Acreditamos que acolher é, sobretudo, ter Respeito pela individualidade de cada Ser. Este é o primeiro princípio que norteia o nosso trabalho. Imbuídos pela Responsabilidade que nos cabe, caminhamos incessantes, construindo uma história rica em realizações, permeada por desafios e sucessos. Fundamentamos e conduzimos nossas ações pela Ética, em sintonia com as *leis divinas*, cientes de que o progresso moral é capaz de assegurar a felicidade. Amamos o que fazemos e cristalizar o Amor a serviço do próximo é, para nós, o pleno exercício da essência que nos mobiliza.<sup>93</sup> (Grifo nosso).

Ao considerar os documentos relativos à política municipal quanto à laicidade, seria de se esperar a superação destes contratos

---

<sup>90</sup> Disponível em: <http://www.ossjb.org.br/Institucional> Acesso em: 23 de dezembro de 2019.

<sup>91</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/cevovonestor/about> Acesso em: 23 de dezembro de 2019.

<sup>92</sup> Disponível em: <https://www.aeacampinas.org.br/> Acesso em: 23 de dezembro de 2019.

<sup>93</sup> Disponível em: <https://ceak.org.br/ee/sobre/> Acesso em: 23 de dezembro de 2019.

históricos marcados por uma oferta educacional de caráter religioso. Todavia não é isto que ocorre, o que permite pensar que em Campinas estão organizadas redes distintas, dentro da Rede Municipal.

O que se pode observar com a manutenção dos convênios antigos e especialmente com a criação de uma nova modalidade de parceria com setores privados (Nave-Mãe) é a efetiva extinção da política de expansão de Unidades Públicas Municipais nas últimas décadas em favor do novo tipo de oferta em parceria com organizações privadas nacionais e internacionais.

Esta nova modalidade que passou a compor a Rede Municipal de Educação Infantil, constitui-se em prédios públicos, administrados por organizações privadas compostas por grupos de indivíduos que se organizam como associação para prestar serviços sem fins lucrativos (BRASIL, 2002). Hoje, a Rede Municipal de Educação Infantil, conta com 28 Unidades Públicas Privadas, que são geridas sob responsabilidade de sete Associações. Essas 28 unidades concentram, em 2019, 297 professores, 10.416 crianças atendidas e 1.362 funcionários de apoio.

Esta política que concentra o atendimento em grandes unidades não parece ser feita levando-se em conta, condições e melhoria do atendimento, pois, uma política que é pensada para a qualidade do atendimento, priorizaria unidades menores, que se assemelham com a residência familiar, com professores concursados, profissionais qualificados e competentes, com planos de cargos e carreiras, e acompanhamento e avaliações sistemáticas.

Além disso, ao assumir esta política, a Prefeitura Municipal demonstra construir grandes unidades, fechando pequenas unidades de bairros, distanciando o atendimento da residência das crianças. Fato corroborado com observações e conversas com profissionais que atuam no município, pois, atualmente estão sendo usados transportes coletivos para mover de uma localidade para outra, crianças pequenas que não têm atendimento próximo de suas residências. Afirmando ainda mais a decisão de gestão que tem como objetivo a otimização econômica e não o melhor atendimento a criança.

Dentre as organizações com contrato vigente em 2019, quatro delas já possuíam Unidades Públicas Conveniadas e são associações de cunho religioso que passaram a oferecer também gestão privada após a criação da modalidade, expandindo consideravelmente sua participação na educação infantil pública de Campinas. São elas:

A **Obra Social São João Bosco (OSSJB)**, Associação Privada sem fins lucrativos, responsável pela gestão de duas Unidades Públicas Privadas, além da Unidade Conveniada. Fundada em 1909 pelos salesianos, inicialmente como Externato São João, funcionou até 1993 como escola privada, para então alterar seu perfil de atuação e razão social, iniciando em 2008, tanto os trabalhos na Creche Dom Bosquinho como também assume a gestão da Nave-Mãe Darcy Ribeiro.

Conforme dados do site oficial da instituição a Obra Social São João Bosco foi criada a partir da:

*[...] inspiração e carisma de Dom Bosco e como resultado da vontade associativa dos Salesianos em Campinas/SP, em 1909, surge de fato esta Entidade, que adquiriu personalidade jurídica em 22 de abril de 1937 [...] formando bons cristãos e honestos cidadãos! [...] compromisso com os valores autenticamente humano-cristãos e transparência de atitudes na construção de uma sociedade mais justa e fraterna. [...] vivência do Sistema Preventivo de Dom Bosco com seu trinômio: Razão, Religião e Bondade.*<sup>94</sup> (Grifo nosso)

De acordo com estas informações, pode-se dizer que em suas Unidades, seguem a Proposta Pedagógica Salesiana, possuindo como lema central ‘formar bons cristãos e honestos cidadãos’ e apresenta como missão “educar crianças, adolescentes, jovens e famílias, de modo especial os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, promovendo o exercício da cidadania pela *metodologia preventiva de Dom Bosco*” (Grifo nosso), além de definir como seus “Valores: Razão, Religião e Bondade”. Assumindo assim, que em suas (três) Unidades é utilizada a metodologia de ensino específica, relacionada à ordem religiosa de Dom Bosco.

---

<sup>94</sup> Disponível em: <http://www.ossjb.org.br/Institucional> Acesso em: 28 de outubro de 2019.

O sistema de ensino de Dom Bosco, também chamado de “Sistema preventivo Dom Bosco”, que aparece nos Projetos das Unidades Dom Bosquinho (Conveniada), Nave-Mãe Darcy Ribeiro e Nave-Mãe Francisco Amaral (Públicas Privadas), consistem em uma metodologia de ensino elaborada por Dom Bosco, padre católico fundador da Ordem Salesiana da Igreja Católica. Em sua origem, é possível identificar que:

[...] o Sistema Educativo, aprimorado por Dom Bosco, tornava-se referência para uma aproximação entre a Igreja e a sociedade civil, integrando a razão e a religião, criando um ambiente educativo fundamentado em amor que acolhe e acompanha, fazendo com que a mensagem educativa extrapolasse as barreiras de uma única instituição religiosa e passasse a ser referência para a construção de um mundo mais humano. (PADOVAN, 2016).

A **Associação Creche Casa Caminho Feliz**, Associação Privada sem fins lucrativos é hoje responsável por uma Unidade Pública Privada, pois, interrompeu o atendimento da sua Unidade Pública Conveniada com a Secretaria Municipal de Educação em 2015, permanecendo apenas oferecendo os serviços de gestão privada<sup>95</sup>.

A **Associação Evangélica Assistencial (AEA)**, Associação Privada sem fins lucrativos é hoje responsável por uma Unidade Pública Privada. Esta foi criada como “braço socioeducativo e assistencial da Igreja Presbiteriana de Campinas” e apresenta como valores: “*Acreditar nos princípios cristãos, como base para a transformação da sociedade*”<sup>96</sup> (Grifo nosso). Além deste contrato de gestão, possui uma Unidade Pública Conveniada, sendo que a Igreja, além de mantenedora, contribui cedendo o espaço para funcionamento do escritório central da Associação, além de contar com a participação voluntária de membros da igreja na diretoria, conselhos fiscal e administrativo.

A **Associação Nazarena Assistencial (ANA)**, Associação Privada sem fins lucrativos, criada há mais de 30 anos na cidade e

---

<sup>95</sup> Não há indícios quanto sua orientação religiosa.

<sup>96</sup> Disponível em: <https://www.aeacampinas.org.br/sobre-nos/> Acesso em: 30 de outubro de 2019.

têm sua criação graças à Igreja do Nazareno Central de Campinas, é hoje responsável por quatro Unidades de educação infantil na modalidade Público Privada.

Além destas parceiras tradicionalmente inseridas na Rede, há aquelas que passaram a atuar especificamente no oferecimento de gestão privada para as Unidades Públicas Privadas da Secretaria Municipal de Educação, são elas:

A **Associação Chance Internacional**<sup>97</sup>, Organização Social de direito privado sem fins lucrativos, conhecida como OS, é hoje responsável por 11 Unidades Públicas Privadas. A Associação Chance Internacional é assim nomeada:

[...] inspirado em Marcos 10.13-16 e expressa toda a sua essência corporativa de Missão e Visão, passaporte para uma vida de esperança, de sonhos e da dignidade de ocupar o lugar de prioridade no coração de Deus. *A CHANCE (Oportunidade) nasceu com o propósito de possibilitar essa oportunidade à criança, para resgate dessa geração desperdiçada, onde e em quaisquer circunstâncias em que ela se encontre*<sup>98</sup>. (Grifo nosso)

Apresenta como princípio inviolável: *“A CHANCE é uma organização cristã, pautada nos padrões do evangelho de socorro ao necessitado”* admitindo como um de seus Propósitos Básicos: *“defender e socorrer a criança e ajudá-la a desenvolver todo o seu potencial como ser criado à imagem e semelhança de Deus”* (Grifo nosso). Ressaltando ainda possuir como crença e valores:

*Cremos que toda criança tem um potencial de desenvolvimento dado por Deus, independentemente de sua condição racial, religiosa, social ou econômica. Cremos que Deus é quem realiza a verdadeira e plena transformação na vida da criança de forma sólida e irreversível.*

---

<sup>97</sup> As entidades assistenciais nas gestões das naves-mães são, em sua maioria, classificadas como associação privada, sem fins lucrativos, exceto a entidade Chance Internacional, que se trata de OS regulada de acordo com a lei complementar municipal n.º 101/2015, alterada pela lei municipal n.º 117/2015.

<sup>98</sup> Disponível em: <http://chance.org.br/site/identidade-corporativa/> Acesso em: 25 de setembro de 2019.

Com base em Prov. 22:6, cremos que a educação é o instrumento que conduz ao caminho da tomada de decisões com autonomia, discernimento e sabedoria para toda a vida.<sup>99</sup> (Grifo nosso).

A **Associação Educacional Brasileiro (AEB)**, Associação Privada sem fins lucrativos, hoje responsáveis por quatro Naves-Mãe é uma associação pouco conhecida na cidade. Não foi possível, até o momento, localizar em sites, redes sociais e sites de busca mais informações sobre a Associação.

A **Associação Movimento Educacional (AME)**, Associação Privada sem fins lucrativos, hoje responsáveis por cinco Unidades Públicas Privadas. Assim como a AEB, não há sites e informações disponíveis sobre a Associação, mas como ambas foram criadas no ano 2000, e no ano seguinte já participaram da licitação pública e assinaram contratos com a Prefeitura Municipal, nos faz pensar em uma criação com fim específico, objetivando unicamente captar recursos, firmando contratos de gestão com a Prefeitura Municipal de Campinas para este tipo de oferta de educação infantil.

Com este levantamento é possível estabelecer o perfil das instituições sem fins lucrativos, principalmente com informações referentes ao ano de fundação e início dos contratos municipais, sua natureza jurídica e suas ligações religiosas, conforme tabela a seguir.

**Tabela 16** – Ligações religiosas das gestoras de Unidades Públicas Privadas

Ligações Instituições	Católica	Evangélica	Não Informada	Totais
Pública Privada	2	16	10	28
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>28</b>

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

---

<sup>99</sup> Disponível em: <http://chance.org.br/site/identidade-corporativa/> Acesso em: 25 de setembro de 2009.

**Tabela 17 – Informações gerais das gestoras de Unidades Pública Privadas**

<b>Entidade</b>	<b>Atividade Principal</b>	<b>Início Das Atividades</b>	<b>Início Do Convênio</b>	<b>Nave-Mãe Sob Sua Responsabilidade</b>	<b>Orientação</b>
Obra Social São João Bosco	Educação Infantil – Pré Escola	12/12/1966	2008	Nave-Mãe Prof Darcy Ribeiro	Católica
				Nave-Mãe Pfto Francisco Amaral	
Associação creche Casa Caminho Feliz	Educação Infantil – Creche	26/04/2000	2008	Nave-Mãe José Bonifácio Coutinho Nogueira	Não há indícios quanto sua orientação religiosa
Associação Evangélica Assistencial	Educação Infantil – Pré Escola	26/03/1987	-	Nave-Mãe Dom Edward Robinson De Barros Cavalcanti	Evangélica
Associação Nazarena Assistencial	Serviço de Assistência Social sem Alojamento	19/09/1985	2010	Nave-Mãe Sen João De Medeiros Calmon	Evangélica
				Nave-Mãe Prof Pierre Weil	
				Nave-Mãe Célia Aparecida Jordão Velardi Gaspar	
				Nave-Mãe Rogério Leandro Portela Santana	

Associação Educacional Brasileirinhos	Educação Infantil – Creche	05/10/2012	2013	Nave--Mãe Pfto Francisco Amaral	Não há indícios quanto sua orientação religiosa
				Nave-Mãe Prof Zeferino Vaz	
				Nave-Mãe Jardim Eldorado	
				Nave-Mãe Profa Midori Hamamoto	
Associação Movimento Educacional	Educação Infantil – Pré Escola	25/10/2011	2012	Nave-Mãe Prof Anísio Spínola Teixeira	Não há indícios quanto sua orientação religiosa
				Nave-Mãe Governador Leonel De Moura Brizola	
				Nave-Mãe Prof Paulo Reglus Neves Freire	
				Nave-Mãe Mayara Masson Christofoletti	
				Nave-Mãe João Batista Nardi Neto	
Chance Internacional	Educação Infantil – Creche	17/11/1994	2009	Nave-Mãe Prof José Aristodemo Pinotti	OS Evangélica
				Nave-Mãe Milton Santos	

				Nave-Mãe Dra Zilda Arns	
				Nave-Mãe Vandir Justino Da Costa Dias	
				Nave-Mãe Antonio Vieira De Oliveira	
				Nave-Mãe Conceição Anita Mendes Ferreiro Girondo	
				Nave-Mãe Gov. Eduardo Henrique Accioly Campos	
				Nave-Mãe Rubem Alves	
				Nave-Mãe Profa Elenice Aparecida De Moraes Ferrari	
				Nave-Mãe Profa Amélia Pires Palermo	
				Nave-Mãe CEI Parque Das Constelações	

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades e consulta na Receita Federal.

Estas Unidades Públicas Privadas, apesar de estarem subordinadas aos Núcleos de Ação Educativa Descentralizada (NAED) e à Secretaria Municipal de Educação, conta com autonomia tanto na produção quanto na execução de seus Projetos Pedagógicos (ROCHA, 2009). Com os repasses das verbas públicas, a cada entidade cabe administrar as instituições integralmente, contratar e remunerar todos os profissionais<sup>100</sup>, adquirir materiais de consumo e permanentes, pagar encargos trabalhistas, previdenciários, etc.

As entidades ainda precisam seguir as orientações e se submeter à supervisão da Secretaria Municipal de Educação, mas a autonomia no que diz respeito aos conteúdos e metodologias de trabalho, aplicadas cotidianamente nas unidades mostram-se como um ponto de atenção, pois, como acima exemplificado, cada instituição mantém uma visão diferente do que se entende por educação, criança e atendimento. E ao que parece, a supervisão dos NAEDs, não tem garantido a política expressa nos documentos oficiais do Município.

A Prefeitura, ao assinar estes convênios e contratos com instituições que marcadamente mantém ligações religiosas, evidenciando seu caráter confessional expressos em seus documentos, põe em cheque a laicidade da Rede, pois, dentre as 28 Unidades Públicas Privadas, duas delas são católicas, enquanto 16 são evangélicas, perfazendo um total de 64,2 % de entidades com filosofia religiosa. (tabela 18). Quanto as dez restantes, não dispomos de informação para afirmar se tem caráter religioso ou laico.

Esta maioria expressiva de evangélicos nas gestões de Unidades Públicas Privadas demonstra uma inversão quanto ao observado nas Unidades Públicas Conveniadas, fato este que pode ser associado ao aumento considerável no número de fiéis evangélicos nos últimos anos, bem como pela sua participação em diferentes segmentos da sociedade (CUNHA, 2004). Não se pode

---

<sup>100</sup> As contratações dos profissionais é via CLT, o que propicia o fluxo desses profissionais, buscando melhores condições de trabalho e remunerações.

esquecer que o próprio prefeito atual de Campinas é evangélico e não poupa oportunidade de fazer proselitismo religioso.

Assim, as instituições de matriz religiosa, possíveis de serem encontradas dentre as Unidades Públicas Conveniadas e dentre as Unidades Públicas Privadas, somam ao todo cinquenta Unidades. Perfazendo um total de aproximadamente 25% das Unidades e 12.652 crianças, em torno de 30% de todas as crianças da Rede, sujeitas a imperativos religiosos.

Cabe lembrar que as organizações contratadas respondem pelas concepções de educação, contratação de pessoal e possível proselitismo religioso, fazendo com o que princípio de laicidade Constitucional se torne menos garantido, pois:

As escolas podem ser entendidas como meio de promoção de ideais religiosos, visto que são espaços próprios para a formação de agentes. Ao adentrar no campo da educação, o campo religioso passa a ter um espaço a mais para divulgação de seus ideais, princípios, costumes, crenças, símbolos, práticas, etc. (OLIVEIRA; ASSIS, 2018).

As entidades gestoras, ao assumirem sua confessionalidade, ainda admitem que suas práticas, também estão pautadas em questões religiosas, como podem ser observadas na adoção do Sistema Preventivo de Dom Bosco, que objetiva a formação pautada pelos princípios e ideário cristão. Além de evidenciar que a religião e a moral religiosa sejam pontos de partida para ensino de questões de ética e de valores.

Assim, cada Unidade que mantém metodologia de ensino pautada em princípios e em aspectos religiosos, difunde dentro do espaço escolar, privilegiado, a sua mensagem religiosa (PADOVAN, 2016), responsável em Campinas pela formação de um grande contingente de crianças, que irão incorporar esses valores transmitidos por meio da prática pedagógica e reproduzi-los em outros espaços. (OLIVEIRA; ASSIS, 2018)

**Tabela 18** – Número de crianças matriculadas nas unidades com ligações religiosas

	<b>Pública Conveniada</b>	<b>Pública Privada</b>	<b>Total Por Religião</b>
<b>Evangélica</b>	432	5.456	5.888
<b>Católica</b>	3.018	843	3.861
<b>Espírita</b>	2.903	-	2.903
<b>Totais</b>	<b>6.353</b>	<b>6.299</b>	<b>12.652</b>

Fonte: Elaboração da autora.

Arriscamo-nos a dizer que estes convênios e contratos, resultam na inclusão e responsabilidade por estas instituições confessionais, privadas que se assumem públicas e pertencentes à Rede Municipal de Educação Infantil. Desta forma, o Estado laico ao assumir esta nova modalidade de oferta educacional, assente que práticas e princípios religiosos se disseminem no interior das Unidades, oferecendo espaços privilegiados para determinadas religiões e abrindo possibilidade de proselitismos religiosos e/ou exclusões àqueles que não a professam, ou não possuem uma religião. Além do “[...] prejuízo pedagógico/formativo imposto às crianças pela exclusão do sistema oficial público, viabilizado por atendimento via instituições sem fins lucrativos” (CECCON, 2018).

Aqui se percebe perfeitamente que algumas destas Organizações possuem poder de negociação, ao se situarem muito próximo do poder, uma vez que atendem a altos contingentes de crianças. Pois, no conjunto das Organizações que possuem contratos, algumas delas assumem diversas unidades, detendo, portanto, mais poder que àquelas que se responsabilizam por uma ou duas unidades simplesmente. De certa forma, transformam a prefeitura em refém. Além do que, estas Organizações são contratadas com amplas liberdades de atuação, podendo estabelecer alianças em função de objetivos próprios, formando redes entre si, para além dos compromissos com a Educação Pública Municipal. Entre os fatores que fomentam tais alianças estão: obtenção de prestígio ou vantagens econômicas, ou mesmo

confissão religiosa que professam. Assim é possível encontrar dentro da Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas, redes, grupos que se interconectam e inter-relacionam possibilitando entrelaçamentos sociais que consolidam o poder de determinadas Organizações quando da contratação e convênios (ELIAS, 1994a).

Esta presença, de Unidades com ligações religiosas contratadas e conveniadas com o poder público expressam a relação de compromissos recíprocos entre Estado e Igreja, processada desde os primórdios do período republicano. Possibilitar estes convênios permite que as organizações gestoras, assumam a confessionalidade religiosa orientadora de suas práticas, sobretudo recebendo subsídios públicos (OLIVEIRA; ASSIS, 2018), obstaculizando o caráter laico do Estado.

Percebe-se então uma contradição na postura assumida pela Prefeitura Municipal de Campinas frente à laicidade em sua Rede Municipal de Educação Infantil, pois, ao mesmo tempo que afirma e defende a laicidade em seus documentos, definindo Diretrizes Municipais, assina contratos e convênios com associações cuja finalidade expressa é de caráter religioso, indo na contramão da laicidade assumida pelo Estado.

## Condições atendimento e de trabalho na Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas

A Rede de Educação Infantil de Campinas hoje é composta por 206 Unidades Educacionais, dentre elas, 133 Unidades Públicas Municipais; 45 Unidades Públicas Conveniadas e 28 Unidades Públicas Privadas. De forma geral, a Rede conta com 1.958 professores, mais 7.488 funcionários, oferecendo educação infantil para 43.478 crianças de 0 a 5 anos e 11 meses.

**Tabela 19** – Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas

Períodos:	Pública Municipal	Pública Conveniada	Pública Privada	Professores	Funcionários	Matrículas	Total de Unidades	Porcentagem* (%)
Até 1950	1	3	-	27	96	723	4	1,94
1951-1960	10	5	-	131	414	2549	15	7,28
1961-1970	4	3	-	63	237	1269	7	3,40
1971-1980	22	9	-	284	1090	5952	31	15,05
1981-1990	37	4	-	383	1546	6579	41	19,90
1991-2000	38	11	-	450	1597	8748	49	23,79
2001-2010	18	8	13	450	1689	12586	39	18,93
2011-2019	3	2	15	170	819	5072	20	9,71
<b>Totais</b>	<b>133</b>	<b>45</b>	<b>28</b>	<b>1958</b>	<b>7488</b>	<b>43478</b>	<b>206</b>	<b>100,00</b>

\* Porcentagem calculada sobre o total de unidades.

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Todas as Unidades funcionam durante os duzentos dias letivos previstos em lei federal, conforme calendário municipal disposto anualmente via Resoluções específicas da Secretaria Municipal de

Educação. Suas turmas são organizadas em agrupamentos I, II e III, com exceções de acordo com disponibilidade e demandas podem ser oferecidos agrupamentos I/II e II/III.

Através dos projetos pedagógicos<sup>101</sup> de cada unidade, nos foi possível levantar informações diversas, como o histórico, que nos permitiu rememorar a configuração da Rede da Educação Infantil, estabelecendo cada Unidade no contexto político e social de suas construções. Além destas, há demais informações quanto ao número de crianças atendidas, horários de funcionamento, número de professores contratados, suas formações e cargas horárias de trabalho, número de funcionários por unidade, quantidade de professores especialistas, seus projetos, rotinas e calendário anual, que agora nos permitirão fazer um panorama do funcionamento destas Unidades, buscando estabelecer as condições de atendimento e de trabalho nas atuações desta Rede de três distintas modalidades:

O PP abrange todas as propostas e ações da Unidade Educacional, envolvendo todos os que dela participam: os alunos, a família, a comunidade e sua cultura, professores, funcionários, pessoal administrativo, pedagógico e especialistas da Saúde e Serviço Social. (Portaria SME 1163/90, publicada no DOM/Campinas, 14 nov. 1990).

Tendo em vista as limitações impostas a esta dissertação, não haverá tempo hábil para uma análise em profundidade do funcionamento da Rede em sua totalidade de unidades. Por esta razão, a título de exemplo, irei considerar a seguir, três unidades, cada uma pertencente a uma modalidade. Estas foram escolhidas devido ao número aproximado de matrículas, possibilitando-nos estabelecer as relações necessárias quanto ao número de funcionários, professores e especialistas envolvidos no funcionamento destas, indicando as diferenças e similaridades

---

<sup>101</sup> Todas as informações necessárias para a escrita desta dissertação sobre as unidades escolares que compõem a Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas estão disponibilizadas nos sites de domínio municipal: [sme-hoje.campinas.sp.gov.br](http://sme-hoje.campinas.sp.gov.br) e [pponlinesme.campinas.sp.gov.br](http://pponlinesme.campinas.sp.gov.br) e sites oficiais e extra oficiais de cada instituição.

existentes entre elas, além de abrir possibilidades a maiores análises futuras.

Os agrupamentos e horários de funcionamento das Unidades são definidos por meio de resoluções específicas e planejamento anual em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação. É necessário pontuar que as Unidades Públicas Conveniadas se especializaram, em sua maioria, em oferecer agrupamento III, em detrimento dos demais agrupamentos. Atendimentos estes em período integral para todas as idades, diferindo assim das demais modalidades, onde o agrupamento III é exclusivamente em período parcial<sup>102</sup>.

Este tipo de atendimento, muitas vezes não vem ao encontro das necessidades de famílias trabalhadoras, que ao não terem com quem deixar seus filhos pequenos no período contrário à escola, por vezes prioriza a matrícula em Unidades Públicas Conveniadas, onde sabem que até os 5 anos e 11 meses serão assistidos em período integral das 7 às 18h<sup>103</sup>.

Como posto anteriormente, o regime de contratação dos profissionais também difere dentre as modalidades, aqueles que atuam nas Unidades Públicas Municipais são contratados via concurso público, possuem dentre outros benefícios, estabilidade e planos de cargos e carreiras, enquanto, nas duas outras modalidades, os funcionários são contratados via CLT, mesmo subvencionados pelos poder público, este não interfere nos critérios de recrutamento e seleção, nem nos vencimentos, ficando a cargo de cada instituição definir sua política salarial. Apenas regula que nas Unidades Públicas Conveniadas e Privadas deverão

---

<sup>102</sup> Segundo matéria publicada no site oficial da Prefeitura de Campinas em novembro de 2019 não há filas de espera para matrículas em Agrupamentos III, enquanto para a faixa etária de 0 a 3 anos, há déficit de 6.500 crianças aguardando em listas de espera. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37776> Acesso em: 4 de Dezembro de 2019.

<sup>103</sup> A seguir trarei indícios que nos levam a inferir sobre o porquê da preferência das Unidades Conveniadas em oferecerem atendimento em período integral para o agrupamento III.

ter como base o piso salarial, sem exceder a média do âmbito da Região Metropolitana de Campinas.

É sabido que as condições de trabalho e os salários dos profissionais estão intimamente ligados à qualidade da educação, portanto, tomando como referência o ano de 2019 e seus Projetos Pedagógicos a Unidade Pública Conveniada escolhida a título de exemplo foi a Associação Amigos da Criança – Unidade III (AMIC), inaugurada em 2012, no Jardim Campo Belo II, atendendo 238 crianças. A Unidade Pública Privada escolhida foi o CEI Nave-Mãe Rubem Alves, gerido pela Chance Internacional, inaugurado em 2015, no Jardim Campos Elíseos, contando com 235 matrículas. E o CEI Nair Valente da Cunha, Unidade Pública Municipal, inaugurada em 1982, no Jardim Santa Lúcia, atendendo no ano de 2019, 235 crianças, conforme tabela abaixo:

**Tabela 20 – Três unidades, de diferentes modalidades, pertencentes à Rede Municipal de Educação de Campinas**

Unidade	Localidade	Ano De Fundação	Modalidade	Professores	Funcionários	Crianças Matriculadas
CEI Nair Valente Da Cunha	Jardim Santa Lúcia	1982	Pública Municipal	12	56	235
AMIC - Associação Amigos Da Criança Unidade III	Jardim Campo Belo II	2012	Pública Conveniada	8	31	238
CEI Nave-Mãe Rubem Alves	Jardim Campos Elíseos	2015	Pública Privada Administra da por Chance	4	41	235

Fonte: Elaboração da autora, com base nos projetos pedagógicos das Unidades.

Para exercício docente nas Unidades, independente da modalidade é exigido dos professores responsáveis, formação de

nível superior, com habilitação específica em educação infantil. O professor com formação superior concursado trabalha 24/32h semanais, percebendo o equivalente a R\$ 4.496,50<sup>104</sup> além de R\$ 1.041,51 em auxílio alimentação. O professor com formação superior, funcionário de entidade conveniada trabalha 44h semanais, recebe R\$ 3.554,16, mais benefícios como Vale Alimentação e Refeição no local. E o professor com formação superior, funcionário das gestoras de Nave-Mãe percebem R\$ 3.333,01, por 42h semanais, mais benefícios como Vale Refeição e Alimentação, conforme tabela comparativa abaixo.

**Tabela 21** – Dados comparativos da política salarial dos professores de diferentes modalidades, pertencentes à Rede Municipal de Educação Infantil de Campinas

<b>Professor</b>	<b>Unidade Pública Municipal*</b>	<b>Unidade Pública Conveniada**</b>	<b>Unidade Pública Privada***</b>
<b>Salário Base</b>	R\$ 4.496,50	R\$ 3.554,16	R\$ 3.033,01
<b>Carga horária semanal total</b>	32H	44H	42H
<b>Trabalho docente individual</b>	1H	--	--
<b>Trabalho docente coletivo</b>	2H	2H	2H
<b>Trabalho docente coletivo de preparação de aulas</b>	5H	--	--
<b>Trabalho docente com alunos</b>	24H	40H	40H
<b>Benefícios</b>	a) Auxílio Refeição/ Alimentação R\$ 1.041,51 mensais. b) Vale-Transporte	a) Vale alimentação com valor definido na convenção coletiva vigente, sem desconto.	a) Vale Refeição por dia trabalhado e  b) Vale Alimentação mensal,

<sup>104</sup> Para análise da política salarial serão utilizados os dados das Unidades, comparados aos salários pagos, publicados nos respectivos Portais da Transparência.

	Municipal concedido mediante o desconto de 3% dos vencimentos;	b) Vale transporte Municipal e intermunicipal concedido mediante desconto de 6% sobre salário-base. c) Refeição no local, sem desconto. d) Seguro de vida com cobertura de 24 salários, por morte ou invalidez, de acordo com a convenção coletiva vigente, sem desconto.	conforme valores estipulados nos acordos coletivos de cada categoria. c) Plano de Saúde, com adesão opcional. Valor do plano será descontado em folha de pagamento.
<b>Hora/Aula**</b>	R\$ 35,12	R\$ 20,19	R\$ 18,05

\* Fonte: <https://transparencia.campinas.sp.gov.br/> Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

\*\* Fonte: <https://amic.org.br/transparencia/> Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

\*\*\* Fonte: <https://chance.org.br/site/portal-da-transparencia/> Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

\*\*\*\* Elaboração da autora, dividindo o salário, pela carga horária.

-- Não informado

Fonte: Elaboração da autora.

É importante destacar que o professor das Unidades Públicas Conveniadas e Públicas Privadas, com 44h e 42h semanais respectivamente, assume e se responsabilizam por duas turmas, sendo uma de manhã (4h) e outra no período da tarde (4h). Enquanto o professor — funcionário público municipal concursado —, ao receber por 32h semanais, dedica-se ao trabalho docente com alunos por 4h diárias, as demais horas são destinadas à preparação de aula, formação profissional e atividades coletivas.

A diferença nas condições de trabalho impressiona não só pela carga horária, mas também pelo valor da hora-aula praticado nas diferentes modalidades de escolas. Sendo que os professores das Unidades Públicas Privadas chegam a receber quase 50% a menos que os professores concursados, por hora-aula.

Além do professor, para o funcionamento dos agrupamentos, as salas são constituídas de monitores/agentes de educação infantil, distribuídos em módulos, definido via Resolução, que designam o número de adultos por crianças. As salas assim são compostas por um professor responsável e mais os monitores que compõem as salas:

Cada turma, dos agrupamentos AGI, AGII e AGIII, deverá contar obrigatoriamente com um professor habilitado.

As turmas de Agrupamento I e II, além do professor, também deverão contar durante todo o período de atendimento aos alunos, com Agentes de Educação Infantil, planejados de acordo com os módulos, conforme subitens abaixo:

I.01 (um) Agentes de Educação Infantil para cada grupo de até oito crianças de AGI;

II. 01 (um) Agentes de Educação Infantil para cada grupo de até quatorze crianças de AG II<sup>105</sup>.

As salas de agrupamentos I e agrupamentos II funcionam em período integral por 11h diárias, destas os professores responsáveis, compartilham os cuidados com os monitores/agentes de educação infantil 4h diárias, todas as demais as crianças ficam somente aos cuidados dos monitores da sala.

Nas Unidades Públicas Municipais estes trabalham 6h diárias, no período da manhã das 7h às 13h, e no período da tarde das 12h às 18h. A categoria enfrenta luta histórica frente ao poder público para dentre outros benefícios, serem reconhecidos como pertencentes do Quadro do Magistério, tendo em vista que são

---

<sup>105</sup> Contratos são regulados de acordo com Termo de Referência Técnica. Como estes têm duração de 60 meses, utilizarei o último Termo disponível, disponibilizado pela Prefeitura de 17 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/389211154.pdf> Acesso em: 29 de dezembro de 2019.

diretamente responsáveis pela educação e cuidado das crianças pequenas, como analisado por Faria (2012).

Um monitor/agente de educação infantil concursado percebe R\$ 2.264,99, somados ao auxílio alimentação de R\$ 1.041,51 por 32h semanais, sendo 6h diárias com crianças e mais 2h de formação continuada em serviço. Um monitor/agente de educação infantil, funcionário de uma Unidade Pública Conveniada trabalha 44h semanais, sendo 8h diárias com crianças, mais formação continuada em serviço, recebendo R\$ 2.263,70, enquanto para a mesma função, funcionário de uma Unidade Pública Privada recebe R\$ 1.513,26 por 42h trabalhadas, sendo 8h diárias com crianças e as demais destinadas à formação continuada.

Dentre os monitores/agentes de educação infantil a diferença salarial e de carga horária praticada nas distintas modalidades também é marcante. O valor da hora trabalhada de um monitor contratado nas unidades Públicas Privadas corresponde aproximadamente à metade do que recebe um monitor concursado atuando em uma Unidade Pública Municipal.

**Tabela 22** – Dados comparativos da política salarial dos monitores/agente de educação infantil de diferentes modalidades, pertencentes à rede municipal

<b>Monitor/Agente de Educação Infantil</b>	<b>Unidade Pública Municipal*</b>	<b>Unidade Pública Conveniada**</b>	<b>Unidade Pública Privada***</b>
<b>Salário Base</b>	R\$ 2.264,99	R\$ 2.263,70	R\$ 1.513,26
<b>Carga horária semanal total</b>	32H	44H	42H
<b>Formação continuada</b>	2H	2H	2H
<b>Benefícios</b>	a) Auxílio Refeição/Alimentação R\$ 1.041,51 mensais. b) Vale-Transporte Municipal concedido	a) Vale alimentação com valor definido na convenção coletiva vigente, sem desconto. b) Vale transporte Municipal e intermunicipal	a) Vale Refeição por dia trabalhado e b) Vale Alimentação mensal, conforme valores estipulados nos

	mediante o desconto de 3% dos vencimentos;	concedido mediante desconto de 6% sobre salário-base. c) Refeição no local, sem desconto. d) Seguro de vida com cobertura de 24 salários, por morte ou invalidez, de acordo com a convenção coletiva vigente, sem desconto.	acordos coletivos de cada categoria. c) Plano de Saúde, com adesão opcional. Valor do plano será descontado em folha de pagamento.
<b>Valor da trabalhada ****</b>	R\$ 17,69	R\$ 13,47	9,01

\* Fonte: <https://transparencia.campinas.sp.gov.br/> Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

\*\* Fonte: <https://amic.org.br/transparencia/> Acesso em 30 de dez. de 2019.

\*\*\* Fonte: <https://chance.org.br/site/portal-da-transparencia/> Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

\*\*\*\* Elaboração da autora, dividindo o salário, pela carga horária.

-- Não informado

Fonte: Elaboração da autora.

A Prefeitura de Campinas ressalta que todas as suas Unidades deverão funcionar, levando em conta os padrões e as condições de trabalho compatíveis com a qualidade do atendimento, no entanto, não especifica e nem deixa claro quais seriam estes padrões.

Os funcionários em contato direto com as crianças e responsáveis pela sua educação e cuidado, sejam professores ou monitores, ao se dedicarem por longas horas diárias, além das preparações de aula, relatórios e diários de classe (para duas turmas, no caso das Públicas Conveniadas e Privadas) somados aos baixos salários praticados, sofrem desgastes que comprometem os padrões de saúde do profissional, afetando diretamente a qualidade de seu trabalho.

Além de determinar a qualidade dos serviços e profissionais oferecidos, jornadas de trabalho maiores e remunerações menores contribuem também para a precarização do atendimento da educação infantil, mantendo a histórica desigualdade educacional e social desta etapa.

Ademais, há ainda a discrepância com relação à quantidade criança por adulto/professor. Nestas unidades tomadas como exemplo, proporcionalmente há 19,58 crianças por professor na Unidade Pública Municipal (12 professores, para 235 crianças matriculadas) número que passa para 29,75 por professor na Unidade Pública Conveniada (8 professores, para 238 crianças matriculadas) e 58,75 crianças por professor na Unidade Pública Privada (4 professores, para 235 crianças matriculadas).

O número de crianças por professor impacta significativamente a qualidade do trabalho educacional desenvolvido, o que nos leva a indagar sobre a qualidade do atendimento oferecido por estas, com taxas proporcionais tão elevadas.

A expansão da educação infantil na modalidade de Unidades Público Privadas – modelo Nave-Mãe – sem dúvida se faz ao custo da deterioração das condições de trabalho dos professores e da perda de qualidade do atendimento. Na tabela 21, temos uma relação professor/aluno inaceitável no caso da Nave-Mãe de quase sessenta crianças por professor. Tal relação é impossível de ser mantida a não ser que os professores estejam sendo substituídos por profissionais menos qualificados, classificados como funcionários.

Deve-se considerar que vínculos instáveis, acrescidos de carga horária de trabalho extensa, são prejudiciais ao profissional da educação e à qualidade da oferta dos estabelecimentos, principalmente se tal realidade for somada a uma sobrecarga decorrente de um número excessivo de alunos por turma ou uma relação alta na proporção matrícula/docente ou matrícula/turma, como verificado em várias redes. (GOUVEIA; et al, 2006).

Portanto, a Rede da Educação Infantil de Campinas após décadas de lutas e conquistas dos movimentos sociais, de pais, de

mulheres e de educadores para melhoria do atendimento e de profissionais de qualidade na educação infantil, se vê hoje diante do desmonte e perda de direitos frente à nova política da Prefeitura de subcontratações, repassando a sua obrigação com a educação ao setor privado sem fins lucrativos.

**Tabela 23 – Valores de repasses financeiros per capita mensal – Unidade Pública Privada**

	<b>CEI Público Privado</b>	<b>Per Capita Mensal</b>
<b>AG I</b>	Integral	R\$ 1.200,00
<b>AG II</b>	Integral	R\$ 800,00
<b>AG III</b>	Parcial	R\$ 400,00

\* Fonte: Tomado como exemplo último Termo de Referência Técnica, disponibilizado pela Prefeitura, em Julho de 2019. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/389211154.pdf> Acesso em: 29 de dezembro de 2019.

**Tabela 24 – Valores de repasses financeiros per capita mensal – Unidade Pública Conveniada**

<b>Atendimento</b>	<b>Ag I</b>	<b>Ag II</b>	<b>Ag III (Integral)</b>	<b>Ag III (Parcial)</b>
<b>Até 100 Matrículas</b>	R\$ 908,00	R\$ 640,00	R\$ 462,00	R\$ 231,00
<b>Até 155 Matrículas</b>	R\$ 828,00	R\$ 602,00	R\$ 432,00	R\$ 216,00
<b>Até 180 Matrículas</b>	R\$ 807,00	R\$ 561,00	R\$ 427,00	R\$ 213,50
<b>Acima De 180 Matrículas</b>	R\$ 787,00	R\$ 551,00	R\$ 422,00	R\$ 211,00

Fonte: Tomado como referência último chamamento público disponibilizado pela Prefeitura, objetivando convênio para oferecimento de Educação Infantil com instituições privadas, com vigência de 15 de abril de 2018 a 14 de abril de 2019. Disponível em: [http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/educacao/edital\\_02\\_2018.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/educacao/edital_02_2018.pdf) Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

**Tabela 25 – Valor per capita mensal - FUNDEB 2019.**

	<b>Período</b>	<b>Per Capita Mensal</b>
<b>AG I e II (Creche)</b>	Integral	R\$ 442,60*
<b>AG III</b>	Parcial	R\$ 357,49**

\* Valor anual de R\$ 5.311,27.

\*\* Valor anual de R\$ 4.289,87

Fonte: Valores da Portaria Interministerial MEC/MF nº 3, de 13 de dezembro de 2019, referente ao Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/99-legislacao?download=13603:portaria-n3-131219> Acesso em: 29 de dezembro de 2019.

**Tabela 26 – Custo aluno-qualidade 2019<sup>106</sup>.**

	Período	Per Capita Mensal
<b>AG I e II (Creche Urbana)</b>	Integral	R\$ 1.645,08*
<b>AG III (Pré-Escola)</b>	Integral	R\$ 956,08**
<b>AG III (Pré-Escola)</b>	Parcial	R\$ 540,33***

\* Valor anual de R\$ 19.741,00.

\*\* Valor anual de R\$ 11.473,00.

\*\*\* Valor anual de R\$ 6.484,00.

Fonte: Disponível em: <https://simcaq.c3sl.ufpr.br/simulator/results/caqreport>. Acesso em: 31 de dezembro de 2019.

Diante dos valores per capita explicitados acima, anualmente o poder público municipal capta somente do FUNDEB, R\$ 5.311,27 por aluno matriculado na creche. Um aluno matriculado em uma Unidade Pública Conveniada custa anualmente até R\$ 10.896,00<sup>107</sup>, para o agrupamento I em período integral, chegando a R\$ 14.400,00 por criança matriculada anualmente, nas Unidades Públicas Privadas.

<sup>106</sup> Criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial) é um indicador que mostra quanto deve ser investido ao ano por aluno de cada etapa e modalidade da educação básica. Considera os custos de manutenção das creches, pré-escolas e escolas para que estes equipamentos garantam um **padrão mínimo de qualidade** para a educação básica, conforme previsto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), entre outras leis. Já o **CAQ avança em relação ao padrão mínimo, pois considera o caráter dinâmico do conceito de custo por aluno e também a capacidade econômica do Brasil**, posicionado como 6ª economia do mundo. Assim, o **CAQ é o padrão de qualidade que se aproxima dos custos dos países mais desenvolvidos em termos educacionais**. Ele deve ser estabelecido no prazo de três anos, porém sua implementação pode ocorrer até 2024. Disponível em: <https://campanha.org.br/caqi-caq/o-que-e-o-caq/>. Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

<sup>107</sup> Valor obtido multiplicando-se ano/mês por 12 meses. Variável de acordo com a quantidade de matrículas.

É possível perceber que os valores por aluno/ano repassados às instituições, seja às Públicas Conveniadas ou Privadas, são muito maiores que os recebidos via FUNDEB. Portanto, a Prefeitura repassa mais recursos do que capta do Fundo, principalmente no referente ao agrupamento I.

Além dos repasses per capita, o funcionamento das Unidades subsidiadas com dinheiro público recebe ainda do poder municipal, alimentação escolar, uniformes e transporte. Porém, nas Unidades Públicas Conveniadas, os repasses não podem se destinar a bens duráveis<sup>108</sup>, pois, de acordo com convênio, os valores são destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, despesas com recursos humanos, pagamento de pessoal, encargos e benefícios trabalhistas, previdenciários, porém, não se admite o uso deste com despesa predial, assim, cada entidade fica responsável pela manutenção do seu espaço físico, assim como pagamento de água, luz, telefone e demais insumos, já que se trata de patrimônio particular. Além destas, a remuneração do presidente da entidade também não pode ser feita com recursos públicos municipais.

No caso das Unidades Públicas Privadas, como os prédios são patrimônios públicos, cogeridos por instituições privadas, todas as despesas com a manutenção, conservação e demais insumos, como água, luz e telefone são de responsabilidade do poder público municipal, fator este que pode se atribuir a diferença de valores per capita nestas duas modalidades, uma vez que o subsídio para as Públicas Privadas consideram também os insumos e manutenção do prédio, enquanto nas Públicas Conveniadas a estrutura física e seus insumos entram como contrapartida no convênio.

A diferença de valores pagos pelo poder público, somados aos gastos com infraestrutura e manutenção das unidades conveniadas, nos levam a refletir o porquê as instituições têm achado mais vantajosos os contratos de gestão, limitando-se a atuar

---

<sup>108</sup> De acordo com convênios, bens duráveis são aqueles cuja durabilidade é permanente ou superior a dois anos.

como gestora. Assim também se explica porque as tradicionais entidades conveniadas abriram filiais para oferecimento de gestão privada, como é o caso da supracitada Creche Casa Caminho Feliz, que encerrou o atendimento por meio do termo de convênio e passou a atuar somente na gestão de um CEI Público Privado.

É importante destacar ainda, que o valor repassado para a oferta da pré-escola em período integral para as Unidades Públicas Conveniadas, é o dobro quando comparado à mesma faixa em período parcial, o que pode se mostrar vantajoso às entidades, e pode ajudar a explicar o porquê destas se especializarem neste tipo de atendimento, enquanto nas duas outras demais modalidades são oferecidas somente em período parcial.

Desta forma, dentre as instituições acima mencionadas como exemplo, a gestora Chance Internacional captou em seu contrato de gestão para o CEI Nave-Mãe Rubem Alves o montante de R\$ 8.465.979,67<sup>109</sup>, pelo período de 60 meses. Proporcionalmente, R\$ 1.693.195,93 por ano. Enquanto ao CEI Público Conveniado, AMIC foi repassado através de Termo de Convênio, pelo período de 12 meses R\$ 1.497.360,00<sup>110</sup>.

Assim, de forma geral, pode-se observar que a oferta de Educação Infantil processada pela Rede Municipal de Campinas apresenta padrões de qualidade distintos, no atendimento a criança campineira, à medida que se têm três modelos de escolas diferentes, configurando redes dentro da Rede Municipal.

Ademais, ainda se faz necessário salientar que as privatizações iniciadas através de parcerias históricas com entidades assistenciais, vê na nova modalidade de oferecimento de educação infantil municipal uma intensificação imprescindível no setor,

---

<sup>109</sup> Contrato de cogestão, pelo período de 60 meses, a partir de 01/02/16. Disponível em: [http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/contrato%20gestao%2017\\_2016.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/contrato%20gestao%2017_2016.pdf) Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

<sup>110</sup> Termo de Colaboração, pelo período de 12 meses, a partir de 01/02/17, prorrogável pelo período máximo de até 5 anos. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/T.%20Colaboracao%2041-17.PDF> Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

diminuindo progressivamente e sutilmente, com manobras requintadas, a oferta da educação infantil pela via do direito público, às instituições sem fins lucrativos, transformando o direito à educação em oferta de serviço. Aumentando paulatinamente os mecanismos e políticas para ampliação desta subvenção, conseqüentemente, transformando a educação básica em mercadoria, passível de disputas por recursos públicos entre os agentes privados.

Como previamente sinalizado, as duas últimas gestões priorizaram o setor privado, por meio das instituições sem fins lucrativos, responsáveis hoje por 43,6% do total da oferta de educação infantil no município campineiro. Diante desses dados, pode-se afirmar que tais políticas configuram verdadeiros desmontes da Rede Pública Municipal, com a retirada do Estado como agente das políticas sociais públicas e propiciam o acirramento e fortalecimento da privatização. Há de se concordar com Domiciano-Pellisson (2016), ao afirmar que os baixos salários praticados nas unidades contratadas ou conveniadas, somados às jornadas de trabalhos extenuantes, ausência ou inoperância de planos de carreiras, horas para preparação de aulas e formação profissional, impostas aos funcionários destas instituições favorecem a precarização destas Unidades consideradas “coisa pobre para pobre” (MOMMA-BARDELA; BRYAN; PALMEN. 2014).

Perspectivas de futuro evidenciadas pela Prefeitura Municipal de Campinas e seu atual gestor, demonstram o desejo de criação do que ousou chamar de uma ‘quarta nova modalidade’ de oferecimento de educação infantil, através da compra de vagas em escolas particulares, como já existente e analisado por Domiciano (2009) em outros municípios próximos, como Hortolândia e Piracicaba.

O prefeito de Campinas, Jonas Donizette, anunciou o Programa “Creche para Todos”. A proposta, que prevê a compra de vagas em escolas da rede particular com o objetivo de ampliar o número de vagas na educação infantil, será apresentada pelo chefe do executivo à Câmara dos Vereadores como projeto de lei. O anúncio foi feito na manhã desta sexta-feira, 29 de novembro, durante a entrega do Selo Escola Bem Legal, destinado às escolas de educação infantil particulares que estão regularizadas. O Programa

“Creche para Todos” contemplará crianças de 0 a 5 anos, que estão na fila de espera por uma vaga em creches municipais. De acordo com o projeto, a Prefeitura pretende ampliar, por meio desta parceria com escolas particulares, o atendimento em até 8.500 alunos<sup>111</sup>.

O projeto de Lei nº 320/2019 aprovado em poucos dias, em 4 de dezembro de 2019 em sessão extraordinária na Câmara Municipal, deu origem a agora Lei Creche Para Todos, objetivando ampliar o número de vagas na educação infantil de 0 a 3 anos. Segundo discurso do prefeito Jonas Donizette:

“Estamos investindo no ensino público. Vamos construir mais sete creches e terminarei o mandato com 21 creches entregues. Aumentamos demais as vagas disponíveis, mas não é somente a questão de nascer mais crianças, mas um aumento da demanda quando há ampliação de vagas. Com este programa todos ganham. *Ganha a rede de escola particular*, ganha a Prefeitura, porque avança na educação infantil e ganham as famílias, porque terão essa opção”.<sup>112</sup> (grifo nosso)

Segundo o Prefeito, o programa começa a ser executado em 2020, beneficiando os alunos já para o início do ano letivo. Este firmará parceria de 12 meses com instituições privadas, e pagará uma bolsa mensal, por alunos de R\$ 1.012,51 (280 UFICs<sup>113</sup>) para alunos de 0 a 3 anos em período integral e R\$ 614,74 (170 UFICs) para àqueles entre 4 e 5 anos em período parcial, além de mais R\$ 361,61 (100 UFICs) como acréscimo para alunos da educação especial.

O controverso programa, desde sua aprovação já abre margem à discussão, pois, dentre outras, a sua caracterização dúbia, ao prever a possibilidade de bolsa para a pré-escola, crianças de 4 e 5 anos, ao mesmo tempo, em que o poder público municipal afirma

---

<sup>111</sup> Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37776>  
Acesso em: 29 de novembro de 2019.

<sup>112</sup> Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37904>  
Acesso em: 29 de dezembro de 2019.

<sup>113</sup> Valor da UFIC considerado na projeção de 2020 é de R\$ 3,61. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/financas/ufic.php> Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

desde 2007 termos esta etapa universalizada, sem listas de esperas, não justificaria a existência de bolsas para esta faixa etária.

Os repasses públicos mensais totalizarão anualmente R\$ 12.150,12 para crianças de 0 a 3 de período integral e de R\$ 7.376,88 para pré-escola em período parcial, por criança que participar do programa. Valores expressivamente maiores dos que os praticados per capita nas demais modalidades, principalmente com relação à pré-escola em período parcial.

Assim, pode-se considerar que, programas desta natureza incentivam o mercado educacional financiado com recursos públicos, além de estimular a abertura de escolas privadas *stricto sensu*, para atender exclusivamente alunos bolsistas, que terão suas mensalidades líquidas e certas, pagas pelo setor público.

Portanto, esta 'compra de vagas' só reafirma a intenção de privatização ampla e mercantilização da educação infantil campineira, seguindo princípios ultraliberais, hoje assumidos nacionalmente. Visando não só a diminuição da estrutura do Estado e sua desresponsabilização quanto à garantia do direito à educação infantil pública, laica, gratuita e de qualidade, mas alinhando-a aos interesses empresariais e de mercado, canalizando os já insuficientes recursos públicos para interesses privados que os consomem e não qualificam a oferta, traçando novos contornos para a Educação Infantil Municipal de Campinas.

## Considerações finais

Se na introdução discorro sobre minha experiência e o que me motivou neste trabalho, na primeira parte sou levada pela pesquisa documental a traçar o histórico da Rede, em suas diversas inter-relações e teias, inserida na lógica nacional e por ela sendo influenciada. Seguindo assim histórias de disputas e conquistas no concernente à educação infantil, inicialmente ligada a instituições sem fins lucrativos, filantrópicas, comunitárias ou confessionais principalmente sob responsabilidade da Igreja Católica, localizei o início da intervenção pública e provimento da educação infantil como direito às crianças e às famílias, suprindo demandas em áreas estratégicas.

Compreendi que a Prefeitura Municipal de Campinas teve, por muitas décadas, em relação à educação infantil, o desafio de garantir a oferta de vagas que cobrisse à demanda. Tal desafio foi enfrentado principalmente firmando contratos e convênios com instituições privadas. Mesmo que historicamente esta política tenha sido recorrente, nas últimas duas décadas tal procedimento se vê intensificado com o aparecimento das Naves-Mães. Neste movimento de pesquisa, foi possível compreender ações, atos e mobilizações dos grupos ou personagens sociais que se formaram em torno da expansão da Rede, na figuração social existente.

A política de expansão, no entanto, deixou transparecer uma contradição do Poder Público Municipal que afirma defender a laicidade em suas Diretrizes, documentos e Unidades Públicas Municipais, ao mesmo tempo, em que firma contratos e convênios com instituições que revelam seus compromissos com a educação religiosa. Os dados levantados nas tabelas e mapas deixam ver que 71,1% das Unidades Públicas Conveniadas possuem ligações religiosas, dentre elas, católicas, evangélica, espíritas e judaica. E de modo similar, a gestão das Unidades Públicas Privadas são 64% entregues a instituições privadas evangélicas e católicas.

Assim pode-se considerar que das 43.478 crianças matriculadas nas três modalidades da Rede no ano de 2019, 19.289 (44,36%) recebem educação infantil subvencionada. Sendo que destes, aproximadamente 12.000 crianças estão matriculadas em unidades com ligações religiosas onde proselitismos religiosos são plenamente possíveis, dado que as organizações são assumidamente confessionais.

Além disto, a intensificação das políticas privatistas assumidas pelos dois últimos governos municipais, ligados a partidos considerados progressistas, tem evidenciado a redução expressiva no número de Unidades Públicas Municipais, demonstrando a intenção política do redirecionamento da oferta da educação infantil pública, ao setor privado subvencionado em Campinas.

O que foi possível perceber neste mapeamento e estudo da configuração da educação infantil em Campinas foi à interrupção de uma política que se estendeu por pelo menos três décadas. Tal política estava marcada pela expansão e qualificação das Unidades Públicas Municipais. Não só a educação infantil deixou de ser um problema de assistência social e filantropia como passou a ser uma questão de educação a ser desenvolvida por profissionais qualificados e adequadamente remunerados. Os Centros Infantis eram localizados nos bairros, situadas nas proximidades das residências familiares, contando com todos os funcionários concursados, com quantidade adequada de crianças por adultos e alimentação escolar balanceada.

A política implementada nas últimas gestões tem traído os ganhos auferidos nos anos de lutas e conquistas dos movimentos sociais, oferecendo educação infantil de qualidade diferente entre as distintas modalidades, o que fica evidente ao comparar alguns indicadores apresentados neste trabalho.

Ao concluir este trabalho é forçoso reconhecer que pesquisas futuras sobre a prática diária e o desenvolvimento das atividades dentro das distintas unidades devem ser levadas a efeito para demonstrar o desempenho de cada modalidade em funcionamento no município.

## Referências

- ABREU, M. L. Caminhos da educação infantil em Campinas: o desafio dos agrupamentos ou salas multietárias. **Memorial apresentado ao curso de Pedagogia. UNICAMP**, 2006.
- ADRIÃO, T. PERONI, V. A educação pública e sua relação com o setor privado implicações para a democracia educacional, In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, 2009.
- ADRIÃO, Theresa; PINHEIRO, Denise. A presença do setor privado na gestão da educação pública: refletindo sobre experiências brasileiras. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 1, n. 1, 2012.
- BRANCO, Jordanna Castelo. O amor de Jesus preenche todos os vazios: os discursos religiosos nas paredes de uma escola de educação infantil em Duque de Caxias (RJ). **Educação em Foco**, v. 21, n. 2, p. 345-364, 2016a.
- \_\_\_\_\_. “Quem vai orar?!”: Os discursos religiosos entre adultos e crianças em uma escola pública de educação infantil. **Horizontes**, v. 34, n. 1, p. 81-90, 2016b.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf) Acesso em: 08 de mar. de 2017
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil**. MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

\_\_\_\_\_. LEI n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o novo Código Civil Brasileiro**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm) - Acesso em: 10/08/2013.

BITTAR, M. Escola confessional. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

BITTENCOURT, Agueda Bernardete; WOHNATH, Vinicius Parolin. Secularização e laicidade do Estado brasileiro depois da Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 29, n. 2, p.283 – 303, 2013.

BOBBIO, N. et al. (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 2007. 2v

BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. **Educação & sociedade**, v. 24, n. 84, p. 735-762, 2003.

CACCIA BAVA, Silvio. **Renda Mínima**. Considerações sobre os alcances e limites de programas municipais de renda mínima. C. Filgueira, L. Pautassi, J. Petersen-Thumser coordenadores, Sistema de proteção social em um mundo globalizado, DSE-PLPS-CIEPP, 1998.

CALADO, Maria Amélia Giovannini. **A laicidade estatal face à presença de símbolos em órgãos públicos**. Jus Navigandi, Teresina, Ano 15, nº 2565, 10 jul. 2010.

CAMARGO, C. P. F. de (Org.). **Católicos, protestantes e espíritas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

CANÊDO, L. B. (2009). Escola versus cultura? **Educação e Pesquisa**, 35(3), 435-447.

CARDOSO, Suzemara. **A construção de agrupamentos multietários na rede municipal de Educação Infantil na cidade de Campinas: análise em um CEMEI**. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Educação (UNICAMP), Campinas-SP, 2004.

CECCON, Maria Lúcia Lemos. **Instituições sem fins lucrativos na educação infantil, no município de Campinas: histórico, dilemas e perspectivas.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. Confessionalismo versus laicidade na educação brasileira: ontem e hoje. **Visioni Latino Americane**, n. 3, p. 4-17, 2011.

\_\_\_\_\_. O veto transversal de FHC à LDB: o ensino religioso nas escolas públicas. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 3, p. 681-696, 2016.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Vinho novo em odres velhos. Um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2004.

CONDORCET. **Escritos sobre instrução pública:** Condorcet. Trad. e Maria Auxiliadora Cavazzottie Lígia Regina Klein. Campinas: Autores Associados, 2010.

CORSINO, Patrícia. **Infância, linguagem e letramento: educação infantil na rede municipal do Rio de Janeiro.** Tese de doutorado em educação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.

DE PAOLI, Tercia Pilomia et al. **Favela código cidade:" o muito falar e o não fazer e suar em vão": Assembleia do Povo-1980 a 1986.** Tese de doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP), Campinas-SP, 2000.

DOMICIANO, Cassia Alessandra. **O programa Bolsa creche nos municípios paulistas de Piracicaba e Hortolândia: uma proposta para alocação de recursos estatais à educação privada?** 2009. 226 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2009.

DOMICIANO-PELLISSON, Cassia Alessandra. **A cogestão dos Centros de Educação Infantil "Nave-Mãe": uma parceria público-privada analisada.** 2016. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. **Revista de Estudos da Religião**, v. 9, n. 3, p. 45-70, 2009.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Portugal: Edições 70, 1980

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a. v. 1.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**. Formação do Estado e civilização. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b. v. 2.

\_\_\_\_\_. **A sociedade dos indivíduos**. Zahar, 1994c.

\_\_\_\_\_. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

EMILIANO, Elisamara de Oliveira et al. **Legislação para habitação de interesse social**: estudo de caso do município de Campinas. 2006.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de et al. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Educação & Sociedade**, 1999.

\_\_\_\_\_. Políticas de Regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil primeira etapa da educação básica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p.1013-1038, out., 2005.

FARIA, Simone da Silva. **A monitora na história da educação infantil de Campinas**: por que ela não pertence à Secretaria Municipal de Educação no atual Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do funcionalismo público? Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Educação (UNICAMP), Campinas-SP, 2012.

FERNANDES, F. das C. Do Fundef ao Fundeb: mudança e avanço. **Fundeb**: avanços na universalização da educação básica. Brasília, DF: Inep, 2006.

FERREIRA, Anna Angélica Ramos. **Um breve histórico das Escolas Municipais de Educação Infantil e dos Centros Municipais de Educação Infantil do município de Campinas**: (1940-1990). Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Educação (UNICAMP), Campinas-SP, 1996.

FISCHMANN, Roseli et al. A proposta de concordata com a Santa Sé e o debate na Câmara Federal. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 563-583, 2009.

\_\_\_\_\_. **Estado laico**. São Paulo: Memorial da América Latina, 2009.

GHILARDI, Flávio Henrique. **O lugar dos pobres na cidade de Campinas-SP: questões a partir da urbanização da ocupação do Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. SP, Cia das Letras, 1987

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. SP, Cia das Letras, 1990.

GIUMBELLI, Emerson. **Símbolos religiosos em controvérsias**. Terceiro Nome, 2014.

GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião: controvérsias acerca das “seitas” e da “liberdade religiosa” no Brasil e na França**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 2000.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**. Vozes, 1985.

GONÇALVES, Jose Roberto et al. **Espaço, tempo e memória, recompondo a trajetória das vilas populares em Campinas; o exemplo da Vila Castelo Branco**. 2002.

GOUVEIA, Andréa Barbosa et al. Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno-ano. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Porto Alegre, ANPAE, v. 22, n. 2, jul./dez. 2006.

JÚNIOR, Moysés Kuhlmann; RAMOS, Maria Martha Silvestre. Políticas e organização do parque infantil no município de campinas, São Paulo, décadas de 1940 e 1950. **CD-ROM da 25ª Reunião Anual da ANPED**, Caxambu/MG, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Os jardins de infância e as escolas maternais de São Paulo no início da República. **Cadernos de Pesquisa**, n. 64, p. 57-60, 2013.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, Mediação, 1998.

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

MASTRODI, Josué; ZACCARA, Suzana Maria Loureiro Silveira. Sobre a promoção do direito à moradia: um estudo à luz da política urbana do município de Campinas. **Revista de Direito da Cidade**, v. 8, n. 1, p. 1-28, 2016.

MESQUITA, Samara Anuar Haddad. **Um Pouco da História das Creches e Naves Mãe de Campinas: Paralelas Que Se Cruzam Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Educação (UNICAMP)**, Campinas-SP, 2012.

MOMMA-BARDELA, Adriana Missae; DE CAMARGO PALMEN, Sueli Helena; BRYAN, Newton Antônio Paciulli. Políticas Públicas de Educação Infantil em Campinas: tessituras sobre a coexistência de diferentes e diversas formas de organização. **Revista Exitus**, v. 4, n. 1, p. 33-57, 2014.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson. EDUCAÇÃO, LAICIDADE E PLURALISMO: Elementos para uma genealogia dos debates sobre o ensino religioso no Brasil. **Revista Teias**, v. 15, n. 36, p. 19, 2014

OLIVEIRA, L. C.; ASSIS, J. H. Do V. P. Escolas Concessionárias Conveniadas Com O Poder Público Em Campo Grande/Ms: Imbricações Entre Os Campos Político, Religioso E Educacional. **Notandum**, n. 49, p. 41-61, 20 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. O sistema nacional de educação e o ensino religioso nas escolas públicas. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 124, p. 925-941, jul.-set. 2013.

PADOVAN, O.H. **Dom Bosco: a aventura de um líder religioso**. Sua ação socioeducativa inovadora num contexto de revoluções. 2016. 190 f. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES, **Programa de Governo para a cidade de Campinas 2001 – 2004**, 2000.

PALMEN, Sueli Helena de Camargo. **A Implementação das creches nas universidades públicas estaduais paulistas: USP, UNICAMP, UNESP.** Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação Unicamp: Campinas, 2005, 270 f.

PIEPER, Frederico. Laicidade, escola e ensino religioso. Considerações a partir de Paul Ricoeur. **Estudos de Religião**, v. 28, n. 2, p. 141-168, 2014.

RANQUETAT JR, Cesar. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Sociais e Humanas**, v. 21, n. 1, p. 67-75, 2008.

RIBEIRO, Luci Silva et al. **Processo e figuração — um estudo sobre a sociologia de Norbert Elias.** 2010.

ROCHA, Ana Claudia da. **As ações da prefeitura de Campinas frente à demanda por vagas na educação infantil (2001-2008).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2009.

ROMA, Celso. **A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999.** Red Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.

ROSA, Clelia Virginia. **Creche de empresa privada — um estudo exploratório.** 2009. 103 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

SANTOS, H. de O. **Nave-Mãe e a Pedagogia dos Sentidos: de Campinas, novos paradigmas para a Educação infantil no Brasil.** Campinas, SP: Komedi, 2010.

SÃO PAULO, Secretaria do Menor. **Creches/Pré-escolas.** São Paulo, Secretaria do Menor, 1992.

SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, **Centro Infantil como Recurso Social.** Pasta Atuação Técnica – Análise e Interpretação, Campinas, Julho/1987.

SOUZA, Martha Coelho de. **A assistência social na Prefeitura Municipal de Campinas e o diálogo com a saúde.** 2005. 195 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP.

SPOSATI, Aldaíza. **Vida urbana e gestão da pobreza.** São Paulo: Cortez, 1988.

RAUPP, Marilene Dandolini. Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 25, n. 86, p. 197-217, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, n. 51, p. 73-79, 2013.

TEODORO, M. **Reconstrução histórica da educação pública infantil em Campinas (1940-1996)**. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

TONOLLI, Maria Fernanda S. **As origens da educação pré-escolar pública municipal em Campinas: O Parque Infantil da Vila Industrial**. Trabalho de Conclusão de Curso, FE-Unicamp, Campinas, SP, 1996.

A pesquisa documental que deu origem a este livro buscou perfazer o percurso histórico de configuração da Rede de Educação Infantil Municipal de Campinas, motivada por uma suposta estreita relação com a laicidade e religião. Esta dicotômica relação que se fez e faz presente, levou a escrita por caminhos diversos e a pensar no funcionamento desta Rede articulada e composta por múltiplas modalidades, buscando suas datas de fundação, localizações, bem como no exercício profissional docente nestas unidades, quantidades de professores e funcionários, volume de crianças atendidas e orientações seguidas nestas instituições.

